

ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2011

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 5ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Maria Luísa da Cunha Ribeiro.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista

Anabela Mancebo Gomes, António Gonçalves Toste Parreira, António Toledo Alves, Carlos Jorge Belerique Ormonde, Fábio António Lourenço Vieira, Hélio Manuel Melo Vieira, João Carlos Castro Tavares, João Luís Sanchez dos Santos, João Manuel Teixeira Salvador, João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes, José Avelino Carvalho Paim, José Gabriel Pimentel da Silva, José Gaspar Rosa de Lima, José Guilherme de Ávila Brasil, Luís Leonel Teixeira Salvador, Manuel Gabriel Dias Lopes, Manuel Gabriel Martins Gomes, Maria Luísa da Cunha Ribeiro, Paulo Agostinho Fagundes Cota, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Sérgio Manuel Pedro Cardoso, Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Deputados municipais independentes

José Cipriano de Sousa Martins.

Grupo Municipal do Partido Social democrata

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva, Basílio Narciso de Sousa, Carlos Manuel Pinto Pinheiro, Guilherme Ferreira de Melo, Honorato Bettencourt Lourenço, Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte, Jorge Henrique da Costa Belerique, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Manuel Conde Bettencourt, Mónica Reis Simões Seidi, Rómulo de Ficher Correia.

Do CDS-PP

José Alberto Moniz Borges, Nuno Alberto Lopes Melo Alves, Olinda Maria Gonçalves da Rocha.

Da Câmara Municipal

Alonso Teixeira Miguel, António da Silva Gomes, António Lima Cardoso Ventura, Fernando Francisco de Paiva Dias, José Élio Valadão Ventura, Maria Teresa Valadão Caldeira Martins, Sofia Machado do Couto Gonçalves.

A ata da sessão anterior foi posta à discussão.

Sr. d.m. José Alberto Borges: – Houve uma intervenção minha que não consta da ata, relativa aos aparelhos existentes no pavilhão municipal, em que a senhora presidente da Câmara me respondeu que iria falar com os presidentes dos clubes para saber da «veracidade das minhas palavras». Gostaria que fosse revista e isso fosse incluído.

Sr. presidente da Mesa: – A Mesa tomará nota e não deixará de colocar essa sua pretensão, depois de rever os apontamentos relativos à última sessão.

Posta à votação, a ata da sessão anterior foi aprovada por maioria com 2 abstenções.

Sr. presidente da Mesa: – Antes de passarmos à leitura do expediente gostaria de saudar a presença no público, do engenheiro Rui Andrade, antigo presidente desta Câmara.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente:

– Do Grupo Parlamentar do Partido «Os Verdes», um requerimento sobre a restrição da emissão própria da RTP Açores que foi dirigida ao senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e a resposta do senhor ministro.

Está à disposição dos senhores deputados que o queiram consultar.

– Da Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, a resposta relativamente à construção de rotundas nos cruzamentos da ETAR da Grota do Vale e da Ladeira Grande, Feteira, entrada da Serretinha.

Também está à disposição dos Srs. deputados, sendo que, o Parecer da Secretaria é desfavorável em ambos os casos.

– Do município, senhor Fernando Adriano Costa, uma carta dirigida à Câmara Municipal, em que põe em causa ou contesta de alguma forma, a classificação da Quinta do Rosário na Terra Chã, como sendo de interesse municipal.

Também está à vossa disposição.

– Da Secretaria Regional da Economia, sobre a «Recuperação e Manutenção de trilhos de Angra do Heroísmo», em que é referido que, na Terceira, existem 8 trilhos homologados dos quais, 5 estão operacionais. O do Pico de Boi, da Rocha do Chambre e do Pico Agudo aguardam os trabalhos finais de sinalética para a sua abertura ao público.

– Do gabinete do senhor Ministro Adjunto dos Assuntos Parlamentares, um documento relativo à reforma da administração local, nomeadamente de uma petição do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, apelando à não redução de autarquias e trabalhadores.

– Da Câmara Municipal, para conhecimento, um voto de congratulação aprovado na Assembleia de Freguesia de S. Pedro pelo início da empreitada de alargamento, beneficiação e requalificação do Caminho das Figueiras Pretas, daquela freguesia.

– Também da Freguesia de S. Pedro, um voto de protesto sobre a zona ribeirinha do Fanal.

B - PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram intervenções por parte do público.

C - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – Muito bom dia, senhor presidente, senhores membros da Mesa, senhora presidente da Câmara, senhores vereadores, caríssimos senhores deputados.

Começo esta sessão da Assembleia Municipal, saudando a nova presidente da Câmara, com quem tenho uma antiga relação de amizade e uma relação familiar próxima. Queria fazer um conjunto de considerações acerca dos tempos mais recentes da governação autárquica de Angra.

A nova presidente da Câmara tem características pessoais ímpares. É uma pessoa que conheço bem e reconheço nela, valores humanos inigualáveis. Tem uma capacidade de trabalho única, um voluntarismo, uma dedicação e capacidade de sacrifício por aquilo em que acredita e pelos outros, digna de nota. Isso é saudável e importante e, talvez, raro de encontrar nas pessoas que se dedicam à causa pública nos dias de hoje.

No entanto, esses valores humanos, só por si, não chegam. Todos nós temos dúvidas e acredito que a própria presidente da Câmara também tenha, (dada a exigência e as dificuldades da situação com que se depara e que levaram ao cargo que ocupa presentemente), se está à altura das dificuldades e as exigências que lhe são pedidas neste momento.

Não sou eu nem o PSD que temos que confiar ou deixar de confiar na senhora presidente da Câmara ou nas suas capacidades; nós somos oposição. A nossa função é a de fiscalizar a ação executiva, fundamentar as nossas posições de concordância ou discordância e apresentar alternativas quando assim o entendermos porque também não é função da oposição, governar dois degraus abaixo do executivo. Quem ganhou as eleições é que tem a responsabilidade de fazer escolhas e governar.

O desafio da nova presidente da Câmara é difícilimo porque lhe cai ao colo um mandato depois da maior trapalhada que jamais se assistiu ao nível da governação autárquica deste concelho ou de qualquer outro. Não conheço mais nenhum caso destes em lado algum.

O atual executivo é composto por pessoas que estavam na lista mas que não foram eleitos. Todos os eleitos da lista do Partido Socialista abandonaram o cargo; fugiram, foram embora!

Se houver alguém que conheça outro concelho do país onde todos os membros do órgão executivo do partido que ganhou as eleições, não foram eleitos, que me diga porque não conheço mais nenhum caso como este.

Não foram as caras desta nova presidente da Câmara e destes vereadores que estiveram nos cartazes nem na campanha eleitoral, não foram estas as circunstâncias que foram a votos e não foi a pensar neste figurino que os eleitores se pronunciaram.

A senhora presidente da Câmara já tem experiência na vereação; já cá esteve. No entanto, nem me atrevo a pensar no frete (desculpem-me a expressão), que estarão a fazer os novos vereadores depois de terem sido pescados das funções que ocupavam anteriormente para se virem envolver numa trapalhada destas que é a atual situação da Câmara. São situações que nos preocupam e têm que merecer uma reflexão bastante profunda pela nossa parte. O

mandato de que dispõem é legal mas completamente vazio de legitimidade política e toda a gente aqui dentro, sabe isso.

Será que, se fosse esta a lista e por esta ordem, o resultado eleitoral teria sido o mesmo? É que, as circunstâncias de hoje são completamente diferentes das de há uns tempos atrás. A senhora presidente da Câmara terá a grande preocupação de conquistar a confiança do Partido Socialista e não a confiança dos partidos da oposição. Digo isto, porque já não é a primeira vez que o Partido Socialista precisa da ajuda da doutora Sofia Couto.

Relembro que, aquando da saída do senhor José Pedro Cardoso da presidência da Câmara e da reforma do senhor vereador Luís Elmiro Mendes, a doutora Sofia Couto ficou com a responsabilidade difícil e uma missão espinhosa, de gerir os Serviços Municipalizados no ano em que não choveu, não havia furos, não havia água e as condutas de abastecimento de água do concelho tinham mais buracos que um queijo suíço.

A doutora Sofia Couto foi chamada para essa missão, deu a cara, geriu o barco como soube e pôde e o prémio que o Partido Socialista lhe deu, o reconhecimento que teve pela sua função, foi entender que havia outras pessoas mais importantes para virem à frente dela na lista que foi a votos.

As outras pessoas é que eram as mais-valias, as vedetas e foram as que fugiram às suas responsabilidades e abandonaram o barco. De novo, a doutora Sofia Couto tem que vir resolver um problema ao Partido Socialista e de novo, a primeira coisa que o Partido Socialista faz, é não confiar nas capacidades que a doutora Sofia Couto tem de se entender com os partidos da oposição e gerir o quadro autárquico que se lhe apresentava, impondo-lhe condições.

Emparedaram completamente a capacidade desta presidente da Câmara de ter vontade própria, de negociar com os outros vereadores e os partidos da oposição e pensar pela sua cabeça, impondo-lhe um espartilho de condições, ultimatoss e regras; enfim, uma corda ao pescoço.

Devo lembrar que a doutora Sofia Couto (pelo menos que eu saiba), não é militante de nenhum partido político e tem todas as condições para pensar pela sua cabeça. Estas situações retiraram muito do espaço à senhora presidente da Câmara.

Doutora Sofia: não lhe vou dar os parabéns por esse cargo mas vou, sinceramente, desejar-lhe felicidades, que tome boas decisões e que faça um bom mandato a favor do concelho e de todos nós.

Senhor presidente da Assembleia Municipal, caríssimo doutor Ricardo Barros: lamento muito! Lamento muito, mesmo! O papel a que se prestou a pessoa que ocupa esta nobre função de presidir ao órgão mais importante do concelho foi o pior possível!

O senhor desprestigiou o seu cargo, desprestigiou a democracia, atentou contra a maioria dos munícipes eleitores deste concelho que retiraram conscientemente a maioria ao PS, obrigando-vos a dialogar com as oposições. Talvez um dia, daqui a mais algum tempo, perceba o embaraço que tudo isto foi para si.

Há pessoas que, quando servem a causa pública e a democracia, se engrandecem, se agigantam e se enobrecem. Neste processo, o senhor foi de uma pequenez sem igual.

Face à fuga, ao abandono e à quebra de compromisso que o anterior executivo tinha para com a população, exigia-se que o único eleito em funções no seu cargo, o senhor, fosse a voz da serenidade, do diálogo, do compromisso, das portas abertas ou da responsabilidade. Foi

apenas a voz do PS. Mais uma vez, o PS acima de tudo e também acima das responsabilidades a que o seu cargo obriga.

O PS e os seus dirigentes continuam a achar que os cargos que ocupam e as instituições a que presidem, são propriedade sua; não são, senhor presidente. O senhor era o único dirigente socialista que não deveria ter sido o porta-voz da posição política do PS mas foi o presidente da Assembleia que deu a cara e a voz às ameaças, às chantagens, aos ultimatos e às pressões que tinham como objetivo, condicionar a democracia e as oposições.

Nesta casa e com a sua permissão, já fui acusado de tiques pidescos, influência fascista e passadista e todo o tipo de alusões e trocadilhos ao antigo regime. Diga-me lá: o seu comportamento foi revelador de quê? É isso, o socialismo? É essa, a atitude democrática do PS? Chantagem? Ultimato? Condições?

O senhor deixou de estar à altura da dignidade que o cargo para que foi eleito, exige. Há coisas que, uma vez perdidas, jamais se recuperam. Tudo isto, para quê? Para continuar a proteger e a esconder o grande arquiteto e o grande responsável por este colossal falhanço que é o projeto socialista em Angra.

O doutor Sérgio Ávila, presidente do PS/Terceira é o maior responsável pelas escolhas e opções do seu partido neste concelho e manteve-se escondido, encolhido como um rato, não abrindo a boca para assumir coisa alguma.

Onde está Sérgio Ávila? Angra deixou-o mudo ou tudo isto revela uma enorme falta de coragem e de caráter da liderança do PS?

Nunca é tarde para mudar e fazer melhor mas já ninguém acredita que os senhores sejam capazes.

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado Luís Rendeiro: o senhor já nos habituou com uma prosa completamente fora de contexto, por isso não me admiro com as palavras que acabou de proferir.

Em primeiro lugar, o senhor tem muito que aprender sobre como se comportar em democracia e não me dá lições absolutamente nenhuma; é pena porque eu gostaria de ter lições de gente mais nova.

O senhor está ao pé de uma pessoa que abandonou o cargo por razões que, naturalmente, considerou válidas e pertinentes tal como outros o fizeram. Isso, a elas diz respeito e cada um toma a posição que quer.

Relativamente à posição que tomei, é muito simples: o senhor deve ser de uma cegueira complicadíssima! O senhor vereador Ventura tomou posições na qualidade de quê? De vereador ou de membro da direção do PSD? O senhor vereador Artur Lima (que não está hoje aqui presente), tomou posições na qualidade de quê? De líder partidário ou de vereador?

O senhor tem que perceber que o facto de eu ser presidente desta Assembleia, apenas me obriga a dirigi-la com total isenção. Sobre essa matéria, V. Ex.^a nada disse porque não tem nada a dizer.

Se entende que a minha postura não é correta, tem uma posição muito cómoda e fácil: apresente um voto a esta Assembleia para que ela me demita. Apresente um voto de desconfiança. É esse o seu dever e não, palavras vãs completamente ocas e vazias.

Começou por dizer que a senhora presidente da Câmara e os senhores vereadores não foram a votos? Em que mundo é que o senhor anda? Qual é a sua democracia? Não estiveram nos cartazes? Então, o senhor não sabe que toda a lista é sufragada pelo povo e só estão aqui

porque são eleitos? O senhor não sabe e ainda não entendeu isso? O senhor ainda tem muito que trilhar e aprender!

Digo-lhe mais: a minha participação cívica não se esgota na Assembleia Municipal, de resto, com o mandato já perto do fim. Felizmente, a minha conduta cívica pauta por participações em outros fóruns, se calhar, alguns muito mais importantes e outros com muito maior projeção pública do que este.

Não venha daí nenhuma lição porque ela passa-me ao lado. A questão é muito simples: na sua intervenção não há uma única referência que diga que eu, na qualidade exclusiva de presidente da Assembleia, não exerço o cargo com a dignidade que ele merece. O facto de ser presidente da Assembleia não me retira, de modo nenhum, a qualidade de dirigente partidário, que também sou.

Sr. d.m. José Alberto Borges: – Muito bom dia, senhor presidente da Assembleia, Sra. presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados.

Esta é a última reunião da Assembleia Municipal de 2011. Este foi mais um ano de estagnação do concelho por obra e graça da má gestão socialista da Câmara de Angra.

O PS de Andreia Cardoso e Cota Rodrigues, a única coisa que tentou fazer bem, foi falar mal da oposição, mas até isso não conseguiu; não conseguiu porque nada deixou de ser feito por causa da oposição, nem mesmo os ajustes diretos que levaram a que a anterior presidente da Câmara tivesse que ir embora!

Em véspera de Natal e numa espécie de prenda antecipada no sapatinho dos Angrenses, os anteriores executivos socialistas anunciaram a sua saída. Os gestores dos maus negócios como a escola da Ribeirinha, (da qual, gostaria de saber qual o gasto com a sua construção até à data) e das promessas por cumprir, como a escola de Santa Bárbara, anunciavam a sua retirada de cena.

Ao saírem, fizeram o papel de vítimas a que nos habituaram durante dois anos mas os Angrenses já não ligaram, porque o PS veio dizer rapidamente que a presidente da Câmara se ia embora por causa dos negócios que fez com a empresa da família. Provaram-se, mais uma vez, todas as suspeitas da oposição.

Ao fim de dez dias surgiu a boa nova: os elementos seguintes da lista do PS haviam de tomar conta da Câmara mediante o cumprimento de algumas exigências que o partido, numa atitude prepotente e até antidemocrática, entendeu fazer, passando um atestado de incompetência aos nomes que acabava de anunciar. O PS não quis eleições para a Câmara e para a Assembleia Municipal e tentou, com um golpe palaciano, empurrar com a barriga para a oposição.

A partir de agora, disse o PS, Angra do Heroísmo está entregue à «liga dos últimos». O PS esperava que a oposição se transformasse no tal «papão» que sempre quis fazer passar, mas esqueceu-se que os únicos responsáveis por Angra ter batido no fundo, não são da oposição, mas sim do Partido Socialista.

O PS de Angra parece um clube de futebol da «Liga dos Últimos». Contrata «treinadores», que é como quem diz, presidentes de Câmara que, quando não correspondiam às expectativas, eram alvos de «chicotadas psicológicas».

Dos últimos três, nenhum cumpriu, na íntegra, o compromisso eleitoral que havia assumido perante os angrenses, substitui os jogadores, entram três e saem três como se de um jogo de futebol se tratasse. Fica ainda com os suplentes, pois pode surgir alguma lesão. Foi ao mercado de inverno tal como as equipas de futebol mas dificilmente se manterá na liga.

O destino está traçado: a descida aos regionais com um montão de dívidas de que os Angrenses, aos poucos vão tomando conhecimento. Pelo meio, foram-se acumulando dívidas, buracos, desvios, uns atrás dos outros. Terá sido por culpa da oposição?

O que é certo, é que temos agora uma nova presidente de Câmara, temos um vereador para resolver o problema das carcaças depositadas a céu aberto na lixeira e um vereador ligado ao desporto que, certamente, irá resolver os problemas do pavilhão municipal. Espera-se, sinceramente que, pelo menos, a atitude seja diferente.

A julgar pelas primeiras posições assumidas, parece que a nova autarca não dará tantos choques como os equipamentos eletrónicos do pavilhão de Angra, da mesma forma que se fica com a ideia de que também não irá meter tanta água como o pavilhão desportivo municipal, apesar das manutenções quotidianas.

A aparente mudança de atitude faz também crer que o relacionamento com os demais eleitos para a Câmara não será tão bolorenta como o teatro angrense e esperam-se desenvolvimentos e concretizações mais eficazes que as ansiadas obras no mercado municipal de Angra.

Da equipa que o presidente Carlos César impôs para governar Angra, (já que o Sérgio Ávila deixou de mandar), o povo espera menos arrogância e mais trabalho com princípio, meio e fim.

O povo não quer mais que se inscrevam verbas para se proceder ao saneamento básico de Santa Luzia que nunca foi feito. O povo não quer mais obras que começam e param sem se perceber porquê.

O povo não quer mais bancos ou quiosques comprados por catálogo, mas sim, planos concretos e pensados para desenvolver e fazer crescer Angra, etc., etc.

O povo quer orçamentos municipais com menos números e mais concretizações.

Apesar disto, resta saber o que o futuro nos espera. Parece não haver grande futuro para Angra enquanto o PS continuar a desgovernar a nossa cidade, o nosso concelho e, acima de tudo, os nossos impostos!

Já agora, senhora presidente da Câmara, tente resolver o problema dos desfibrilhadores que a sua antecessora diz já ter adquirido, sem os colocar nos respetivos pavilhões como já deveria ter acontecido; talvez possam servir para aqueles socialistas que começam a pensar no que irão fazer depois de outubro de 2012. Alguns, mais espertos, já mudaram de residência para o continente e outros certamente, seguirão o mesmo caminho.

Sra. presidente da Câmara: – Exma. Mesa da Assembleia, Exmos. deputados, caros colegas, bom dia a todos.

Antes de mais, agradeço os elogios que me foram feitos, embora tenham sido um pouco excessivos por parte do senhor deputado Luís Rendeiro. Gostaria de informar que estas três novas pessoas que aqui estão darão o seu melhor dentro do que lhes for possível.

Tal como já referi publicamente e em reunião de Câmara e como também foi referido pelo deputado do CDS-PP, vou abster-me da discussão política e serei sempre muito concreta no que toca às questões do município de Angra.

Farei única e exclusivamente uma citação. Li-a depois mas, no meu ponto de vista, veio justificar em absoluto a minha decisão em relação à decisão de assumir a presidência da Câmara.

Esta citação diz o seguinte: «O dever é uma coisa muito pessoal; decorre da necessidade de se entrar em ação e não, da necessidade de insistir com os outros para que façam qualquer

coisa». Esta frase é da madre Teresa de Calcutá e revela bem o motivo pelo qual estamos aqui.

Em termos pessoais, deu-se uma volta grande nas nossas vidas mas há um compromisso que foi assumido e quando esta situação se deu pelos motivos particulares que levaram as pessoas que cá estavam, a tomarem legitimamente as suas decisões, entendemos que era nosso dever cá estar. Estaremos cá para a discussão prática e tentaremos sempre em todas as situações, puxá-la para os aspetos concretos e objetivos.

Sr. d.m. João Santos: – Bom dia, senhor presidente, Exma. Mesa, Exma. Câmara, caros colegas. Felicito o executivo camarário, desejando-lhes as maiores felicidades.

Não posso deixar de fazer dois reparos depois do que se ouviu aqui. A intervenção e a leitura encomendada a que já nos habituou o José Alberto Borges, não me merece qualquer comentário. Um homem do basquetebol a usar casos do futebol como ilustração, só poderia dar nisto.

Já não é a primeira vez que o faço; de futuro, peço-lhe mais respeito pelas instituições e, sobretudo pelas pessoas e que se recuse a ler determinado tipo de coisas a quem lhas encomenda porque só lhe ficará bem.

O deputado Luís Rendeiro é uma pessoa que conheço há alguns anos e tem o mérito de me surpreender sucessivamente mas nem sempre pela positiva. Por vezes consegue surpreender-me pela negativa e esta sua intervenção foi uma completa surpresa porque acho que o senhor deputado é muito mais inteligente do que isso. Faz intervenções que não o prestigiam a si nem ao seu grupo municipal e também não prestigiam esta Assembleia.

Não nos podemos esquecer que se trata de uma sessão pública com público e jornalistas e se calhar não merece, por parte da imprensa, tanta atenção como deveria. Não nos podemos esquecer que o que dizemos é público e traduz a imagem do nosso concelho. Às vezes, a forma como falamos da nossa Câmara e do nosso concelho, mais do que atacar as pessoas, acaba por denegrir a imagem que damos de nós próprios.

Não vou voltar a referir como decorre o processo autárquico porque sei que o senhor sabe. Como decorre o processo autárquico e como são feitas as listas? Bem, desconhecia o que estava por trás e o que estava na base da elaboração das listas do PSD desde os vedetismos... Sinceramente, desconhecia.

Se o senhor acha que os primeiros lugares das listas são vedetas que procuram exposição pública nos cartazes, isso para nós conta muito pouco e não é tido em conta quando as elaboramos.

As listas são elaboradas de acordo com o que se pretende sem levar em conta esse tipo de coisas. As pessoas dos primeiros lugares das listas não eram as vedetas e as que agora estão ali sentadas não apareciam para preencherem lugares; já assumiram outras funções em vereações camarárias.

Não é principalmente, o senhor quem tem que confiar neste executivo camarário; essa discussão já foi ultrapassada há muito tempo, no dia das eleições. Quem tem que confiar neste executivo, são os angrenses e eles confiaram.

Os conhecedores da lei sabem quem assume as responsabilidades no executivo camarário em caso de saída de algum elemento. Sem dúvida alguma, foi este, o executivo que quiseram para a Câmara de Angra. É isso que está na lei e decorre de um processo de eleição democrática.

Há uns anos, os angrenses sufragaram e quiseram o engenheiro Rui Andrade como presidente da Câmara quando o doutor Joaquim Ponte saiu. Não abandonou, saiu; é um direito que lhe assiste. Foi uma opção dele por motivos pessoais, particulares ou fosse o que fosse.

O engenheiro Rui Andrade assumiu a Câmara. Se a votação seria a mesma? Pois, também me pergunto se a votação seria a mesma quando o Durão Barroso abandonou o governo e o Santana Lopes assumiu. Essa discussão coloca-se quando se elaboram as listas.

Peço desculpa, não o quero ofender, mas isto é tão patético que não merece que lhe dediquemos mais tempo. O PS apresentou uma lista às eleições, os angrenses votaram e a Câmara foi eleita.

Você acabou por revelar que ainda não digeriu a derrota autárquica. Sem querer ofendê-lo, pela sua formação profissional e pelos conhecimentos que tem em farmacologia, já poderia ter resolvido esse problema. Não devemos continuar com as sendas do passado.

Sr. d.m. Joaquim Ponte: – Senhor presidente, senhores vereadores eleitos da Câmara, senhora presidente e senhores vereadores não eleitos da Câmara Municipal.

Neste início de intervenção faço questão de acentuar a minha divergência e discordância relativamente às intervenções que me antecederam porque a minha prática democrática e experiência de participação cívica também me fazem entender que, quando se disputam eleições, numa lista sufragada pelo povo, há os que são eleitos e os que não o são, dependendo dos votos que essa lista obtiver; essa lista tem um determinado número de votos que fazem com que haja pessoas que são eleitas e outras que não são eleitas.

O que a lei prevê (numa questão legal e não democrática e, na minha perspetiva, prevê mal), é que se todos os eleitos abandonarem, ainda é possível que os não eleitos ocupem os lugares para os quais, o povo não os sufragou. É isso que está a acontecer na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo: pessoas que não foram eleitas estão a ocupar os lugares dos outros eleitos para os quais, o povo lhes confiou o mandato e abandonaram os lugares por razões que me dispenso de comentar.

Queria repor aqui essa situação informando desde já (que fique registado para memória futura desta Assembleia Municipal), que o grupo parlamentar do PSD e o PSD de uma maneira geral na ilha Terceira não se revê nesta situação política que o PS encontrou para a Câmara Municipal da Angra do Heroísmo.

Não está em causa a consideração que merecem as pessoas que aqui estão; não é isso que está em causa. São estes, poderiam ser outros quaisquer.

A senhora presidente referiu que se iria abster das questões políticas. Senhora presidente, isso é um mau princípio! Este é um órgão político e a senhora, como primeira responsável, não se pode abster de questões políticas; tratando-se de um órgão político, as coisas têm que ser tratadas também de forma política.

Não estamos a abordar aqui uma questão pessoal. Quero que isto fique muito claro. Não quero ofender nem criar quaisquer mal-entendidos, seja com quem for, mas é uma questão que tem pura e simplesmente a ver com a legitimidade democrática que os senhores têm ou não.

Não se trata da legitimidade formal porque essa, os senhores têm-na e nós reconhecemo-la. Entendemos, assim como qualquer pessoa de bom senso, que os senhores não têm a legitimidade democrática para exercerem as funções para as quais aceitaram ser investidos.

Não conheço em nenhuma parte deste país ou do mundo, em qualquer tempo da história democrática que já leva quase 40 anos de existência, uma situação paralela à que se vive hoje

na Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Se algum dos senhores conhece, faça o favor de ma lembrar para que possamos atualizar a nossa informação.

Penso que esta situação é ainda mais delicada para quem tem a obrigação e o dever de exercer funções na Câmara Municipal. Não sei com que conforto é que as pessoas se sentem a exercerem funções que, aos olhos dos cidadãos, configuram uma autêntica fraude eleitoral. Tenho ouvido esse testemunho assim como, provavelmente, muitos dos que aqui estão, até mesmo na bancada do Partido Socialista. Essas pessoas configuram uma situação em que o povo não votou, não se revendo nelas.

Embora eu saiba que possa não ser essa a vossa intenção, apropriaram-se de lugares para os quais não estavam mandatados e o povo não lhes conferiu qualquer legitimidade. Admito que não seja essa a vossa intenção ou a vossa postura. Perdoem que vos diga com esta frontalidade, mas é o que passa lá para fora.

Os senhores faziam ou não faziam parte da equipa da doutora Andreia Cardoso? Pelos vistos, faziam. Ouvi, como justificação dos vereadores que se foram embora, que não faria sentido continuarem porque a liderança tinha sido abandonada. Das duas, uma: ou os senhores não faziam parte dessa equipa e estão aqui hoje ou quebraram a solidariedade que tinham ou deveriam ter para com os vossos camaradas que foram eleitos e se foram embora da Câmara Municipal.

Confesso que, depois de todas estas trapalhadas que se passam no nosso município e do ponto a que ele chegou, tenho alguma esperança que os partidos da oposição (e faço um apelo aqui ao CDS-PP que se encaminhe nesse sentido), não permitam que os documentos estruturantes desta Câmara Municipal sejam aprovados para que estas confusões não continuem como aquela que anda por aí recentemente e que eu trazia para comentar aqui mas o tempo não mo vai permitir. Trata-se de um papelinho relativo à Culturangra que me deram ontem à noite na rua.

Espero que esses documentos não sejam aprovados e os senhores cumpram a vossa palavra, ou melhor, as ordens que o senhor Carlos César mandou de S. Miguel. No caso de não haver documentos estruturantes da Câmara aprovados, os senhores passem a voz para onde deveriam ter passado: para o povo, para que ele se possa pronunciar sobre o futuro do nosso concelho.

Sr. d.m. Fábio Vieira: – Senhores membros da Mesa, senhores membros da Câmara Municipal, senhores deputados municipais, bom dia a todos.

Gostaria de começar com um ditado: «Muito prego é feio demais?!.» Gostaria de lembrar a todos os presentes nesta sala que certamente terá havido erros de parte a parte que levaram à situação dos dias de hoje. Houve decisões tomadas com custos e benefícios e todos nós estivemos conscientes delas.

Realço o facto de se interessarem mais na discussão das questões partidárias internas do PS do que nas questões importantes para o concelho; sempre foi esse o centro da vossa argumentação. O PS é que tinha a responsabilidade e quando assumiu essa responsabilidade, vocês já não queriam o que o PS dizia.

Começo por lembrar ao senhor deputado Luís Rendeiro (que já está a começar a ficar nervoso), que em negociação política são traçados objetivos e o que foi dito na altura foi: «Queremos avançar para uma solução de continuidade desde que se assegurem determinados níveis de serviço.» Deveria ter acontecido ao contrário e a oposição deveria ter dito: «Nós não aceitamos, queremos de outra forma.» Do debate construtivo sairia, como saiu, uma posição intermédia.

Folgo também em saber que apesar de tudo, depois das coisas estarem faladas e de haver alguns consensos prévios, para se manter o circo das aparências, continuou-se a dar aso a linhas de jornal e tempos de antena. Continuou-se com o circo.

Também gostei de ouvir aqui hoje que era pouco legítimo e pouco democrático que essa lista tivesse assumido os destinos da Câmara de Angra. Há aqui um deputado à Assembleia da República. Na altura que Santana Lopes foi substituir... Como? É exatamente a mesma coisa! Se diz que é uma questão democrática vai ter que as assumir todas!

Dizem que foi Carlos César que veio para aqui mandar. Carlos César não deixa de ser o presidente do PS/Açores, foi o único que veio ter connosco e falou abertamente sobre o assunto; não vi mais ninguém a fazer isso. A única coisa que vi foi, gente de Lisboa, qual Fénix renascida, a querer tomar novamente os destinos de Angra e ensinar os discípulos que cá têm.

As reuniões do PS são feitas ali em cima na sua Sede; não são feitas em almoços opíparos nem em cafés de esquina. Não é aí que se tomam decisões. Expusemos as nossas posições, ouvimos as outras e decidimos em conformidade com os interesses do concelho sendo que, havia 2 posições possíveis em cima da mesa.

O PS (apesar de os partidos da oposição não quererem assumir, mas se calhar um dia, hão de fazê-lo), quis esgotar primeiro todas as possibilidades antes de se partir para eleições. A conjuntura, a estabilidade do concelho e a dificuldade do ano 2012 assim o exigiam.

Gosto de ver que, apesar de, no seu íntimo, toda a gente reconhecer isso, o que interessa é o *show off* e as palavras nos jornais de cá da terra e foi sempre o que tivemos; nunca houve uma posição moderada.

Hoje ouvi aqui que o PSD não se revê... Não sei. Não está cá o líder do PSD/Terceira e não sei se a opinião dele seria exatamente a mesma. Se calhar, quando ele chegar, podemos perguntar-lhe.

Acima de tudo, senhor deputado Luís Rendeiro e todos os outros que já entrevistaram devem assumir uma posição que seja política, aguerrida, frontal e dura mas nunca uma posição de «partidarite».

Nunca devemos tentar comparar a Câmara de Angra a uma equipa de futebol que transfere e recebe jogadores. Isso é micro política, política de freguesia, política de café ou de restaurante. Peço desculpa, não quero ofender os senhores presidentes de junta. Essa é a pequena política.

Sr. d.m. João Tavares: – Bom dia a todos. Gostaria de expressar a minha opinião sobre o assunto que estamos aqui a conversar. Acho lamentável, toda esta troca de impressões sobre quem tem autoridade e deve ou não deve estar na Câmara.

Todos nós pertencemos a uma lista e desde que a mesma seja sufragada, a lei diz que na renúncia de mandato, sucede o cidadão imediatamente a seguir. Existe toda a legitimidade para que se assuma essa situação seja qual for o partido.

Eu próprio tenho a experiência de uma junta tripartidária. Se calhar é a única no concelho ou nos Açores nesta situação. A diferença de votos não foi grande mas a lei diz que os membros são escolhidos pelo presidente da junta, por proposta do cidadão mais votado na Assembleia de Freguesia.

A minha proposta não foi a mais votada. Eu poderia ter renunciado e ter-se passado outra situação que não, a atual. Aconteceu em S. Pedro em que depois o PS ganhou por maioria e o elenco era todo socialista.

Pode-se perguntar aos cidadãos do Porto Judeu se a junta que têm hoje, era a que queriam e foi sufragada nas eleições. O PS ganhou e o cidadão mais votado tinha a legitimidade de escolher as pessoas com quem trabalhar. Entendi assim não o fazer e aceitar a proposta contrariamente à lei e estamos todos a trabalhar porque, acima de tudo, está o interesse da freguesia.

Se, em vez de se andar aqui com intrigas que não agradam a ninguém, houvesse consenso no âmbito do interesse do concelho, muitas das divergências seriam ultrapassadas e o concelho de Angra sairia a ganhar.

Faço um apelo ao consenso para que se ultrapasse a questão partidária porque o que interessa a todos é o melhor para o nosso concelho. Devemos trabalhar todos procurando os consensos para esse fim.

Quando, pela frente, decidimos uma coisa e por trás, cortamos e dizemos outra, ninguém é de ferro para aguentar situações de duas caras e dois corações. As pessoas devem assumir integralmente a sua coerência naquilo que dizem e fazem.

Faço um apelo para que esta Câmara se entenda porque, ao partir-se para eleições antecipadas significa que se está a regredir no desenvolvimento do concelho. Estamos a meio do mandato, as freguesias dependem dos orçamentos e das delegações de competência da Câmara para o seu desenvolvimento. Se isto não acontecer, além dos cortes que já são feitos, o que vamos fazer numa junta?

Penso que há juntas de freguesia que, se calhar, nem têm dinheiro para terem a porta aberta se não contarem com os apoios da Câmara através das delegações das competências.

Temos que ter mais consciência a respeito do que vamos dizer porque acima de tudo está o interesse do concelho. Daqui a dois anos haverá eleições e o povo decidirá. Se quiser continuar com o PS continua; se não quiser, tem toda a legitimidade para eleger quem for apresentado na altura.

Peço um ponto de ordem à Assembleia para que nos deixemos deste tipo de situações e passemos ao que interessa: analisar o Plano e se as propostas são as melhores para as nossas freguesias. É isso que deve ser discutido. Não interessa se A ou B tem legitimidade, já que a lei assim o determina.

Sr. d.m. João Santos: – Uma pequena intervenção só para dizer ao doutor Joaquim Ponte que entendo e respeito a sua visão. Por experiência pessoal, profissional e política, saberá melhor do que eu que em democracia cumpre-se a lei com a qual ele discorda mas conhece.

Apenas existe aqui uma divergência de opiniões; ele tem a sua e eu tenho a minha que é a do Partido Socialista. Divergimos nesse ponto e seria de esperar que assim fosse. Há divergências de opinião e diferenças de ideologias entre os dois partidos. Não são iguais e por isso não partilham das mesmas ideias. Tudo isto é normal em democracia e ainda bem que assim é. Que se cumpra a lei que diz o que todos sabemos. O que se fez, decorre da lei.

Há pouco esqueci-me mas digo-lhe agora. Maus exemplos do passado levam-me a pedir ao senhor deputado Luís Rendeiro que não se esqueça dos elogios que fez à senhora presidente da Câmara. Eu não me esquecerei.

Sr. d.m. Nuno Melo Alves: – Senhor presidente, senhores membros da Câmara, senhores membros da Assembleia. Antes de mais, uma palavra de desejos de um bom desempenho e felicidades para o novo elenco da Câmara Municipal.

Farei duas ou três observações em relação ao que temos ouvido até agora. Respeitar as pessoas, não significa respeitar as políticas ou as atitudes que tomam. Discordar de certas

atitudes e denunciá-las, não significa qualquer falta de respeito pessoal; é bom que isto fique claro.

Em relação ao assunto que se tem estado a discutir, é óbvio que a legitimidade legal não está ferida. Para cumprir a lei são exigidos os serviços mínimos e não, o expoente máximo do exercício de Política com um «P» maiúsculo; é o expoente mínimo apesar de, muitos políticos no nosso país não cumprirem sequer, com esses serviços mínimos. Não é esse o exemplo que queremos aqui.

Toda esta celeuma e situação atual têm um único responsável que é o Partido Socialista e dentro desse partido há também um único responsável que é o presidente do governo que veio fingir impor condições em coisas que já estavam a ser cumpridas, pelo menos, há dois anos desde o anterior mandato. Que eu saiba, não houve nenhum orçamento que não tenha sido aprovado nos últimos dois anos. Se houvesse, a Câmara teria caído.

Estas «pseudo imposições» só vieram dar um ar de pretensa força a um líder partidário e governante que, como ele próprio já disse, está em fim de ciclo e cuja força interna começa a ser contestada por um cordeiro que se assume como uma espécie de um Santana Lopes, para citar alguém que há pouco referiu esse nome e as legitimidades eletivas legais que são muito diferentes da lei municipal.

Se é necessário ter esta discussão, também aqui o é. Este é um órgão municipal como a Câmara o é. Estão aqui representantes eleitos diretamente, outros eleitos nas juntas, mas todos com interesse no desenvolvimento do concelho. É óbvio que a discussão também deve ser tida aqui com a legitimidade de acontecer também noutros sítios.

Se o interesse das pessoas aqui representadas pelos partidos é a defesa do município, não podemos deixar falar de certos assuntos, só por conveniência do Partido Socialista. As inconveniências surgem por uma razão muito simples: é óbvio que o PS não pode estar satisfeito com estes últimos dois anos do mandato.

O que vemos da herança à nossa volta... por isso, espero que esta política que este elenco municipal venha a seguir, não seja uma de continuidade...

Sr. presidente da Mesa: □ Queira terminar senhor deputado.

Sr. d.m. Nuno Melo Alves: – Já vou terminar senhor presidente... mas uma de rotura da continuidade. Quer dizer que não vamos a lado nenhum. A dívida continua a crescer. A Câmara e o município estão cada vez com menos recursos e a pior utilização dos recursos que ainda têm disponíveis.

Se a situação de rotura é a ideal (e a meu ver, é uma das mais necessárias nesta fase), o expoente máximo da rotura seria através de um ato eleitoral.

Sr. presidente da Mesa: □ Antes de passarmos ao Período da Ordem do Dia, queria referir que as palavras têm que ser entendidas no contexto em que são produzidas e assumidas como tal.

Queria sublinhar o seguinte: fora desta Assembleia, não tenho memória de ter ouvido nenhum dos partidos aqui representados dizer claramente que seria a favor de eleições antecipadas para a Câmara Municipal.

Por terem a maioria de presenças na Câmara Municipal, podiam e deviam ser consequentes com as palavras que acabaram de afirmar.

D - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 - Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 30 de setembro a 28 de dezembro, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.

Sra. presidente da Câmara: □ Como é habitual, o leque é bastante extenso em relação a tudo o que se desenvolve no município no período entre as duas reuniões da Assembleia. Vou centrar-me nos destaques que estão evidenciados e estarei disponível para quaisquer esclarecimentos agora ou um pouco mais tarde, na eventualidade de não possuir os dados neste momento.

É de salientar o XII Festival Angra Jazz. Não é uma iniciativa da Câmara Municipal mas é fortemente apoiada pela autarquia e pela Culturangra. Está em destaque porque tem decorrido de forma exemplar e já adquiriu um grande relevo a nível nacional e internacional.

Salienta-se também a comemoração do dia de S. Martinho atendendo ao impacto e recetividade que teve e ao interesse que as pessoas manifestaram pelo evento.

Quanto à apresentação do tema das Sanjoaninas, trata-se de umas festas emblemáticas do nosso concelho que levam o nome de Angra além-fronteiras. O tema e o cartaz são sempre um ponto alto de preparação das festas.

O lançamento da empreitada da Casa do Chá do jardim é uma obra prevista há já algum tempo. Já começou e prevê-se a sua conclusão no fim do primeiro semestre do próximo ano.

Destaca-se também o início da programação de Natal que, atendendo a todos os constrangimentos que existem a nível nacional e não só, com algumas autarquias a tomarem a decisão de reduzirem a zero as suas iniciativas, houve o objetivo de se apoiar localmente, quer os comerciantes que manifestaram à autarquia a necessidade de uma programação para que as pessoas ocorressem ao centro da cidade, quer as pessoas que usufruem dessa mesma programação.

Tal como disse, o leque é muito extenso e trata-se de coisas muito específicas. Tentarei responder a todas as questões que me queiram colocar relacionadas com a atividade municipal.

Sr. d.m. Joaquim Ponte: – Senhor presidente, porque me faltou o tempo na intervenção anterior, três reparos apenas para dizer o seguinte: agradeço a intervenção do senhor deputado João Santos e registo aqui o acordo que nós temos. É que esta é uma solução exclusivamente legal. Foi o que eu disse e o que foi referido por outras pessoas.

Esta solução de recurso que os senhores encontraram para a Câmara de Angra é uma solução legal; ponto. A questão que eu coloquei e continuo a colocar e acho que muitos angrenses também o fazem é a da legitimidade democrática que não existe, configurando uma situação de fraude eleitoral.

Relativamente a questões que me foram colocadas sobre o doutor Santana Lopes e coisas do género, recomendo uma leitura atenta das leis eleitorais. Como toda a gente sabe, o primeiro-ministro não é eleito; o presidente da Câmara é eleito. Ficamos por aí.

Relativamente às questões da atividade municipal que é o que interessa agora, gostaria de dizer à senhora presidente da Câmara e aos membros que agora vão iniciar funções, que não vos invejo a sorte. É uma situação muito difícil.

Desejo felicidades para o tempo em que cá estiverem a exercer essas funções porque, na minha opinião, isto chegou a um ponto tal que, com a fragilidade que esta solução encerra, não sei se os senhores terão condições para o fazer.

Acho que a Câmara de Angra precisava de uma operação e de um trabalho sério de reconstrução, saneamento e limpeza que não me parece que seja possível fazer no atual enquadramento.

A meu ver, esta é uma solução frágil que não tem legitimidade democrática com o poder repartido entre três forças políticas. Acho muito difícil porque, no fundo, configura aquilo que vamos observando e que já vimos no território continental do nosso país. Configura o fim do socialismo.

A senhora Thatcher tinha muita razão quando dizia que o socialismo termina quando acaba o dinheiro dos outros. De facto, assim é. Foi assim no continente português, está a ser assim na Câmara de Angra e há-de ser assim na região dentro de pouco tempo. Esta situação configura um pouco essa realidade.

O que eu gostaria de dizer a respeito da atividade municipal tem a ver com um papelinho que ontem me fizeram chegar e que é, nem mais nem menos, o relatório de fiscalização efetuado ao primeiro semestre de atividade de uma empresa municipal chamada Culturangra.

Nesse relatório aparecem coisas verdadeiramente extraordinárias, daí que recomendo a todos uma leitura atenta porque terão uma noção da forma como os dinheiros públicos municipais têm sido geridos no nosso concelho. Refiro-vos apenas alguns exemplos na esperança de que despertem a vossa atenção e expectativa para que leiam o que consta do dito relatório que diz respeito ao primeiro semestre de 2011.

No primeiro semestre de 2011, o saldo de clientes, ou seja, de entidades que deviam à Culturangra, ultrapassava os 200 000€. Estes valores dizem respeito, na sua maioria, a entidades que ocupam imóveis da Culturangra para intervirem no mercado com outros que pagam os seus impostos e cumprem com as suas obrigações. Muitos deles não pagam rendas há dois anos.

Nos fornecedores para conta corrente, registo aqui apenas que foram adiantados dinheiros a várias entidades, o mais significativo foi no valor de 80 000€, sem que houvesse faturas ou recibos comprovativos desses adiantamentos.

Eu estou sempre a citar o relatório. Reparem que isto não foi feito pelo PSD nem pelo CDS-PP; foi feito por um revisor oficial de contas. Há uma situação de um orçamento de base zero. No final de 2010 a situação da Culturangra foi completamente solucionada pelo município que pôs as suas contas a zero mas, logo no primeiro semestre de 2011, já tinham sido gastos, quase 1 000 000€.

A Culturangra despendeu 70 000€ apenas em deslocações no primeiro semestre de 2011. Em custos financeiros de uma conta corrente caucionada foram gastos quase 12 000€, ou seja, cerca de 20 000€ anuais em custos financeiros.

No final do primeiro semestre a Culturangra já tinha um prejuízo acumulado de 420 000€. O mais engraçado é que, no final de novembro de 2010, a Culturangra aprovou o seu orçamento para 2011.

Já vi fazer-se muitas coisas nos feriados; para o Partido Socialista é habitual esta prática de utilização de feriados para exames e outras coisas. Diz aqui que no dia 1 de dezembro foi feito um contrato com uma empresa para fornecimento da iluminação de Natal na nossa cidade que funcionou desde dezembro até ao dia 6 de janeiro e custou 220 000€. A iluminação de Natal custou 220 000€ sem que se fizesse qualquer consulta.

Estes 220 000€ foram pagos no ano de 2011 sem que houvesse qualquer cabimento no orçamento da Culturangra para que essa verba fosse paga. Assumem-se compromissos e não se prevê o dinheiro nos orçamentos da própria empresa.

Previram-se receitas na ordem dos 80 000€ e no primeiro semestre tinham-se realizado 117€ de venda de meias de *bowling*.

No primeiro semestre, esta empresa tinha atingido 74% dos seus gastos e a receita não tinha atingido os 54% da receita prevista.

No estudo de viabilidade que levou à sua constituição, esta empresa previa uma despesa com pessoal no valor de 450 000€; neste momento despense 900 000€. Previa-se que tivesse 18 a 20 funcionários e neste momento tem cerca de 60.

Esta empresa absorve 3 000 000€ por ano, 25% do orçamento desta Câmara Municipal. Faz-se desaparecer o dinheiro que é essencial para instrumentos básicos de gestão desta autarquia como um Plano de Pormenor e Salvaguarda da cidade de Angra.

É um dinheiro que já esteve orçamentado para esses projetos mas que agora desaparece por opção da própria Câmara. Esta empresa tem 3 000 000€ para gastar e serem geridos da forma que referi.

Esta situação merece esclarecimento. No final deste ano esta empresa vai acumular mais um prejuízo a beirar 1 000 000€; cerca de 800 000€. Tem que se dizer que a primeira e principal responsável por esta empresa foi a senhora, a atual presidente da Câmara Municipal de Angra. Isto não augura nada de bom relativamente ao futuro deste município.

Senhor presidente, espero que estas questões sejam devidamente esclarecidas e sobretudo, que sejam ultrapassadas e corrigidas porque isto é um tipo de gestão e de despesa que não abona em favor do nosso concelho e não tem em conta as suas prioridades. Tem em conta outro tipo de prioridades mas não aquelas que os angrenses mais esperam.

Sra. presidente da Câmara: – Senhor deputado municipal, em primeiro lugar queria dizer-lhe que não sou a primeira, mas sim a única responsável enquanto presidente da Câmara e presidente da Culturangra para assumir todas as situações que possam advir de ambas as partes.

Para além disto, queria também esclarecer algumas questões que o senhor foi mencionando ao longo da sua intervenção e que precisam de algumas correções porque penso que não tem a informação completa.

Este não foi um relatório de fiscalização da Culturangra; o que referiu como sendo um relatório relativo ao primeiro semestre de 2011, não o é. Quando se fez o orçamento no final de 2010 ainda não havia contas fechadas.

Fui eu que facultei esse documento aos vereadores da oposição e referi-o em reunião de Câmara com total transparência antes de o ter lido. Tenho tido toda a abertura e confiança quer nos meus colegas do PS, quer nos vereadores da oposição.

Essa total transparência pode refletir-se de diferentes formas e a primeira delas foi numa reunião que eu solicitei à oposição e que aconteceu de modo informal onde expliquei todas as

situações que estavam a acontecer em torno deste estudo que nós solicitámos; envolvemos a participação de todos e disponibilizámo-nos para tentar ajustar isto da melhor maneira.

Este não é um relatório de fiscalização da Culturangra. Foi realizado por uma empresa independente a pedido da própria empresa municipal.

O orçamento para 2011 foi feito antes da prestação de contas de 2010. Houve uma alteração de Conselhos de Administração, houve também uma alteração de valores disponíveis para a Culturangra e houve a necessidade de definir com clareza qual o valor base que a empresa precisava para poder funcionar, ou seja, quais os valores que a Câmara teria que transferir para a Culturangra.

Esse estudo foi solicitado a uma empresa independente que trabalha com diversas autarquias ao nível nacional. Essa empresa é completamente apartidária o que é uma vantagem porque também trabalha com a Câmara de Angra.

Tal como foi referido em reunião de Câmara de 18 de abril do corrente ano, o objetivo desse estudo era definir quais as necessidades da empresa e os valores de transferência da Câmara, bem como, definir novas estratégias em termos de futuro e um trabalho de consultoria para a empresa Culturangra.

O resultado que se pretendia obter através desse estudo foi referido em reunião de Câmara pela, então presidente, Andreia Cardoso que pretendia tê-lo ainda antes de junho. Esse estudo foi atrasando por diversos motivos e só foi apresentado agora.

Contrariamente ao que está referido, o estudo não nos diz que foi encontrado um buraco de 800 000€ na Culturangra mas sim, que a empresa está suborçamentada...

A senhora presidente foi interrompida.

... Eu estive tão sossegada e abster-me de qualquer comentário para não o desestabilizar durante toda a sua intervenção, independentemente dos comentários que foi fazendo acerca da nossa tomada de posse. Este, eu anotei: «Apropriaram-se de lugares que não eram vossos.»

Apropriarmo-nos de uma coisa que não é nossa, é roubo e «roubo» está definido na lei. O que está definido na lei acerca das autarquias é que sucede a pessoa que está na lista. Não me apropriei de nada que não fosse nosso; seguiu-se a legislação. Aceito plenamente que discorde; é legítimo. Também discordo de muitas coisas na legislação e associo-me à sua afirmação sobre a divisão da Câmara em termos partidários o que torna a gestão muito difícil. Discordo mas, lá por isso, não vou deixar de cumprir a lei.

Não me apropriei de nada que não era meu. Abster-me do comentário e não gosto de desestabilizar. Vou tentar manter-me assim.

O que houve foi uma suborçamentação da Câmara, ou seja, o orçamento foi feito com base nas verbas que a Câmara informou que tinha disponíveis para a Culturangra. Como foi dito em reunião de Câmara e partindo do pressuposto consensual entre a presidente e os vereadores do PS e da oposição, de que essas verbas seriam insuficientes, houve o compromisso para que, ao longo do ano fosse feito este estudo para se perceber quais as verbas necessárias para a empresa.

Concordo que, infelizmente, este estudo só nos chegou agora no fim do ano. Teria sido muito melhor se tivesse chegado mais cedo mas foi concluído nesta fase. Esse estudo vem dizer-nos que as transferências da Câmara para a Culturangra são insuficientes para o que a Câmara pretende que a empresa faça.

É preciso não esquecer que a Culturangra desenvolve atividades e é responsável pela gestão de 9 zonas balneares e de banho. É preciso não esquecer que a Culturangra é responsável pelos recintos desportivos, etc.

O vereador do CDS-PP referiu aqui a questão das infiltrações de água e tudo isto custa dinheiro. Custa dinheiro fazer qualquer tipo de intervenção.

Este estudo pretendeu mostrar que a Câmara precisa de reforçar as transferências para a Culturangra. Só para despesas correntes é necessário um reforço de 700 000€ além do que estava previsto.

A Culturangra desempenha funções que a autarquia entende como sendo básicas; é um serviço público. Não se cobra a ninguém para ir tomar banho à Silveira, ao Porto Judeu ou ao Negrito, ou seja, não há receita.

A Culturangra desempenha funções relacionadas com o desporto que o município entende como serviço público. Os clubes e os atletas não pagam para usufruírem dos recintos públicos. Não há receita; a única receita é a transferência do governo, que é claramente insuficiente.

A Câmara entende que a Culturangra deverá desenvolver atividades como o cinema, o teatro, etc. Há receitas mas são claramente insuficientes. Se não há receita, a autarquia deve assumir esses compromissos e este estudo veio dizer que, com este orçamento, faltam 767 000€ para desenvolver estas atividades. Não estamos a falar de despesas de capital, mas sim, de despesas correntes.

Não estamos a falar de buraco nenhum no exercício. Essa será uma situação a apurar mais adiante. Estamos a dizer que, para estas atividades, para o que se pretende fazer, vai faltar dinheiro.

Antes da reunião de Câmara foi convocada uma reunião com os vereadores da oposição e com os 2 partidos da oposição. Foi convocada uma reunião de trabalho a que ambos acederam de imediato. Discutimos este assunto, falámos, abordaram-se diversas questões e verificou-se que a proposta que nós apresentávamos não era consensual.

Fizemos uma alteração com vista à redução das transferências ainda no decorrer do presente ano, propondo transferir apenas 238 000€, valor que não seria executado pela Câmara até ao final da semana do final do ano e que permitiria à Culturangra saldar fornecedores injetando mais de 238 000€ no mercado local.

Este orçamento base zero é feito por uma empresa individual independente. O relatório do ROC foi entregue de forma informal. Não sabemos se esse relatório se manterá válido porque houve uma exoneração e nomeação de ROC no presente ano pelo antigo elenco camarário.

Esse documento foi entregue à oposição de forma informal e totalmente transparente. Tinha algumas informações que foram aí mencionadas as quais me sinto obrigada a esclarecer.

A primeira informação que o senhor dá sobre o primeiro semestre é que em 2011 as contas são postas a zero. Isso não corresponde ao que se passou; lamento informá-lo. Está errado. Convido qualquer pessoa e o senhor deputado Joaquim Ponte a visitar as instalações e analisar todos os documentos que entender. É uma casa aberta.

As contas não foram postas a zero. Há transição de verba de anos anteriores, de um ano para o outro. Esta informação é do conhecimento de todo o elenco camarário. Não foram colocadas a zero; o que se pretendia era fazer um orçamento base zero e talvez seja isso que esteja a suscitar alguma confusão.

Deslocações de 70 000€ no primeiro semestre: deduzo que se trate de deslocações e estadas, não é? É a rubrica completa. Como sabem, o primeiro semestre engloba as Sanjoaninas. A esmagadora maioria das despesas da Culturangra com deslocações e estadas correspondem às Sanjoaninas.

A título de exemplo, no próximo ano, para todas as outras atividades da Culturangra em deslocações e estadas estão previstos 15 000€; tudo o resto será associado às Sanjoaninas. Não haja ilusões.

Quando me desloco a Lisboa raramente fico alojada em hotel; normalmente fico em casa dos meus sogros e também almoço lá. Há um imenso esforço de poupança.

Os juros que o senhor refere, caem pontualmente. Não quero incorrer em erro; não sei se são mensais, trimestrais ou semestrais.

Em relação ao contrato que diz ter sido assinado no feriado dia 1 de dezembro, eu trabalho muito aos fins-de-semana mas não me recordo de ter estado a trabalhar no dia 1 de dezembro. No entanto, posso confirmar isso porque tenho a minha agenda atualizadíssima.

Trabalho bastante aos feriados, fins-de-semana e noites. A partir das 8h30 da noite, depois dos miúdos irem para a cama, normalmente sento-me ao computador. Se vir o programa de gestão documental encontrará muita informação e muitos despachos elaborados às 10h, às 11h e à meia-noite incluindo fins-de-semana e feriados porque, felizmente, trabalhamos no programa de gestão documental a partir dos computadores de casa.

Há uma outra questão que ontem foi colocada e impõe resposta imediata, que é o adiantamento a fornecedores. A Culturangra não vive numa situação de poder proceder simpaticamente a adiantamentos.

Os adiantamentos mencionados nesse relatório referem-se exclusivamente aos contratos assinados com os artistas que vêm atuar nas Sanjoaninas. Dependendo do artista, na altura da assinatura do contrato são pagos 40%, 50% ou 60% do *cachet* e o valor restante é pago no dia da atuação.

Normalmente, os artistas internacionais exigem o pagamento integral com um mês de antecedência. Os INXS foram pagos na íntegra, um mês antes. Só se deslocam para o espetáculo depois de ser paga a totalidade do contrato.

Os adiantamentos aí mencionados referem-se exclusivamente aos contratos assinados entre as partes e que preveem o pagamento de uma verba percentual na altura da assinatura e o remanescente, no fim.

Referiu também que no primeiro semestre já havia 74% de verba comprometida; havia, porque em abril também já havia o compromisso de que a verba das transferências para a Culturangra seria revista por via da revisão orçamento base zero.

As despesas da água, da luz e do gás vão caindo mensalmente, independentemente de querermos gastar ou não, além das despesas das Sanjoaninas que envolvem a grande parcela da empresa e acontecem todas no primeiro semestre.

Se avaliar as contas e a despesa realizada no primeiro e segundo semestres encontrará uma disparidade muito grande porque as Sanjoaninas, na sua esmagadora maioria, recaem no primeiro semestre e representam 600 000€ do orçamento total.

Referiu também que esta empresa representa 3 000 000€ equivalentes a 25% do orçamento da Câmara Municipal. Não são três milhões; este ano representou um milhão, quatrocentos e qualquer coisa mil, menos de metade do que referiu. Em 2010 rondou os 2 600 000€.

Como o senhor disse, também não corresponde a 25% do orçamento da Câmara porque esses 25% significariam que o orçamento da Câmara seriam 12 000 000€, quando é de 21 000 000€. Não corresponde a uma coisa nem à outra; há aí qualquer erro.

Em relação ao resultado líquido do exercício, a empresa vai abeirar 1 000 000€; deduzo que fosse do resultado líquido do exercício. No final deu resultado líquido negativo. Ainda não tenho esses dados. Só lhe posso adiantar os resultados do valor de dívidas a fornecedores. Neste momento são duzentos e tal mil euros. Não tenho o resultado de um milhão de euros.

Não faço ideia de qual será o resultado líquido do exercício mas quero voltar a referir, como primeira e única responsável pela Culturangra, que os resultados positivos são da responsabilidade dos seus funcionários e das pessoas que o executam e os resultados menos positivos são da minha responsabilidade. Cá estarei para justificar e prestar os devidos esclarecimentos sobre qualquer resultado menos positivo que venha a aparecer em função da prestação de contas da Culturangra.

A acrescentar a tudo o que foi dito até agora importa referir que, contrariamente ao que o senhor estava a dizer, (que a Culturangra representa um peso muito grande e é um fardo para a Câmara Municipal), a empresa municipal desempenha funções do próprio município.

Fizemos uma avaliação ao peso destas atividades no orçamento em relação à altura em que dependiam diretamente da Câmara. Desde que estas atividades deixaram de pertencer à Câmara, passando a haver outra capacidade de gestão e negociação com os nossos fornecedores, verificou-se uma redução de 55% no peso do orçamento da Câmara em relação a 2004. Tivemos o cuidado de fazer estas contas que foram bem discutidas com os colegas de vereação.

Em 2004, as faturas associadas a estas áreas custavam ao município, 4 800 000€; em 2009, mais de 3 000 000€, em 2010 reduziram para 2 600 000€ e este ano situam-se em 1 400 000€. Poupou-se de tal ordem que se reduziu abaixo do que se podia. Neste momento encontrou-se um valor médio que se situará entre 1 700 000€ e 1 900 000€ de transferências de despesas correntes para a Culturangra equivalendo às necessidades da empresa para que esta possa sobreviver.

Não sei se fui esclarecedora porque, ao falarmos do que conhecemos percebendo melhor o contexto, podemos esquecer-nos de alguns pormenores importantes. Voltarei a informar sobre o que for necessário.

Sra. d.m. Mónica Seidi: – Bom dia a todos. Antes de mais, desejo muita sorte à doutora Sofia e toda a sua equipa. Espero que consigam desempenhar um bom trabalho. Este é um voto sincero.

Vou fazer dois comentários muito breves. O primeiro refere-se a um assunto que presumo que só incomoda a bancada do CDS-PP e do PSD e diz respeito aos desfibrilhadores.

Na última Assembleia fui acusada de comportamentos que não regem a minha educação, facto que me perturbou bastante. O que é certo, é que passaram três meses e continuamos sem nada saber sobre o uso dos desfibrilhadores.

Segundo a antiga presidente, pelos *e-mails* que possuía e me quis facultar, no passado mês de outubro deveriam ter decorrido reuniões com a equipa médica responsável pela formação. Já tive a oportunidade de ver a atividade da Câmara e não há nenhuma referência a tal acontecimento.

O que me incomoda é que, ao fim de três meses continuamos sem saber nada dos desfibriladores e presumo mais uma vez (e se calhar estou a ser irónica), que estas reuniões não tenham acontecido por falta de disponibilidade da equipa médica.

O segundo ponto refere-se ao programa da Teleassistência. É do conhecimento público que esta Câmara investiu em 40 aparelhos há cerca de dois anos. Ao fim de todo este tempo continuam a restar aparelhos, portanto, presumo que só tenham sido atribuídos 21, o que me deixa um pouco desconfortável.

Se a Câmara consegue juntar e muito bem, cerca de 1 000 idosos deste concelho no dia do almoço do idoso, talvez conseguisse atribuir os aparelhos excedentários.

Sra. presidente da Câmara: – Tenho alguma informação escassa em relação a estes dois assuntos. Vou juntar mais dados e trarei alguma informação ainda no decorrer desta reunião da Assembleia.

Sr. d.m. João Santos: – Sem protelar esta discussão e para que as coisas fiquem claras como o doutor Joaquim Ponte pretendeu fazer, quero deixar aqui registado que não concordámos que a solução encontrada para a Câmara seja apenas legal; concordámos que também é legal. Foi com isto que eu concordei. Discordámos quanto à legitimidade democrática.

Que fique claro que ambos dizemos que a solução encontrada é legal. Para o grupo municipal do PSD é uma solução sem legitimidade democrática, para nós, para além de legal, é uma solução com legitimidade democrática.

A outra coisa que lhe queria dizer sem lhe justificar os meus conhecimentos de lei eleitoral, quando referi o doutor Santana Lopes, foi unicamente no aspeto das caras que são publicitadas nos cartazes eleitorais. Não tinha sido essa a cara publicitada nos cartazes eleitorais para primeiro-ministro de Portugal. É óbvio que as eleições legislativas são completamente diferentes.

Passando ao relatório da atividade municipal, este relatório prova mais uma vez que aquilo que o doutor Nuno Melo Alves referiu não é verdade. O município não está estagnado, a Câmara Municipal não se encontra sem fazer nada. Há bastante atividade municipal.

Gostaria de destacar 2 pequenas coisas deste relatório e transmitir uma preocupação à senhora presidente da Câmara que também transmiti em anteriores reuniões da Assembleia Municipal.

É com agrado que registo (em tom de brincadeira), algum atraso nas obras nas estradas e na repavimentação do nosso concelho porque esse atraso advém de uma medida que eu e todos nós sempre defendemos que é o acautelar da obrigatoriedade de todas as entidades com intervenções numa estrada para que as façam antes da repavimentação e depois não nos deparemos com situações às quais, infelizmente nos habituámos ao longo dos anos em que, quase na semana seguinte à pavimentação, há uma entidade que se lembra que o ideal será enterrar ou substituir a cablagem disto ou daquilo naquela estrada que agora está tão bonita.

Ainda bem que existem atrasos devidos a esses trabalhos, desde que sejam razoáveis porque, na minha opinião, é um preço baixo que pagamos em função de um benefício muito maior. A obra fica feita de vez e durante muitos anos não existirão remendos.

O reparo e o alerta que pretendo fazer têm a ver com uma cerimónia na qual estive presente relativamente à empreitada da construção da Casa do Chá. Foi com agrado que estive naquela cerimónia e vejo o lançamento daquela obra. É um espaço nobre do nosso concelho. Acho que ainda não tem a vida e a dinâmica e não é rentabilizado pelos próprios angrenses como deveria ser e contra mim falo.

Penso que não usufruímos do nosso jardim como poderíamos e deveríamos. Acho que aquela obra vai contribuir para que aquele espaço, já de si, nobre, ganhe vida e possa servir os angrenses de uma forma mais interessante e acolhedora.

Deixo a nota para que, com todas as contingências legais, se tenha redobrado cuidado no contrato de concessão que venha a ser feito para aquele espaço. Recordo que uma concessão mal feita pode ditar a ruína do melhor espaço.

Infelizmente, temos alguns exemplos na nossa cidade em que, com a melhor das intenções e cumprimento de tudo o que está na lei, são atribuídas concessões àquelas que, à luz da lei, são as melhores propostas e cumprem tudo o que está estipulado e depois se verifica que, devido a uma má exploração, acaba por se arruinar um espaço que poderia ter um efeito dinamizador e catalisador da zona envolvente e da vida da cidade.

Peço que sejam analisados e estudados todos os mecanismos legais para que aquele espaço seja atribuído a quem tiver em mente, mais do que apenas o lucro, a sua revitalização e a vida do negócio que ali funcionará.

Em relação às últimas intervenções que foram feitas, confesso que não nos surpreende o facto de se ter trazido aqui o assunto Culturangra porque já estamos habituados a que, em particular o PSD em vésperas de Assembleias Municipais, tenha por hábito criar um facto político.

Confesso que me surpreendeu o facto de ter sido a Culturangra porque penso que é preciso um pouco de imaginação para se ter criado um facto político de uma situação que, há cerca de meia dúzia de anos, representava um peso de cerca de 5 000 000€ para a Câmara Municipal de Angra e agora fica abaixo de 1 500 000€. É preciso muita imaginação para transformar isto num facto político o que já não nos surpreende.

Estamos absolutamente esclarecidos com o acompanhamento que fazemos da vida da Culturangra. Não nos limitamos a acompanhar a atividade municipal e das empresas municipais através de papéis que nos são distribuídos em cafés locais na véspera à noite. Não nos surpreende; éramos conhecedores da maior parte dos factos, estamos satisfeitos com a explicação da senhora presidente da Câmara e preferimos enaltecer 2 factos extremamente importantes:

1 – A redução que foi feita, em menos de meia dúzia de anos, no peso orçamental da Câmara Municipal que desceu de cerca de 5 000 000€ para menos de 1 500 000€;

2 – Ao contrário do que penso que o senhor deputado Joaquim Ponte também terá dito que a gestão da senhora presidente da Câmara não augura nada de bom à frente dos destinos do concelho, ela inspira-nos muita confiança e augura-nos algo de muito bom que é, continuar a produzir quase o mesmo com metade do dinheiro.

Estará de parabéns a gestão da senhora presidente do Conselho de Administração da Culturangra e agora, presidente da Câmara. Augura-nos algo de muito bom. Se se passar na Câmara Municipal, o que se passou na Culturangra, significa que se fará quase o mesmo com metade do custo.

Sra. d.m. Anabela Gomes: – Senhor presidente e membros da Assembleia, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores a quem desejo felicidades, senhores deputados.

Recebi um CD mas verifiquei que não contém o orçamento para 2012 e o orçamento referente a 2011 está protegido, as folhas estão ao contrário e não consigo endireitá-las. Acho que há mais alguém na mesma situação e não temos possibilidades de consultar o orçamento para 2012.

Em relação à Culturangra gostaria de saber o total das despesas de funcionamento da estrutura, funcionários, água, luz, etc.

Também ouvi dizer que se davam 200 000€ para a iluminação de Angra; pelas minhas contas, isso equivale a 40€ por família. Será que os munícipes estão dispostos a darem 40€ para a iluminação de Angra?

Se fizermos as contas, temos 60% da população o que dá 8 000 casais. 3 000 Casais não pagam porque têm rendimentos muito baixos; restam 5 000 casais para pagarem 40€. Acho que se distribuem subsídios com muita leviandade. Provavelmente esses 200 000€ já transitaram do ano anterior e não têm a ver com o seu exercício.

Estamos num período em que temos pouco dinheiro. Ainda ontem ouvi dizer que os bombeiros estão numa situação difícil e muitas famílias estão na mesma situação. Será que podemos continuar a dar 40 € para a iluminação de Angra?...

Sr. presidente da Mesa: – Não se deu. Desculpe lá. Sabe que este ano já não se deu, portanto não vale a pena chover sobre no molhado.

Sra. d.m. Anabela Gomes: – Em relação aos concertos e ao Angra Jazz, defendo o princípio de que aquele que beneficia, seja o pagador. Discordo que a Câmara tenha que estar sempre a promover e a subsidiar o Angra Jazz.

Estive a fazer as contas e para as touradas, a Câmara vai participar com 30 € por família. Assim, deveriam distribuir um bilhete gratuito a um membro de cada família para ir à tourada. Só uns é que beneficiam porque vão lá e os outros todos estão a pagar. Na minha opinião, isto não é justo, seja lá o elenco camarário que ali esteja. Estou sempre contra isto. Tem que ser de outra maneira.

Se há muita gente que até vai ver espetáculos para Espanha ou para o Campo Pequeno, porque é que temos que obrigar cada família de Angra a dar 30€ para a Tertúlia Tauromáquica?

O PSD está a dizer: «Muito bem», mas se estivessem ali dariam o mesmo dinheiro! Não há diferença nenhuma porque já deram antigamente. É por isso que o povo está um bocadinho desacreditado dos nossos políticos e continua a ver isso constantemente.

Em anos de dificuldade continua-se a gastar o dinheiro de nós todos. O dinheiro não pertence à Câmara; pertence a todos nós. Não tenho nenhuma ambição política, por isso talvez possa falar desta maneira quando, muitos que pensam o mesmo que eu, não falam.

Estou a dizer que é muito dinheiro para cada família participar nas touradas, na iluminação, no Angra Rock, no Angra isto ou Angra aquele outro. Preferira que esse dinheiro fosse utilizado de outra maneira, por exemplo, no mercado municipal. Já vi os projetos há dois anos no jornal, não avançou e pelo que percebi, não vai avançar este ano.

Tem-se falado muito na diversificação com a qual concordo, o que quer dizer que vamos criar mais produtos hortícolas e depois não temos um sítio digno para os vender. As pessoas têm muita dificuldade em irem ao mercado municipal porque não têm estacionamento. Eu não sou assim tao velha e custa-me muito transportar sacos pesados. Se eu for ao mercado e comprar uma melancia, não sou capaz de a levar porque as minhas costas estão mal. Acho que nos devíamos apurar no dinheiro que considero mal gasto.

Sr. presidente da Mesa: – Tem a palavra o senhor deputado Joaquim Ponte para uma interpelação à Mesa.

Sr. d.m. Joaquim Ponte: – É uma interpelação muito curta e rápida. Pedia ao senhor presidente que desse o exemplo do cumprimento do regimento desta Assembleia Municipal e caso queira intervir nos debates...

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado Joaquim Ponte...

Sr. d.m. Joaquim Ponte: – Deixe-me acabar...

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado Joaquim Ponte! O senhor está a faltar à verdade! Relativamente à senhora deputada que estava a intervir, apenas fiz um aparte, uma chamada de atenção pedagógica, se quiser, relativamente a uma questão que tinha sido colocada sobre uma iluminação que não se referia a este ano porque este ano já tinha havido contenção. Só chamei a atenção para isso; desculpe lá. Não está a colocar nenhuma questão que refira que eu estou a intervir ao arrepio do regimento.

Sr. d.m. Joaquim Ponte: – Senhor presidente; pedi-lhe para fazer uma interpelação. Permite que a faça sem ser interrompido?

Sr. presidente da Mesa: – Oh senhor deputado! O senhor faz uma intervenção desde que ela seja coerente e razoável!

Sr. d.m. Joaquim Ponte: – Oh senhor presidente. Há também aqui uma questão de educação. Quando um está a falar os outros ouvem.

Sr. presidente da Mesa: – Com certeza. Faça favor!

Sr. d.m. Joaquim Ponte: – Muito obrigado, senhor presidente. É a segunda vez que o senhor intervém no debate. Interveio há pouco quando se referiu ao meu partido dizendo que não tinha visto ninguém pedir eleições relativamente a esta questão política da composição da Câmara de Angra, numa intervenção que tinha meramente a ver com o debate que estava a decorrer e nada tinha a ver com a condução dos trabalhos e fê-lo agora pela segunda vez quando a senhora deputada Anabela intervinha sobre esta matéria.

Já é a segunda vez, senhor presidente... O senhor dará a justificação que entender mas deixe que termine a minha interpelação à Mesa. A minha interpelação vai no sentido de o senhor fazer cumprir rigorosamente o regimento. É para isso que pedimos a sua intervenção e é isso que esperamos de si. Tenho a certeza que o senhor presidente é capaz de o fazer. Peço-lhe que observe isso com maior atenção. Muito obrigado.

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado Joaquim Ponte, V. Exa. tem estado muito ausente desta Assembleia, naturalmente substituído por alguém cuja legitimidade democrática é reconhecida, senão não estaria aqui. Aqui, primamos sempre pela legalidade.

Relativamente a essas duas questões devo dizer-lhe que não fiz nenhuma intervenção relativamente à senhora deputada Anabela. Fiz um aparte para que ela tivesse consciência de que este ano já não se tinham gasto os 200 000€. Não fiz nenhuma intervenção; apenas um reparo, um aparte.

Em relação ao que o senhor deputado disse, é óbvio que o presidente da Assembleia tem direito a expressar a sua opinião. Eu não intervim no debate. Em função do que tinha sido produzido (e tenho o direito e o dever de o fazer), apenas disse que havia um mecanismo ao alcance dos partidos que é o pedido de demissão. Mais nada!

Relativamente a isso, o senhor deputado não tem nenhuma lição a dar-me porque pauto a minha conduta pelas regras da boa educação e pelas regras ditadas pela democracia.

Sra. presidente da Câmara: – Vamos ver o que se passa em relação ao CD. Peço a quem esteja em igual situação que se depois se dirija a nós ou à dona Fernanda para vermos o que se passa e regularizarmos a situação.

Em relação às despesas correntes posso adiantar-lhe o valor referente a 2012 uma vez que o ano 2011 ainda não está fechado. O valor previsto das despesas correntes para 2012 é de aproximadamente 1 900 000€.

Quanto à iluminação, não posso deixar de estar mais de acordo. Efetivamente, este ano já nada foi contratualizado. Em relação ao valor da iluminação do ano passado, tratava-se de um processo que já vinha desde há vários anos e procedeu-se à sua conclusão.

Este ano já não se fez qualquer despesa. As estrelas que estão no centro da iluminação foram feitas nas oficinas da Câmara; a iluminação é toda camarária. Não houve gastos.

Em relação aos subsídios atribuídos com muita leviandade, penso que, neste caso específico não se trata da Culturanga. A empresa municipal não pode dar subsídios. Quaisquer subsídios são sempre atribuídos pela Câmara Municipal. São levados a reunião de Câmara e lá discutidos; é uma questão de opinião e com certeza é fácil avaliar a qual se refere.

Quanto ao Angra Jazz e o princípio do usufruidor pagador, ao longo dos tempos tem-se vindo a tentar que isso venha a acontecer cada vez mais. As Sanjoaninas são o exemplo disso porque já passou a cobrar-se à semelhança do Angra Rock.

É certo que, se cobrarmos por todos os espetáculos para se pagarem a si próprios, eles não acontecem. Não temos essa possibilidade principalmente quando se trata de espetáculos grandes com despesas de transporte e alojamento tão acrescidas. Quando tentamos reduzir custos para que venham num dia e regressem no outro, se não coincidir com o fim-de-semana, cada passagem fica a um preço muito elevado.

Em relação às touradas, não interessa de onde veio a proposta; todos a apoiámos. Houve uma proposta aprovada por todos em reunião de Câmara para que a Tertúlia Tauromáquica Terceirense assumisse a organização desta festa.

A Terceira é uma ilha marcada pela tauromaquia. Há quem aprecie mais ou aprecie menos. É importante referir que o apoio não se destina exclusivamente às touradas de praça. Não se trata apenas do bilhete para as touradas de praça porque as pessoas também vão às touradas de rua, incluindo as touradas para as crianças e beneficiam dessa situação.

Em relação ao mercado municipal, o projeto está no orçamento deste ano e é para avançar sem dúvida nenhuma.

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – Queria dizer ao senhor deputado João Santos que pode tomar as devidas notas. Eu gosto da doutora Sofia Couto; é uma pessoa com a qual mantenho uma boa relação e o mesmo se passa em relação a si. Saúdo a diferença de estilos neste debate em relação a outras Assembleias Municipais, em relação a alguns dos mesmos protagonistas e a alguns estilos de outros protagonistas.

Não vem mal nenhum ao mundo se as pessoas tiverem as mais profundas divergências em relação a quaisquer assuntos, forem capazes de os debater de forma agressiva quando necessário e mantenham a conduta pessoal mais correta do lado de fora deste salão.

Fiz logo a minha declaração de interesses; até temos relação familiar. Pode tomar as notas que quiser porque, sempre que possível, vou tentar separar as questões de índole pessoal e de amizade, dos debates políticos e das divergências que aqui tivermos.

As minhas considerações não foram de ordem técnico-política porque essas serão tidas na altura certa; foram considerações de ordem pessoal. Mantenho, reafirmo e sublinharei isso em qualquer altura.

Quanto à sua satisfação pelo atraso de algumas obras, senhor deputado, é muito importante que se faça o planeamento das obras antes de se abrir as valas. As obras atrasam porque se

abrem os buracos e a seguir descobre-se que faltou fazer qualquer coisa. Aconteceu nas Figueiras Pretas, no Pico da Urze, na Terra Chã e está a acontecer na avenida Tenente Coronel José Agostinho.

As obras atrasam porque o planeamento não é feito com a devida antecedência. Alguns dos senhores vereadores podem responder a isso porque alguns dos assuntos foram discutidos em reunião de Câmara. Talvez os vereadores anteriores pudessem responder e defender melhor a posição do PS.

Quanto aos atuais, vou dar-lhes o benefício da dúvida porque ainda não tiveram tempo de se inteirarem de toda a documentação. A realidade é essa. Há deficiências de planeamento.

Quanto ao que foi dito pelo senhor Fábio Vieira, é um facto que não temos nenhuma preocupação acerca das questões políticas internas do Partido Socialista mas, como se refletem na nossa sociedade, merecem-nos comentários porque os senhores também comentam as nossas o que é legítimo em democracia.

Quanto à matéria de facto, lamento que o senhor não tenha estado presente na primeira intervenção do doutor Joaquim Ponte quando se referiu a um documento que lhe foi e pode ser fornecido que é este relatório de fiscalização efetuada pelo revisor oficial de contas à Culturangra no primeiro semestre de 2011.

Seria importante que lesse o que aqui está. Se achar que está tudo bem, que o ROC é um grande incompetente e não tem razão em nada do que afirma, que o que aqui está não é grave e este documento é um monte de mentiras, decerto não entraremos em consenso e o debate será estéril.

A Culturangra terá que exigir uma reflexão muito profunda de toda a gente. Quando aquela empresa foi projetada e concebida teve um estudo de viabilidade financeira para uma determinada função e dimensão e para um quadro de pessoal limitado. No entanto, as coisas mudaram e a senhora presidente da Câmara diz que não se pode continuar a querer que a Culturangra faça coisas, suborçamentada.

Não se pode aceitar que não haja limites para o que a Culturangra tem que fazer, para o quadro de pessoal que deve ter, para as atividades que tem que desenvolver, exigindo o financiamento da Câmara.

Qual é o limite? Quando deve parar de crescer o âmbito de atividades da Culturangra e as transferências financeiras? Um dia terá que haver um limite. Há coisas que devem ser esclarecidas e resolvidas porque houve um crescimento das despesas correntes.

Quanto à atividade municipal propriamente dita e ao documento que temos para análise, na linha do que disse em reuniões anteriores da Assembleia Municipal, cada vez vai sendo mais difícil encontrar destaques neste relatório.

O relatório que estamos a analisar tornou-se num relato da agenda diária do expediente do município. É um documento de gestão doméstica. Não há atividade municipal e projetos propriamente ditos para o concelho.

O que acontece ano após ano com alguma gravidade são anúncios com popa e circunstância de projetos que não se realizam: polidesportivos, cais de cruzeiros, centros de cultura açoriana em Florianópolis, etc.

Relembro a todos os presentes nesta sala que o ano passado foi anunciado nesta casa com pompa e circunstância, com direito a primeiras páginas do jornal e à saudação efusiva por parte do senhor presidente da junta de freguesia da Conceição, a construção de um edifício

multisserviços com imensas valências para o bairro social do Lameirinho. Isso nunca veio em nenhum orçamento e volta a não aparecer no atual.

Esta Câmara tem imensa atividade em sessões e em foguetes para a comunicação social. Não é o PSD que procura umas linhas, uns destaques e uns tempos de antena; os senhores é que são extremamente criativos, fartam-se de anunciar projetos grandes e com muitos méritos que toda a gente sabe que não há capacidade financeira para executar. Não podem e não serão feitos. A capacidade de endividamento do município está no máximo, está esgotada. Lá chegaremos quando discutirmos o orçamento.

Está na altura de porem as mãos nas vossas consciências e perceberem que algo esta a correr muito mal devido às vossas opções políticas e gestionárias e não ao facto de a oposição ser mais ou menos agressiva no exercício do seu dever.

Quanto às comemorações do dia do idoso, está mais que na hora de dignificar esse dia porque os nossos idosos merecem ser respeitados e tratados com carinho e cuidado em vez de serem arrebanhados e utilizados como instrumento de ação política.

Se há idosos que, por fruto da sua idade, das patologias que sofrem e do lento passar do tempo têm algumas das suas capacidades físicas e cognitivas diminuídas, há outros em que o passar do tempo não os afeta, não perderam nenhuma das suas faculdades e sabem o porquê das coisas. Cheguemos lá todos com muita saúde.

Neste relatório da atividade municipal houve o cuidado de anunciar que a comemoração do dia do idoso se fez com mil idosos portadores do cartão do idoso mas desta vez houve a preocupação de não se dizer que se fez novamente um almoço no GOLF porque isso deu polémica o ano passado.

Fazer-se um almoço com mil idosos não é um problema porque os idosos merecem um mimo; esse não é um problema grave. O problema é, os vereadores da oposição não serem convidados para estas cerimónias e as oposições da Câmara e da Assembleia Municipal não tomarem conhecimento, ser referido no relatório de atividades e dizer-se apenas parte do que se fez.

Vão-me desculpar mas nem todos os idosos eram portadores do cartão do idoso. Quando se transmitir a informação convém que seja mais correta e adequada possível. Acho que os idosos merecem carinho, respeito e serem bem tratados mas não façam deles um instrumento de ação política.

Continua a demorar demasiado tempo o início da TERAMB para o tratamento de resíduos. Continuam a ser feitas imensas diligências para a escolha dos métodos de tratamento mas é um facto que aquela empresa não arranca e neste momento existe para gerir o aterro. Isso é algo que a Câmara Municipal faria de forma adequada e não era necessário financiar mais uma empresa municipal.

Vem aqui referido que há uma vandalização constante dos muros e vedações do aterro. Não existe uma empresa de segurança contratada para a sua fiscalização? Se existe, porque é que não se fiscaliza melhor? Se essa empresa não é suficiente faça-se um novo contrato com vista a uma fiscalização adequada; chame-se a polícia.

A necessidade absoluta de melhorar a fiscalização dos recintos desportivos do concelho já foi aqui abordada. Não vou tecer mais nenhuma consideração porque concordo genericamente com o que já aqui foi dito.

O estado de degradação e abandono das nossas zonas balneares é emblemático, senhora presidente. É uma vergonha para o concelho. Decerto, o senhor deputado João Santos vai

concordar comigo porque já o confirmou em sessões anteriores; o estado de degradação da Salga é o exemplo máximo de como não se deve cuidar das zonas balneares.

A Salga sofreu os efeitos de uma intempérie durante o verão... relativamente até aos cuidados de limpeza das zonas envolventes. Sim, senhor deputado! Julgo que foi na última reunião da Assembleia. Posso ir buscar a ata. A seguir poderá responder-me porque este não é um assunto problemático.

Senhora presidente: era o que faltava, cobrar para se utilizar as zonas balneares, a menos que esta Câmara cobre as rendas aos estabelecimentos que não as pagam há dois anos; aí sim, existem fontes de receita e concorrência desleal para com as outras empresas do concelho que pagam as suas rendas, têm as suas despesas e não estão ali a usufruírem de instalações que custam a todos nós porque aquilo que é público e advém dos cidadãos que pagam os seus impostos.

Não se chega lá cobrando receitas para utilização da Silveira mas, se calhar, cobrando as rendas dos estabelecimentos comerciais do edifício dos Côrte-real ou do bar do Centro Cultural e de Congressos.

Sra. presidente da Câmara: – Vou aproveitar o mote da intervenção do senhor deputado Luís Rendeiro.

Que fique esclarecido para toda a gente, porque esta questão é colocada pontualmente e por todas as bancadas, quer seja aqui ou quando nos cruzamos na rua; tem a ver com o tempo que as coisas levam e com documentos que são aqui apresentados, voltam cá e continuam a aparecer no orçamento.

Os procedimentos públicos são muito morosos por força da legislação, principalmente os que envolvem verbas sujeitas a concurso público em que os concorrentes podem apresentar argumentações intermédias adiando-se assim os prazos.

Estas coisas acabam por demorar mais tempo, por vezes um ou dois anos, primeiro em fase de projeto depois em fase de construção, o que não quer dizer que o processo esteja parado. Muitas vezes significa que estão a decorrer os prazos legais o que acaba por provocar grandes atrasos. Isto é muito desconfortável para a Câmara, para a Assembleia e para todos os envolvidos. Muitas vezes, não há forma de contornar devido ao decurso dos prazos legais.

Em relação à Salga, se teve oportunidade de ver o orçamento da Câmara, está lá previsto o projeto de reabilitação daquela zona balnear para o próximo ano.

Em relação à questão dos banhistas e das rendas, deduzo que o senhor tenha dito aquilo em tom de graça porque quando referi há pouco que não solicitamos pagamento aos banhistas, não estava a dizer que o devíamos fazer.

No que diz respeito aos nossos rendeiros... *(risos na sala devido à coincidência com o nome do senhor deputado Luís Rendeiro)*. Não, não, não! Refiro-me às pessoas que arrendaram os nossos espaços. Concordo que tem que se conseguir fazer com que eles paguem mas a Câmara não consegue ter a ação de uma polícia ou de um tribunal.

Os processos dos faltosos estão a decorrer para efeitos de legalização. Quando chegamos às instâncias do tribunal, as dívidas acumulam-se mas não temos qualquer alternativa de o fazer de forma diferente.

Tal como foi mencionado há pouco pelo senhor deputado Joaquim Ponte, temos um saldo de dívida de clientes maior do que gostaríamos mas não podemos obrigá-los a pagar de outra forma a não ser através do tribunal. Essas questões estão entregues ao gabinete jurídico que nos presta assessoria e tem os processos a avançarem para tribunal.

Sr. d.m. José Alberto Borges: – Em relação à transparência que a senhora presidente referiu, oxalá que passe das palavras aos atos porque a anterior presidente falou que iria haver transparência e foi aquilo que se viu. Todos desejamos que assim seja.

Gostaria também de saber se já existe algum processo de despejo em curso em relação aos devedores da Culturangra.

Vou voltar a insistir se haverá alguma intervenção no pavilhão municipal para não se dar aquilo que infelizmente aconteceu e obrigou as 2 equipas de cá a irem jogar lá fora, com o prejuízo desportivo além do prejuízo financeiro.

Volto também a insistir na colocação dos novos aparelhos eletrónicos, os relógios, porque os que lá existem estão degradados. Quem opera com eles tem muitas dificuldades. Ali não decorre competição a brincar, mas sim, alta competição e nunca é demais falar aqui nesse assunto uma vez que a senhora presidente está a começar as suas funções e tem que tomar conhecimento dessas situações.

Estive presente no espetáculo da Culturangra, o «Alma de Coimbra» e lamento que não tenha lá estado ninguém do Conselho de Administração. Estiveram no dia da serenata mas no espetáculo que foi pago não estava lá ninguém da administração para acompanhar aquelas pessoas.

Também me preocupa muito um artigo do doutor Bruno Walter Ferreira que esteve presente no espetáculo ligado ao jazz, lamentando o escasso público que lá esteve. Seria bom que se revisse a divulgação de todos os espetáculos promovidos pela Culturangra para se cativar mais público o que é sempre bom para o concelho.

Em relação ao peso do orçamento referido pelo senhor João Santos que reduziu de 5 000 000€ para 1 500 000€, estamos todos de parabéns porque o dinheiro deixou de passar por aquela associação fantasma que é a Associação Cultural Angrense; passou por outro lado tornando as coisas mais claras.

Felizmente baixou-se o peso desse orçamento também devido à intervenção do professor Félix Rodrigues enquanto esteve na Culturangra; penso que ajudou a clarificar as coisas e a que esses montantes fossem reduzidos.

Outra coisa: penso que já foram adquiridos os candeeiros; pelo menos, a sua antecessora disse-o na anterior Assembleia. Espero que sejam colocados os da rua da Sé e os que ainda faltam na Praça Velha.

Em relação a uma visita feita pela anterior presidente da Câmara à freguesia de Santa Luzia, a senhora não me saberá responder, mas talvez o consiga o senhor presidente da junta. Ela mandou uma carta à população de Santa Luzia em que dizia que iria reunir com a junta de freguesia e visitar as obras que estão em curso.

Andei pela freguesia e não vi obras nenhuma pelo menos que fossem visíveis. Gostaria que o senhor presidente da junta de freguesia me dissesse que obras são essas. Como morador, gostaria de saber se isso foi só para encher papel. No caso de não haver obras, a senhora presidente tenha o cuidado de não colocar isso em papel para não enganar as pessoas.

Só mais uma coisa: uma vez que existe agora uma relação com a cidade de Porto Novo na ilha de Santo Antão em Cabo Verde e existe cá uma pessoa que transporta contentores de donativos para aquele arquipélago, a Néné, seria bom que houvesse alguma ajuda para o transporte desses contentores porque ela tem muitas dificuldades com isso e o volume dos donativos tem um cariz humanitário. Esse apoio só ficaria bem uma vez que esta Câmara tem relações com Cabo Verde através da cidade irmã.

Sr. d.m. Nuno Melo Alves: – Senhor presidente, senhores membros da Assembleia, senhora presidente da Câmara, senhores vereadores. Algumas coisas parecem diferentes em relação ao passado. É de louvar uma tentativa de transparência da Câmara para com esta Assembleia.

Enquanto membro da Assembleia Municipal ainda estou à espera de uma documentação que solicitei à anterior presidente da Câmara em fevereiro de 2010 relativamente a um empréstimo aprovado em reunião de Câmara a 31 de dezembro de 2009.

Que eu saiba, essa documentação não foi entregue a nenhum membro da Assembleia Municipal. É de louvar a documentação que foi entregue referente à Culturangra, nomeadamente o relatório do anterior ROC, o documento do estudo do orçamento base zero. Não digo isto com qualquer ironia. É de louvar esta tentativa de maior transparência que espero que seja consistente; seguramente será reconhecida e agradecida pelos membros da Assembleia Municipal porque essa transparência é meio caminho andado para um bom diálogo e um bom trabalho a favor dos nossos municípios.

Na sequência deste contraste que se nota em relação ao anterior elenco da Câmara Municipal e não querendo voltar à faca fria, aproveito para deixar uma nota relativa ao debate ocorrido no Período de Antes da Ordem do Dia e a uma informação prestada nesse período que não corresponde à verdade.

O CDS-PP pediu eleições antecipadas para a Câmara e para a Assembleia municipal, na sexta-feira em que a anterior presidente da Câmara pediu a sua renúncia. Embora isso não seja legal, muitas vezes os serviços mínimos da lei não são a melhor ou a única opção política possível. Não pretendo voltar a esse assunto mas apenas quero fazer essa correção.

Foco-me agora em alguns aspetos relacionados com a Culturangra e noutros assuntos de interesse neste relatório do anterior ROC que vem revelar que desde logo houve decisões políticas que levaram a que a Culturangra tomasse um rumo diferente e mais abrangente em relação à proposta inicial do estudo económico em 2006 e à sua formação em 2007 no que toca ao número de pessoal afeto, ao tipo de atribuições, à quantificação dos encargos e ao tipo de projetos que aquela empresa apadrinha e financia.

Ao longo deste mandato na Câmara Municipal, o CDS-PP tem tentado adequar as receitas da Culturangra às suas despesas ou vice-versa, porque estamos em ano de crise e também já estávamos em 2010 apesar de se terem gasto duzentos e tal mil euros em iluminação de Natal.

Em 2010 a Culturangra ainda teve uma herança de prejuízo de mandatos anteriores, os famosos cinco milhões que também eram da responsabilidade exclusiva do Partido Socialista, como os senhores devem saber e o senhor deputado João Santos referia há pouco.

Esses prejuízos acumulados tiveram reflexos em 2010 e alguns em 2011 porque, como já foi referido e bem pelo deputado Luís Rendeiro, o papel da Culturangra tem que se adaptar às necessidades do concelho.

Ao longo do mandato, o CDS-PP fez várias propostas nesse sentido e as mesmas foram recusadas. Uma delas pretendia que a manutenção das zonas balneares ficasse a cargo dos Serviços Municipalizados, uma vez que é feita através do uso de produtos químicos, lixívia, etc., porque essa empresa possui mais prática com a limpeza e manutenção, uma área de atividade lógica nessas tarefas. Essa foi uma das medidas que o CDS-PP pediu e que foi rejeitada pelo PS, pela anterior vereação.

Outra proposta que o CDS-PP solicitou, foi que os orçamentos das Sanjoaninas fossem geridos por uma entidade autónoma fiscalizável; isso também não foi conseguido. O máximo que o CDS-PP conseguiu foi que os orçamentos das Sanjoaninas deixassem de ser vagos e

soltos e as contas da Culturangra fossem mais claras e transparentes. Este relatório não aponta nada contra isso; aliás, estão aqui apontadas as receitas e as despesas das Sanjoaninas.

Conseguimos também que esses orçamentos fossem aprovados em reunião de Câmara. Não era essa a intenção inicial do CDS-PP; pretendíamos ir mais longe e separar esta área de intervenção de outras porque tem uma dimensão própria para não pesar noutras atividades e baralhar as coisas.

Essa proposta visava tornar mais exequível e fiável o papel da Culturangra e o seu leque de atividades porque não se podem aumentar as receitas devido à situação do país e todos nós sabemos que a Câmara tem o seu endividamento perto dos 100% dos limites legais e a tendência aponta para maiores reduções e cortes nas transferências.

As atividades das entidades municipais, (seja a Culturangra, os Serviços Municipalizados ou a própria Câmara Municipal), têm que se adequar ao novo quadro, reduzidas ou financiadas por outra vida.

Também não defendo a cobrança nas zonas balneares. Se a Câmara considera que não há condições para cobrar rendas nos valores atuais, deve ajustá-las. O que não me parece correto e transparente é que isso continue a constar dos orçamentos como sendo uma receita possível, conhecendo-se das dificuldades dessas cobranças. A prova está à vista devido aos processos a decorrer em tribunal como a senhora presidente da Câmara já anunciou.

Não sei se é por essa razão que o senhor deputado João Santos tem um pó tão grande às reuniões decorridas em cafés e restaurantes da ilha; cá para mim, acho interessante e uma boa maneira de dinamizar a atividade local e aproveitar antes que o IVA aumente para o ano.

Se calhar, o motivo da falta de pagamento dos arrendatários municipais gera essa sua desconfiança em relação às atividades locais. Nós partilhamos essa desconfiança e achamos que as medidas devem ser outras.

Por outro lado percebo que a Câmara Municipal se tenha queixado que as receitas transferidas pelo Governo Regional pelas atividades desportivas nos pavilhões não sejam suficientes. Deixo uma sugestão: talvez a Câmara consiga agendar uma reunião com o senhor diretor regional do desporto com vista a um aumento das verbas. Não sei se ambos têm lugar nas suas agendas. Fica aqui o desafio.

Chame-se-lhe suborçamentação ou chame-se-lhe buraco, o facto é que não há dinheiro para cobrir as despesas. Seja qual for o nome, para se tapar a cabeça, terá que se destapar os pés. São necessárias decisões para racionalizar a atividade; essa racionalização não passa pelo esquecimento de decisões políticas, mas sim, pela sua aplicação com o máximo de eficácia.

Isto não quer dizer que se tomem decisões políticas deficitárias. Não quer dizer que se vá agora cobrar os bens da Silveira; o que quer dizer é que os investimentos que estão feitos ali, (balneários, betão, inox, seja o que for), sejam devidamente aproveitados e protegidos como o caso do aterro sanitário que foi aqui referido há pouco.

A decisão passa por manter ou abdicar de algumas decisões políticas e sobretudo, garantir que as que estão em curso sejam geridas da melhor forma. Isto leva-nos a concluir que esta Assembleia e as vereações da oposição da Câmara fizeram muito bem em recusar liminarmente uma proposta proveniente do PS/Praia para o PS/Angra através das Câmaras da Praia e Angra respetivamente, para transformar a TERAMB numa superempresa municipal que iria gerir a cultura, tudo e mais alguma coisa, sobrepondo-se a ambas as autarquias.

Quando vemos o buraco numa Culturangra, imagine-se a moessa que uma TERAMB proposta pela Câmara da Praia faria às contas de ambos os municípios. Ficámos satisfeitos porque, em tempo útil, a oposição rejeitou essas soluções e foi apontando outras.

Ainda a propósito da falta de dinheiro e desta questão mais que espezzinhada, do gasto de duzentos e tal mil euros na iluminação pública para o Natal de 2010, (um ano de crise nas contas de Portugal e em Angra ainda não o foi porque a abundância esteve presente), esta conta já está paga.

Não se pode alegar agora que há falta de dinheiro para pagar outras porque houve opções. Se calhar, ficaram por pagar outras contas de empresas locais e esta foi rapidamente saldada com menção explícita e expressa no ex-ROC.

Sr. presidente da Mesa: – Queira concluir.

Sr. d.m. Nuno Melo Alves: – Vou concluir já, senhor presidente. Hoje não consigo encontrar o cronómetro no meu telemóvel para cronometrar o meu tempo. Não sei se apaguei a aplicação mas qualquer coisa aconteceu.

Visto que o meu tempo está no fim, não me vou pronunciar muito mais em relação ao relatório mas queria deixar estas indicações, que é preciso adequar o rumo da Culturangra às necessidades do concelho, senão o dinheiro que também já percebemos que falta no governo, há de vir de outros sítios.

Para finalizar, penso que não há dúvidas em relação à legalidade da eleição presidencial na Câmara porque não é comparável com as eleições para o primeiro-ministro ou presidente do Governo Regional uma vez que estes não são eleitos; ambos são nomeados e propostos pelos partidos. O presidente da Câmara surge da pessoa que encabeça a lista mais votada. É preciso que não se confunda as duas coisas.

Sr. presidente da Mesa: – Respondendo a uma questão levantada pelo senhor deputado Nuno Melo Alves, eu não faltei à verdade. O que eu disse e repito foi que, no uso dos direitos que o regimento me confere de orientação dos trabalhos, nenhum dos partidos tinha dito de forma clara e inequívoca que a solução, (apesar de ser legal e não ser legítima do ponto de vista democrático), seriam as eleições.

Teríamos ido para eleições; foi isso que eu disse e que me parecia que seria melhor para que toda a gente ficasse a perceber quais as posições de cada um. Foi isso que eu disse e quero sublinhá-lo em função da adjetivação que foi colocada. Não intervim na discussão; apenas sublinhei e clarifiquei uma questão que me pareceu essencial. Que fique muito claro.

Sra. presidente da Câmara: – Já tinha respondido à questão dos devedores e os despejos estão em curso. Conseguiu-se um entendimento com dois devedores em situações diferentes. Para um deles fez-se um plano de pagamentos que esperamos que venha a ser cumprido e foi-lhe dado um prazo muito curto para mostrar as suas intenções.

Para o outro, conseguiu-se uma saída imediata com benefícios numa contrapartida financeira e material. Vamos deixar efetivar durante os primeiros quinze dias. A situação está entregue ao gabinete jurídico e os restantes seguiram para tribunal.

Em relação ao pavilhão municipal, penso que se estava a referir à questão da humidade que provocou aquela situação. É um cenário que se vive em toda a ilha porque vivemos numa terra extremamente húmida. Verificam-se situações deste tipo em toda a ilha.

Em conversação com alguns elementos da Direção Regional do Desporto e dos serviços de desporto da ilha ficou articulada entre ambos, a aquisição de um equipamento móvel por parte do desporto que já cá está e será testado na próxima oportunidade. Estará na escola Tomás de

Borba e num curto espaço de aproximadamente duas horas, supostamente resolverá a situação.

Vamos testar em funcionamento. Partimos os dois para a mesma solução; caso não resulte, ficou também previsto no orçamento, o início do projeto com a inclusão do sistema de desumidificação. Não se trata de desumidificação simples porque esse sistema não é o adequado para o controlo da humidade; é um bocadinho mais complexo.

Em relação à colocação de novos aparelhos para substituição dos anteriores e à questão dos choques que referiu, terei que me inteirar um pouco mais dessa situação porque, em relação à idade, há vários equipamentos no concelho que vão avariando. Temos que priorizar as coisas e por vezes queremos chegar a todos mas não há possibilidade financeira para isso. Vou informar-me um pouco mais para perceber o que está a acontecer.

Quanto ao facto de não ter estado ninguém do Conselho de Administração no espetáculo «Alma de Coimbra», eu estive na serenata e não pude estar no concerto. Esforço-me por estar presente no maior número de eventos mas, se reparar na programação municipal, há eventos todos os dias e a minha família também reclama alguma atenção à noite.

Há mais elementos. Entre os três, sempre nos divididos pelas representações. Por vezes há três eventos por dia e cada um de nós faz-se representar num deles. Tentamos dividir-nos para representarmos o máximo possível.

Não li a notícia referente ao doutor Bruno Walter e penso que se referiu essencialmente à questão da divulgação. Desde que começámos a trabalhar na Culturangra aumentámos a divulgação com a criação da página no *facebook*, uma *newsletter* semanal, a agenda mensal, a página, as notícias frequentes no jornal, a publicação dos eventos, enfim, uma série de soluções achadas para uma melhor divulgação. Cada vez as pessoas têm menos possibilidade mas estamos sempre a trabalhar para melhorar.

Em relação ao professor Félix e à sua influência na gestão, é uma pessoa com a qual me dou muito bem, quer em termos profissionais quer pessoais e só tenho que dizer bem dele. Não foi um trabalho dele nem meu; foi nosso e também da Andreia. Foi um trabalho de equipa que correu sempre bem e todos se envolveram nos problemas de forma intensa.

Terei que recolher mais informação em relação aos candeeiros e também não estou a par das obras em Santa Luzia para dar mais informação ao senhor deputado José Alberto Borges.

Em relação ao transporte de contentores, há um regulamento que prevê apoios de interesse municipal. Vamos falar com a Néné, ela pode dirigir-se cá e solicitar o apoio no âmbito desse regulamento que, por si só, não tem enquadramento. Facilmente informaremos porque mantemos um contacto muito próximo e ela tem todas as condições para se candidatar.

Peço ao senhor deputado Nuno Melo Alves que me forneça dados mais concretos sobre o que tinha solicitado em janeiro ou fevereiro de 2010 relativamente a um empréstimo realizado. Preciso de informação mais concreta de sua parte para poder procurar.

Em relação à Culturangra e às decisões políticas para que siga um rumo mais abrangente, é do conhecimento geral que foram tomadas algumas decisões e transferidas competências para aquela empresa; simplesmente não foi prevista a componente financeira na totalidade. É altura de rever e ajustar esta situação.

Penso que já foi amplamente debatida a questão das Sanjoaninas e o facto de as zonas balneares passarem a ser administradas pelos Serviços Municipalizados. Se essa questão se voltar a colocar formalmente, voltaremos a debatê-la.

Os Serviços Municipalizados têm o seu objeto definido a nível nacional. Sobre a questão da água, percebo a relação do *hipoclorito de sódio* e o tratamento que é feito, mas isso passa-se apenas em termos do tratamento e serviços básicos.

Quanto às dificuldades de cobrança e ajuste das rendas, o objetivo é mesmo esse; é isso que pretendemos e estamos a fazer mas também temos algumas entidades com as suas situações regularizadas; nem todos são assim. O nosso objetivo é ajustar as rendas à situação atual.

Quanto à facilidade da reunião com o Diretor Regional do Desporto, ainda ontem falámos sobre isso. O senhor diretor está aqui hoje noutra qualidade e tem tido uma disponibilidade que me tem surpreendido.

Sem sacrificar qualquer um dos lugares a não ser a si próprio em termos familiares, tem demonstrado uma disponibilidade fantástica para participar em tudo o que é necessário. Está aqui como vereador mas não diminui o seu papel de Diretor Regional do Desporto. Os valores dos pagamentos feitos às entidades para utilizações desportivas estão tabelados por regulamento.

Em relação à questão «chame-se o que se quiser, buraco ou suborçamentação», acho que não podemos chamar o que quisermos a duas coisas completamente diferentes. Uma coisa é um buraco financeiro resultante de valores adequados e outra, é uma má gestão. Esta é a gestão mais económica e mais poupada de sempre enfrentando uma clara suborçamentação para fazer face às necessidades. Não se pode chamar o que se quiser. São realidades diferentes.

Em relação à rápida liquidação da Lusosfera, como já foi referido ontem em reunião de Câmara, não foi tao rápida assim. Já referi que se tratava de um processo que se arrastava há dois anos e por isso foi pago com dois anos de atraso.

Já tenho a resposta à questão da senhora deputada Mónica Seidi. Em relação à Teleassistência e aos 40 equipamentos disponíveis, foram atribuídos 21 até agora. Estes equipamentos são atribuídos no âmbito de um regulamento municipal.

Se há outras pessoas que possam necessitar e que passam pelo hospital, o ideal seria encaminhá-las para cá porque ainda existem equipamentos disponíveis. No entanto, não poderão ser atribuídos diretamente; só ao abrigo do regulamento.

As pessoas devem candidatar-se, preencher todos os requisitos, entrar numa lista de prioridade e só depois lhes será entregue o equipamento. O que se possa encaminhar para cá é sempre uma mais-valia.

No que toca aos desfibrilhadores, tenho aqui o documento que foi enviado. Passa-se a mesma situação. Estes processos são morosos; gostaríamos que fossem mais rápidos mas há muitos passos formais a dar.

Foi enviado um ofício à coordenadora regional do programa de Desfibrilhação Automática Externa da região autónoma dos Açores. Fui eu que o assinei. Foi enviado agora um requerimento com um pedido de licenciamento para a instalação e utilização dos desfibrilhadores.

Entretanto já foram selecionadas as pessoas que darão a formação. São 12 pessoas que já possuem o suporte básico de vida. À medida que mais tiver dados, vou informando acerca da agilização do processo.

Sr. d.m. António Toste: – Senhor presidente da Mesa, senhora presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados.

Em primeiro lugar quero saudar e felicitar a senhora presidente bem como os novos vereadores. São pessoas que conheço, dinâmicas, de trabalho e não viram a cara à luta. Só

espero que, neste período de pouco mais de ano e meio até ao final do mandato, levem o vosso trabalho avante na certeza de que não será fácil, devido à oposição que temos na Câmara e que muito bem conhecemos.

A oposição é forte, é feroz e não valoriza o trabalho feito; apenas critica tudo. Tudo está mal, nada está bem, o que é lamentável.

Lembro-me de um debate de há uns tempos entre dois grandes presidentes de Câmara e dois grandes homens, o António Costa da Câmara de Lisboa e o Rui Rio do Porto onde foi frisado o aspeto das Câmaras com minoria como a Câmara de Angra.

O Rui Rio, que também governou com minoria, disse que a oposição é como uma pedra no sapato. É um cascalho que emperra a máquina. Não ajuda e não faz nada a bem do trabalho da Câmara; só serve para empedrar.

Temos aqui dois problemas: eleições em 2012 e em 2013. Essa oposição não se preocupa com o bem que possa fazer aos angrenses ou às freguesias do concelho. Só estão preocupados em massacrar e desgastar os elementos da Câmara, tentar tirar partido disso e ganhar as eleições em 2012 e 2013. Penso que ainda não será dessa vez porque o povo conhece as pessoas e sabe o que está a acontecer.

Se o PSD percebesse que ganhava as eleições agora, bastava juntar-se ao CDS-PP, tinha feito tudo e mais alguma coisa para fazer cair a Câmara e tínhamos eleições. Não o fizeram porque tiveram medo e sabem que é muito difícil ganharem as eleições mesmo da forma que as coisas estão.

Temos exemplos de trabalho bem feito nas freguesias. A Câmara faz investimentos nas 19 freguesias do concelho. Não sei se é a única, mas a Câmara de Angra é das poucas que possui uma delegação de competências com todas as juntas de freguesia com tratamento igual para todos. Não existem os do PS, do PSD ou do CDS-PP; é um valor igual para todos.

A Câmara Municipal de Ponta Delgada não faz assim e é governada pelo PSD. Dá o dinheiro a quem quer e como quer a seu belo prazer e não vejo o PSD preocupado com isso; só se preocupam com a Câmara de Angra.

Temos um partido que poderá ganhar as eleições, (espero que não ganhe para bem dos angrenses) e o PP, que tem feito o seu trabalho. Tem um vereador enquanto o outro partido tem três. Penso que será difícil atingir os três ou os quatro. Não é impossível mas, como diz o senhor vereador e deputado Artur Lima líder do PP, «não somos o maior mas somos o melhor partido da oposição». Estou de acordo com ele.

A Câmara de Angra tem feito obras em todas as freguesias e está a fazer uma escola na minha freguesia da Ribeirinha que, pelo que vejo e conheço desde o seu início em 2006, será uma das melhores da região e talvez do país.

Estamos a falar de uma escola do ensino básico e o CDS-PP está claramente contra desde o princípio. Falou de coisas que não conhece e pecou em relação à democracia porque não respeitou o poder local. Neste caso, não respeitou minimamente o presidente da junta de freguesia da Ribeirinha, nem mesmo no jornal, onde disse que tinha a porta aberta para falar de tudo o que fosse preciso. Não foram capazes. A oposição que temos na Câmara só serve para a destruir. Não serve para outra coisa.

Queria fazer uma referência ao senhor deputado Joaquim Ponte que se está a rir desde há pouco. Referiu que a senhora Thatcher disse que os socialistas usam o dinheiro dos outros mas a comparação está mal feita. A comparação deve ser feita com a governação feita na Madeira

pelo senhor Alberto João Jardim do PSD; isso é que é uma vergonha e uma desgraça muito grande!

Quanto aos governos do Partido Socialista, a obra é inigualável até aos dias de hoje. Quer no Governo Regional, quer na Câmara de Angra, a obra do PS é inigualável. Que fique bem claro!

Já se falou muito da Culturangra mas pouco se disse. Há três pontos fundamentais que ninguém referiu, particularmente o maior partido da oposição, o PSD. Não tenho o relatório, não o conheço e apenas tomei notas e vou restringir-me ao que ouvi.

Pelo que me apercebi do que disse a senhora presidente, a Câmara tem 238 000€ para transferir para a Culturangra que serviriam para pagar aos fornecedores para, por sua vez, pagarem aos seus funcionários.

Que fique bem claro, registado em ata e até na comunicação social que o maior partido da oposição é contra a transferência de 238 000€ que a Câmara tem disponíveis para a Culturangra para pagamento a fornecedores para que esses, por sua vez, possam assumir os compromissos com os seus trabalhadores.

Temos aqui uma questão grave onde o partido da oposição está, mais uma vez, a fazer oposição pela oposição e não quer ajudar a resolver o problema. Tem que ficar registado em ata e seria bom que ficasse também publicado nos jornais para que as pessoas percebam do que se está a falar.

Não se deve falar em buracos financeiros porque a senhora presidente já disse claramente que não se trata disso e eu também já percebi que não o é. Em 2009 os valores da Culturangra eram superiores a 3 000 000€, em 2010 baixou-se para 2 500 000€ e, pelo que me apercebi, em 2011 baixou-se mais ou menos para 1 900 000€ e os senhores insistem em estar contra.

Há aqui mais uma coisa: a oposição concorda com o orçamento da Culturangra no valor de cerca de 1 900 000€ para 2012 mas não concordou para 2011 e eu pergunto porquê! Isso é que é lamentável!

Há algo ainda mais lamentável! Tenho pena que o senhor vereador do PSD não esteja ali sentado na mesa. Enquanto deputado na Assembleia Legislativa Regional esteve muito mal e ficou-lhe muito feio. É muito bonito falar mal da Culturangra, dizer que não tem dinheiro, que faz e acontece e, no momento em que alguém faz uma proposta para se transferir dinheiro para aquela empresa, o PSD vota contra.

Estou a falar de uma proposta apresentada na Assembleia Regional no princípio de dezembro, na rubrica 10.3.2 - Centro Cultural e de Congressos, com o valor de 701 074€.

Os deputados do PS eleitos pela Terceira propuseram um reforço de 100 000€ nesta rubrica a juntar aos 50 000€ que lá estavam perfazendo um total de 150 000€ a transferir em 2012 para a Câmara Municipal e Culturangra provenientes do orçamento da região.

O PCP votou contra; o PPM, o Bloco de Esquerda e o CDS-PP votaram favoravelmente e por incrível que pareça, o senhor deputado regional e vereador da Câmara de Angra também votou contra.

Como se pode falar mal da Culturangra quando alguém propõe que se transfira dinheiro e esse alguém vota contra. Só tenho pena que o senhor não esteja ali para me responder porque é que votou contra. Gostava de perguntar porque é que o senhor deputado regional enquanto vereador da Câmara de Angra, votou contra uma proposta dos deputados do grupo parlamentar do Partido Socialista na Terceira, para o pedido de um reforço de verba.

Não temos dinheiro, queremos dinheiro e o PSD vota contra. É a prova inequívoca de que a oposição, (mais o PSD do que o CDS-PP), está aqui para destruir e massacrar a Câmara de Angra, neste caso a senhora presidente e os dois vereadores.

Vamos ter uma luta constante. Chamo a atenção de todos nós, os socialistas que estão do lado de cá, para combatermos esta oposição porque ela não é capaz de ver uma obra bem feita; tudo está mal.

Quem está na oposição, quando quer pegar, olha para um documento ou para uma obra e há sempre qualquer coisa que correu menos bem para ter algo com que pegar. Quando alguma coisa corre bem não são capazes de o dizer.

Não será a oposição que vai dizer se está bem ou mal; serão as pessoas que forem a votos. Nós temos que trabalhar e provar que somos capazes. Os senhores estão aqui para avaliarem o trabalho e por vezes, mal; péssimo! O caso da Culturangra é o cúmulo da pouca-vergonha.

A Câmara está aqui para governar e as pessoas é que vão avaliar o seu trabalho porque os senhores não avaliam coisa nenhuma. Falam mal constantemente e enchem as páginas dos jornais todos os dias com baboseiras de bradar aos céus. Nós temos que aceitar isso mas o povo é que vai decidir.

Digo e repito: se o PSD percebesse que ganhava as eleições teria feito com que as houvesse, mas teve medo, encolheu-se e não quis eleições. Muito obrigado.

Sr. d.m. Joaquim Ponte: – Senhor presidente. Quero que fiquem claras para a senhora presidente da Câmara e todos os membros que a compõem, as afirmações que proferi aqui na minha intervenção inicial.

Insisto e vou repetir: a solução política encontrada pelo Partido Socialista para esta Câmara Municipal não merece a nossa concordância. Legalmente não temos nada a obstar porque ela está de acordo com o que a lei estabelece. Democraticamente, estamos em desacordo porque consideramos que nenhuma das pessoas que substituiu todos os eleitos que debandaram desta Câmara, tem legitimidade decorrida de um mandato popular. É por isso que estamos em desacordo.

Dirijo-me especialmente à senhora presidente. É consigo que quero esclarecer este assunto. Referi a ocupação de lugares que não eram devidos ou que não vos pertenciam; qualquer coisa deste género.

Senhora presidente, até tive o cuidado de dizer que acredito que não seja essa a vossa intenção, a vossa vontade; por isso perguntei se se sentiam confortáveis nos lugares que ocupam, se faziam ou não, parte da equipa da doutora Andreia Cardoso, (que foi a primeira a debandar) e dos outros que estavam a seguir.

Já termino... Depois terão a oportunidade de intervir, se quiserem... Podem fazer os apartes parlamentares que não me incomodam absolutamente nada. Podem continuar. Se quiserem que me cale para falarem, eu calo-me e depois volto a falar; não há problema.

Queria que ficasse muito claro para a senhora presidente que esta ideia que passa para o exterior, de que os senhores ocupam lugares que não vos pertenciam, resulta do facto de todos os eleitos, (primeiro a antiga presidente e depois os vereadores), terem tomado o mesmo caminho. Todos eles foram embora.

As pessoas não dizem (eu, muito menos), que a senhora presidente não tem condições para ser presidente da Câmara ou os senhores vereadores não têm condições para o serem. Longe de mim, essa ideia. O que digo é que os senhores não têm legitimidade democrática.

O que muitas pessoas dizem lá fora é que os senhores ocupam lugares para os quais não foram escrutinados pelo voto popular. Isso é verdade. Percebo que os senhores possam não estar de acordo com esta verdade por ser muito incómoda, mas ela tem que ser dita. Tenham paciência!

Está clarificada esta situação; era isto que eu queria dizer. Não quero acusar nenhum dos senhores, de roubos nem de manobras inimagináveis que não me passaram pela cabeça e que sei que não fazem parte do vosso caráter.

Que fique muito claro e de uma vez por todas perante a senhora presidente, os senhores vereadores e a Câmara Municipal, que se trata de uma questão política e não, de uma questão pessoal. Foi isso que quis dizer quando intervim pela primeira vez.

Tenho a percepção de que é mais desconfortável para os senhores do que para a oposição, a ocupação dos lugares nas condições em que o fizeram. É o resultado de muitas opiniões que tenho ouvido lá fora e que, provavelmente, muitos dos presentes de todas as bancadas também já ouviram. Podem não querer reconhecê-lo mas é uma opinião quase generalizada no nosso concelho.

Senhora presidente, também queria pedir-lhe desculpa por me ter recostado na cadeira quando referiu a suborçamentação da Culturangra. De suborçamentação a buraco, vai uma distância curtíssima. A suborçamentação é que está na origem do buraco.

Há buraco porque a Câmara não orçamentou as verbas que deveria para a Culturangra. O buraco é o resultado da suborçamentação. É o que vai acontecer no fim deste ano; as contas da Culturangra terão um buraco resultante da suborçamentação que rondará o milhão de euros; é o que se vai ver e está provado nos documentos.

Peço desculpa pelo aparte mas estes apartes resultam de uma prática parlamentar. Acontecem em todos os parlamentos e são mais do que legítimos. Respeito-os, acolho-os com o maior gosto e tenho todo o prazer em participar neles com as pessoas que os aceitarem.

Para encerrar esta questão da suborçamentação, é mais difícil aceitar isto quando ouvimos dizer aqui que há mais de 200 000€ de dívidas por saldar há dois anos relativamente à Culturangra. Percebo que os tribunais empecem a execução dessas dívidas mas dois anos é muito tempo para que elas sejam cobradas e ainda se permita que as pessoas a laborar nestas condições, concorram com outros operadores económicos do nosso mercado.

É inconcebível ouvir aqui, senhora presidente, que se levou dois anos para se pagar 223 000€ de uma iluminação de Natal que foi feita sem se consultar ninguém. A empresa leva dois anos para receber? Qual é a empresa que aguenta isto? Tem que ser uma empresa de grande estatura para aguentar uma dívida de 223 000€ durante dois anos!

Nem pergunto se os angrenses têm condições para terem iluminações a este preço. Pergunto se não haveria alguém que fizesse isto a um preço mais económico que fosse possível pagar.

Também é difícil ouvir, senhora presidente, que, de 86 000€ de receitas que os senhores orçamentam, se executem apenas 117€ por umas meias de *bowling*. É isto que lá está escrito.

Fiquei preocupado quando a senhora presidente disse que ainda não sabe se é este o documento que vai valer. Este documento não é nenhum diretório político de nenhum partido; é um documento feito por um revisor oficial de contas que labora no nosso mercado com carteira profissional. Se isto não for verdade ele terá que responder pelo que aqui escreveu.

É preciso ter muito cuidado com estes documentos mesmo que sejam distribuídos em cafés e esplanadas onde, por vezes, me reúno com os meus amigos. É verdade; faço-o com muito gosto e não vejo que venha mal nenhum ao mundo por causa disso.

É muito pior que se façam reuniões nas Sedes dos vários partidos. Já me parece mais complicado que as pessoas andem a saltitar nas Sedes dos vários partidos para fazerem reuniões consoante o poder é distribuído.

Não há problema nenhum que reunamos nos cafés onde podemos falar de todos os assuntos. Apesar da má gestão municipal, na nossa opinião, a nossa sociedade ainda é livre e permite-nos este tipo de convívio.

Por fim, quero deixar-lhe aqui uma preocupação, senhora presidente. Quero dizer-lhe que tenho a maior apreensão e dúvida sobre a utilidade do estudo que a senhora anunciou que está a decorrer referente ao financiamento futuro da Culturangra, a um estudo de viabilidade ou das competências da Culturangra.

Julguei que o financiamento que acompanha as competências da Culturangra é definido pela Câmara Municipal. Não me parece que algum estudo possa definir ou dar recomendações seguras e consistentes para o futuro daquela empresa.

A Culturangra será o que os responsáveis pelo município de Angra quiserem de acordo com as possibilidades. Os senhores defendem uma ideologia diferente da nossa e dão prioridade a certas opções que não são as nossas. Achamos que, se calhar é um disparate gastar três ou cinco milhões de euros na Culturangra enquanto esse dinheiro deveria ser gasto nas nossas freguesias em outras situações que não, festança. Achamos que deveria ser assim mas não somos nós que estamos a governar por isso achamos que é legítima, a vossa opção.

Tenho a maior dúvida sobre esse estudo que provavelmente custará mais algum dinheiro à Câmara Municipal de Angra. Acho que as competências e os meios que lhe devem ser afetos têm que ser definidos pela Câmara e por esta Assembleia Municipal que aprova os documentos pelos quais aquela se rege.

Peço à senhora presidente que tenha este estudo em atenção porque não me parece que tenha qualquer utilidade a não ser para quem o elaborou. Esses, certamente terão algum benefício disso. Tenho dúvidas que esse estudo tenha algum interesse para a Câmara.

Por fim, não quero alimentar nenhuma discussão com o senhor presidente da Assembleia, como é evidente, mas quero dizer-lhe que provavelmente divergimos na interpretação que fazemos do regimento. Nem o senhor, nem eu, somos juristas mas haverá algum que nos ajude a desfazer esta dúvida.

Rejo-me apenas por aquela que é a prática política nas assembleias onde tenho participado. Particpei nesta, quase onze anos e vi aqui vários presidentes a dirigirem os trabalhos. Também já participei na Assembleia Regional e na Assembleia da República onde ainda participo.

Senhor presidente, por muito que o senhor queira fazer aqui algum exercício de dialética ou de retórica, a emissão de opinião num debate que está a decorrer, é uma intervenção nesse debate, quer o senhor queira quer não.

Se o senhor presidente sente a necessidade de opinar sobre um debate que está a decorrer, está a intervir no debate. Ora, na minha opinião não é essa a sua função nesta Assembleia. Sei que o senhor presidente é capaz de dar cumprimento ao regimento.

Acho que V. Exa. deve ser o primeiro a pugnar pelo bom funcionamento desta casa porque é para isso que aí está e deve ser o primeiro a dar rigoroso cumprimento às normas que constam do nosso regimento.

Senhor presidente, quero que fique bem claro o meu entendimento sobre esta matéria, provavelmente divergente do seu. Entendo que qualquer pessoa que opine num debate que

está a decorrer está a intervir nele e não é essa a sua função. Pode fazê-lo; tem toda a legitimidade para o fazer. Confesso que até gosto de ouvir as suas opiniões mas tem que as fazer do lugar onde manda o regimento, da sua bancada e não da cadeira onde se encontra sentado a não ser que a sua pessoa seja visada.

Não fiz nenhum reparo quando o meu colega de bancada Luís Rendeiro interveio e se dirigiu a si. Obviamente que o senhor presidente não poderia estar calado nem fazia sentido que fosse à sua bancada para responder. Quando a sua pessoa não é visada, o senhor tem apenas e só, a obrigação estrita de dirigir os trabalhos. Muito obrigado.

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado, eu não participei em menos fóruns desta natureza que o senhor. Sobre essa matéria estamos conversados. O que fiz, faço e farei ao abrigo do regimento é, por exemplo, nesta altura, porque me compete dirigir os trabalhos, dizer-lhe que discordo profundamente (e não interrompi para não dizer que o estaria a interromper), que utilize o termo «debandada» em relação à anterior presidente da Câmara quando sabe que ela saiu devido à morte do pai. Isso é deselegante e inqualificável, sobretudo quando o senhor sabe que saiu da Câmara e ninguém o acusou de «debandada»; saiu porque entendeu. Resolveu abandonar a Câmara por razões pessoais, políticas ou partidárias, fosse o que fosse.

Não se trata de fazer intervenções; isto é orientar os trabalhos para que eles decorram com ordem e civismo.

Sr. d.m. Joaquim Ponte: – Senhor presidente, muito obrigado. Confesso que não esperava dessa sua intervenção tão acalorada. Estava a tentar amenizar os ânimos, (perdoe-me a expressão), fazendo com as coisas se resumissem ao debate político e o senhor presidente resolveu incluir aqui novamente uma questão pessoal. Se é por aí que quer seguir é por aí que irei mas a iniciativa é sua.

Utilizei a expressão «debandada» da Câmara Municipal, porque a «debandada» implica os três elementos. Se fosse um ou dois, ainda vá, mas pôs-se tudo a andar! Isto não é uma «debandada»? Não sei o que lhe deva chamar!

Percebo o que o senhor presidente me diz e lamento muito a situação familiar da anterior senhora presidente da Câmara mas passei por uma situação exatamente idêntica quando era presidente desta Câmara.

O meu pai faleceu quando eu era presidente desta Câmara e não me fui embora, senhor presidente; fiquei aqui e quando saí, fi-lo por acordo com os meus colegas que aqui estavam e toda a equipa que comigo participou, deu continuidade à gestão desta Câmara até ao último dia do seu mandato.

Saí por razões que se impunham da minha participação na vida cívica e política desta região. Saí porque era vice-presidente do PSD e íamos disputar eleições regionais. Tinha acertado isso e muita gente do público sabia que, muito provavelmente, eu não levaria aquele mandato até ao fim como muitos outros colegas meus, presidentes de Câmara do Partido Socialista e do PSD, fizeram por esta região fora.

Foi o presidente da Câmara; não foi a Câmara que se pôs a andar, senhor presidente. É substancialmente diferente!

Sr. presidente da Mesa: – Oh senhor deputado...

Sr. d.m. Joaquim Ponte: – Vou terminar já, senhor presidente. Depois o senhor falará o que quiser. Peço-lhe que não traga mais questões pessoais a este debate porque a dor de uns

relativamente à falta dos seus pais não é superior à dos outros; todos sofrem o mesmo quando lhes falta um pai!

O senhor deputado Joaquim Ponte pousou o microfone de forma ruidosa.

Sr. presidente da Mesa: – Oh! senhor deputado Joaquim Ponte; o senhor está a demonstrar uma falta de civismo e de educação atirando com coisas! O senhor deputado Joaquim Ponte não tem nenhuma razão para comparar o facto de o seu pai ter falecido enquanto presidente da Câmara, com a situação da senhora ex-presidente Andreia Cardoso. O meu pai também morreu e eu não saí da Câmara! Onde é que está a comparação?

Sr. d.m. Joaquim Ponte: – Só se é porque não tinha negócios com a Câmara...

Sr. presidente da Mesa: – Desculpe lá. Os negócios não eram legítimos? Os negócios não eram legítimos? Por isso é que é preciso medir as palavras...

Sr. d.m. Joaquim Ponte: – Não sei...

Sr. presidente da Mesa: – O senhor não sabe, não é bem assim! O senhor sabe mas está a fingir que não sabe, o que é grave! O senhor sabe que os negócios eram legítimos e sabe porque é que a senhora saiu.

Vamos ser claros e tratar as coisas pelos seus nomes. Eu não fiz nenhum ataque pessoal; apenas referi determinado tipo de adjetivação que considero menos correto. Já o fiz várias vezes durante as sessões em que o senhor não esteve presente, naturalmente por estar noutros cargos mais importantes para a região e para o país.

Os senhores deputados sabem perfeitamente que já admoestei deputados do PS, do PSD, presidentes de junta, etc., quando achei que o devia fazer. Fi-lo sempre dentro do que julguei ser a melhor forma para que os trabalhos decorressem com serenidade, calma e sobretudo com educação.

Peço desculpa, senhor deputado Joaquim Ponte, não é nada pessoal. Não misture alhos com bugalhos. Nenhum dos presentes gosta de ouvir coisas relativas à senhora presidente da Câmara, quando se diz que ela debandou e afinal saiu devido a uma situação muito clara que foi a morte do pai.

Se calhar seria seu dever fazer uma diferenciação entre um caso e os outros dois. Quanto a isso, do ponto de vista político, não tinha nada a dizer. São dois casos completamente diferentes.

Sr. d.m. Joaquim Ponte: – Senhor presidente, peço desculpa. Deixei cair o microfone por isso é que fez barulho. Não tive intenção de o atirar. Não, não, senhor José Gaspar; deixei cair assim... Pronto. Peço desculpa, deixei cair o microfone. Se o fiz com mais alguma agressividade, resultou do facto de estarmos aqui tratar de coisas de natureza pessoal que doem muito fundo às pessoas.

Talvez os senhores não tenham conseguido avaliar o sofrimento da anterior presidente da Câmara nem o meu quando perdemos os nossos pais. Tenha calma senhor José Gaspar. Quando abordamos coisas que nos tocam muito fundo é natural que tenhamos reações mais instintivas, menos cordatas, menos pensadas e foi isso que fiz; deixei cair o microfone com maior intensidade. Peço desculpa por isso. Que quer que faça mais?

Vou voltar à conversa com o senhor presidente da Assembleia. Quanto à questão da debandada, referi um conjunto de pessoas que se puseram a andar e que se furtaram à responsabilidade que tinham na gestão desta Câmara conferida pelo voto das pessoas.

Percebo a dor que sente quem perde um ente querido. Isso também me aconteceu e não me fui embora porque provavelmente o meu pai não tinha responsabilidades nem contratos com a Câmara como tinha a anterior senhora presidente que teve que tratar de assuntos da sua família. Isso é mais que legítimo; quer se ir embora, vá-se embora. Não há problema nenhum e nem estou a criticá-la por isso. Eu não fui porque comigo não se passava esse tipo de situação.

Não foi a dor que foi mais pequena do que a da doutora Andreia Cardoso que me fez ir embora; foi a circunstância de achar que, mesmo nessa situação, eu devia continuar até ao limite das minhas possibilidades e fi-lo.

Não me parece que seja legítimo, correto, vantajoso ou útil, que tragamos aqui este tipo de questões ao debate da Assembleia Municipal. Perdoe-me que lhe diga, acho que se baixa tremendamente o debate, trata-se de assuntos que não são do foro político, não têm nada a ver com o futuro do concelho, não contribuem em nada para que as pessoas vivam melhor e perdemos imenso tempo com isto.

Sr. presidente da Mesa: – Oh senhor deputado Joaquim Ponte. Ou eu não me faço entender ou o senhor está noutra filme. Quando a senhora ex-presidente saiu da Câmara e passou à qualidade de herdeira, ficou numa situação ilegal. São situações que devem ser tratadas com a dignidade que merecem. Não vale a pena sairmos deste quadro.

A forma como as coisas foram tratadas desde o dia do funeral do pai, extravasou as regras do bom senso. A democracia tem limites. Foi isso que eu referi, foi isso que eu sublinhei porque não referi os outros dois vereadores que saíram da Câmara. O senhor pode utilizar os adjetivos que entender.

Em relação àquele caso concreto entendi (e tenho todo o direito de o fazer), que não foi a forma mais digna de se tratar o assunto nesta Assembleia. O senhor critica-me, tem todo o direito de o fazer. Assumo essas críticas; todavia, considero que nesta Assembleia sempre pautei a minha conduta pela transparência e pela isenção durante os debates. Sobre essa matéria não tenho nada que retirar relativamente à forma como tenho conduzido os trabalhos.

Sra. presidente da Câmara: – Vou tentar responder a todas as questões que o senhor deputado Joaquim Ponte foi colocando.

O senhor repetiu a pergunta. Tinha-lhe dito no início e reforço que a minha discussão vai pautar-se por aspetos objetivos. Perguntou se nos sentíamos confortáveis na posição em que estamos. Mais do que confortáveis, sentimo-nos extremamente honrados e com a noção do dever que temos para desenvolvermos a nossa atividade.

Voltou a fazer a mesma pergunta, se fazíamos parte da lista da doutora Andreia Cardoso. Eu era a 4ª e os senhores vereadores eram o 5º e o 6º dessa mesma lista. Uns como independentes outros como militantes, mas todos fazendo honradamente parte dessa lista e presentes para o que for necessário durante o decorrer destes 4 anos.

Se a opinião incomoda? De modo algum; até agradeço porque acho que a discussão é saudável. A argumentação é um desafio e acaba por nos fazer pensar em muitas coisas. Estamos cá há pouco tempo mas já afirmámos várias vezes que estamos amplamente abertos para a conversação e discussão para acharmos o melhor cenário, não aos nossos olhos mas aos olhos dos angrenses.

Sobre a distância curtíssima entre a suborçamentação e o buraco, percebo o que está a dizer mas, (e vou inventar uma palavra), o mesmo se passa entre «sobregastos» e buraco; também vai uma distância curtíssima.

Em termos de gastos, (peço desculpa pela expressão), mas está-se a pôr um pouco o carro à frente dos bois porque ainda não existe um fecho de contas; apenas um estudo feito com base nos primeiros cinco meses do ano e extrapolado a doze meses. Foi feito nos meses que representam maior perda orçamental para a empresa.

É uma extrapolação que foi feita de forma fria mas precisamos do fecho de contas para termos os valores exatos e percebermos do que estamos a falar. Essa será a altura para sabermos se houve resultado líquido negativo, qual o montante em causa e os motivos. Neste momento trata-se de uma suborçamentação.

O senhor referiu-se à empresa que ficou à espera do recebimento de 223 000€ durante dois anos e questionou porque é que se paga a esta em vez de se pagar primeiro a outras. Verificou-se a junção das duas coisas. Foi dada prioridade aos locais, houve também uma formalização do procedimento e a liquidação da empresa ao fim deste tempo.

A respeito da previsão da receita de 86 000€ tendo havido apenas 117€, isso tem a ver com a classificação. A receita está relacionada com o *bowling*. Na altura do orçamento e na parte das receitas contabilizou-se toda a receita proveniente.

Quando se fez a cabimentação, o revisor oficial de contas optou por dividir essa mesma receita em 2, classificando como mercadorias, os 117€ que aí vê, colocando toda a receita proveniente dos jogos, na categoria de prestação de serviços. Dividiu em duas rubricas diferentes.

Em relação às suas dúvidas sobre a validade do documento, entenda-se, devemos dizer se será esse o documento oficial. Em junho houve exoneração do anterior ROC e nomeação do novo. Foi-nos dada agora a informação de que a realização desse relatório será da competência do segundo ROC. Assim sendo, não será esse o documento oficial mas não perde a sua validade como documento de trabalho. Em termos oficiais poderá não ser esse o documento.

Em relação ao estudo, já se fez uma parte; ainda não está concluído. É feito um estudo às contas e aos gastos da empresa e com base nos custos fixos serão definidas as opções que a Câmara tomará a partir daí em relação às despesas de capital.

Sobre o aumento de gastos nas freguesias, acrescento que a pouca verba que a Culturangra tem para desenvolvimento de atividades, depois de espremida e excluindo as Sanjoaninas, resume-se a cerca de 150 000€ para todas as atividades para o ano inteiro. Desenvolveram-se atividades em todas as freguesias do concelho.

Sr. d.m. João Santos: – Senhores deputados Joaquim Ponte e Nuno Melo Alves: não tenho rigorosamente nada contra reuniões em cafés e explanadas; antes pelo contrário. Fiz todo o meu ensino secundário a estudar e receber explicações em cafés e explanadas de Lisboa, uma prática comum no continente e muito agradável da qual guardo bastantes saudades e que já tentei incutir no meu filho sem grande sucesso.

Esta deveria ser uma prática a ser fomentada porque a conta ajudaria a aumentar os lucros para se pagar as rendas desde que não se faça à moda do Zé do Telhado sentando-se à mesa, pedindo um copo de água e um palito. Essa prática deve ser fomentada desde que dê lucro ao café.

Quando me manifestei em relação a isso não me referi ao local mas sim, ao *timing* devido ao que o senhor disse: «... Ontem à noite deram-me um documento». Leva a erros de análise e avaliação dada a precipitação e o pouco tempo que tiveram para o fazer, resultando neste possível e suposto facto político da Culturangra.

Como disse há pouco, não vou alimentar essa discussão. O único problema que vemos naquela empresa neste momento é o facto de o PSD não ter aprovado o programa que previa o reforço de verba com as consequências que daí advirão.

Neste momento é esse o problema. Tudo o resto foi uma tentativa (penso que, falhada), de se criar um facto político com uma argumentação baseada numa sustentabilidade que não existe.

Quanto ao investimento em «festa» de que falou, se fossem os senhores a governar não haveria um investimento tao grande em «festa», provavelmente fruto de uma divergência de ideologia política. Bom, se lhe quer chamar alguma coisa, chame-lhe estilo e não ideologia.

Penso que devem ser trazidos bons exemplos à discussão. Se há um expoente máximo e exemplo de gastos em «festa» é o concelho de Ponta Delgada. Presumo que o senhor deputado ainda se reveja na mesma ideologia política da líder regional do seu partido.

Não será certamente uma questão de ideologia. Chame-lhe estilo. Para nós, nem se trata de ideologia nem de estilo. Para nós há um investimento em atividades culturais e desportivas que é muito diferente de «festa».

Oh senhor Luís Rendeiro. Não olhe assim para mim. Este não é um problema deste município nem dos angrenses; se calhar é um problema generalizado em Portugal. É pena que o investimento feito em cultura e desporto seja normalmente visto como investimento em «festa».

Vemos, por parte da Culturanga e respeitando divergências de opinião num partido que é pluralista, investimento feito em manifestações tauromáquicas, em festas de freguesia, em concertos pimba, em Angra Rock, etc., ou seja, um investimento diversificado para toda a população do concelho.

Uma última nota só para lembrar porque sei que não vamos fazer disto um cavalo de batalha. Nem é preciso rever atas. Revi o meu *facebook*, mesmo que possa provocar algum incómodo a alguém, que eu o consulte durante a Assembleia Municipal. Certamente concordará comigo que não falei em mau nem em pouco investimento em zonas balneares, antes pelo contrário.

Refiro-me concretamente à zona balnear da Salga. Tanto falei do muito e bom investimento em zonas balneares que acabei por frequentar por diversas vezes uma zona que não tinha por hábito frequentar, que é a zona balnear do Refugio no Porto Judeu.

Nota-se uma diferença substancial em relação à melhoria de condições nas zonas balneares. Tentam acusar-me de negligência quando disse erradamente que tinha presenciado a destruição de um chuveiro de água doce na zona balnear do Refugio no Porto Judeu e que depois corrigi dizendo que tinha visto, num determinado dia, um chuveiro com todas as condições e que no dia seguinte já estava destruído com a canalização partida.

Em relação à Salga, manifestei a má utilização que os banhistas em particular e os utilizadores em geral, davam ao investimento lá feito. Na altura, num espaço de menos de 100 metros, contabilizei 14 recipientes para a colocação de lixo.

Consultei o *facebook* porque já não me lembrava quantos estavam, quer na parte de baixo da zona balnear, quer junto à estrada, quer os contentores grandes junto ao estabelecimento que lá existe. Aquele espaço estava com um ar desprezado e abandonado devido à utilização que as pessoas lhe davam. É incrível como aquilo podia estar tão sujo!

Lembro que o único reparo que fiz à Câmara Municipal, foi alertar que devia fiscalizar junto dos senhores presidentes de juntas de freguesia, a forma como exerciam as competências que lhes eram delegadas e como era aplicado o dinheiro que lhes era atribuído para a limpeza, o

que não é o mesmo que falta de investimento e abandono. As zonas balneares estavam exemplares ao nível de investimento e acauteladas as suas condições por parte da Câmara Municipal.

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – A zona balnear da Salga não foi alvo de limpeza desde o meio do mês de agosto após uma intempérie que destruiu a plataforma, nem se enviou para lá uma máquina para retirar as pedras para que os banhistas continuassem a usar o espaço.

Os caixotes do lixo, no mês de setembro em que a época balnear ainda estava aberta, levaram mais de três semanas para serem esvaziados. Se isto não é abandono, vai-me desculpar mas talvez tenha ido mais vezes ao Refúgio do que à Salga. Eu vou mais vezes à Salga do que ao Refúgio; cada um tem as suas preferências.

Voltando às questões orçamentais, acho que há aqui um problema crónico dos senhores do Partido Socialista, em perceberem o que é um orçamento. Um orçamento faz-se de acordo com as necessidades e as possibilidades financeiras. O que não pode, é haver constantemente um orçamento que reflita as possibilidades (e às vezes fazem-se orçamentos acima dessas possibilidades) e não haja limites para os gastos. Daí que seja perigoso, a senhora presidente da Câmara falar em «sobregastos» porque está a pôr o dedo no sítio certo.

A gente só gasta o que tem. A democracia tem algumas vantagens e permite às pessoas dizerem barbaridades como o fez o senhor deputado municipal António Toste...

Agora vai desculpar, mas vai ouvir. A democracia dá-lhe o direito de dizer tolices mas também me dá o direito de lhe responder.

Os orçamentos devem ter um limite e a gente só gasta o que tem; depois não se pode esperar que sejam as oposições a viabilizar todo o tipo de transferências de dinheiro público dos municípios, alguém que paga os impostos, para viabilizar todas as despesas que os senhores entendem.

Não são os senhores que têm que gerir melhor; os outros é que têm que transferir mais dinheiro. Ora essa! Essa foi muito boa! Foi mais uma das suas pérolas na Assembleia Municipal! O senhor é presidente de junta de freguesia, deputado à Assembleia Regional, devia ser responsável e não dizer tolices dessas pela boca fora.

Interrupção do senhor deputado António Toste.

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado António Toste. Tem que ouvir; depois classifique. Peço-lhe que ouça o senhor deputado Luís Rendeiro.

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – Sei que lhe custa mas ainda vai ouvir mais umas coisas. Ficámos também a saber que a postura democrática dos elementos do Partido Socialista em funções é diferente da postura revelada pela senhora presidente da Câmara e com ela deviam aprender.

Se existe oposição é sinal que existe democracia. Talvez o senhor preferisse que isto fosse a Coreia do Norte; que não houvesse pedras no sapato, oposições, nem ninguém que fizesse denúncias e que estivéssemos todos aqui a aplaudir o grande líder. Eh pá, tem azar! Não é assim!

A sua noção de democracia...

Interrupção continuada do senhor deputado António Toste.

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado António Toste faça favor de ouvir em silêncio.

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – A sua noção de democracia ficou bem explanada nesta casa e vale o que vale. A sua intervenção foi uma vergonha! O que o senhor disse aqui hoje foi uma vergonha!

Continuando com a atividade municipal, acho que é preciso repensar onde se gasta o dinheiro e reavaliar onde se deve fazer investimentos e não, despesas. É preciso avaliar a possibilidade de se fazerem atividades gratuitas, às quais os munícipes não aderem; deve haver critério.

Não basta dizer que existe uma agenda muito preenchida e que os vereadores não conseguem estar presentes em todas as atividades. É preciso ver as que são necessárias e as que se podem fazer. Tao simples quanto isto.

Sr. d.m. José Guilherme Brasil: – Senhor presidente da Mesa, Exma. Câmara. Queria responder ao senhor José Alberto Borges em relação à visita da senhora presidente a Santa Luzia.

Já lhe disse uma vez que o senhor é político mas eu não sou. Não concordo com toda a política aqui dentro porque não se discutem os assuntos principais e agridem-se uns aos outros; isso não me interessa.

A senhora presidente foi a Santa Luzia, visitou a asfaltagem da rua Ribeira dos Moinhos e o campo de basquete que levou tabelas novas e pintura; a cerca também foi toda arranjada. Houve também um alargamento nas traseiras da rua doutor Eduardo Abreu e a senhora presidente visitou o parque infantil que também beneficiou de obras.

Visitou mais um local mas não lhe vou dizer qual. Por acaso não é uma obra feita; é para fazer. Não lhe vou dizer, senão, sucede o mesmo que sucedeu com o saneamento da Ladeira Branca em que o líder do seu partido, o doutor Artur Lima, apareceu no jornal como sendo o primeiro a falar do saneamento da Ladeira Branca.

Não lhe vou dizer qual o lugar que ela visitou nem qual a obra, porque senão, aparece daqui a dias no jornal a dizer que ele é que inventou o lugar e fez a primeira proposta.

Temos um boletim de freguesia onde prestamos informação às pessoas e vocês acusam-me de fazer política do que fiz durante o ano. Por acaso este ano não se publicou esse boletim por causa de dinheiro, senão o senhor já estaria informado de tudo isso. Sou muito rápido nas minhas intervenções. Muito obrigado.

Sr. d.m. Nuno Melo Alves: – Comecei a minha anterior intervenção com uma felicitação à senhora presidente da Câmara. Esta intervenção continua na mesma onda e vou explicar porquê. Penso que há pouco não referi de forma explícita mas vou fazê-lo agora.

É de notar uma diferença marcante em relação ao anterior elenco na assunção das responsabilidades. Na vereação anterior, muitas vezes ouvíamos uma coisa que já ouvimos outra vez hoje e que voltarei a ela mais à frente, que tem a ver com o facto de se pedir à oposição para governar.

Tivemos um exemplo de um vereador do Partido Socialista, de pé, dizendo: «Só vou fazer o que a oposição disser. Deem ideias, tragam as coisas para a frente.» Se é para isso, venha sentar-se ao meu lado e vamos fazer oposição. Dê o lugar a quem sabe gerir.

Acho que é de felicitar essa sua atitude em que assume os erros, as virtudes e não tenta sacudir a água do capote como ouvimos aqui tanta vez, que a culpa é dos outros, da oposição que é má, esquecendo-se que esta Assembleia tem uma maioria absoluta ao contrário da Câmara. Aqui, onde os orçamentos são aprovados, há uma maioria absoluta.

Na sequência disso e falando ainda na questão dos Serviços Municipalizados, referi há pouco que a filosofia (e talvez tenhamos a oportunidade de ver isso mais à frente na questão do

Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados) do elenco da Câmara Municipal era a de que os Serviços Municipalizados eram para gerir só água e passar todas as outras competências para a TERAMB e RESIAÇORES, as empresas contratadas para gerirem lixo e fazerem formação de resíduos e de lixo.

Foi o que ouvimos várias vezes do então presidente dos Serviços Municipalizados, contestado por mim por várias vezes porque achei que não fazia sentido que aqueles Serviços passassem essas atividades para fora sem, primeiro, completarem e assumirem as suas funções.

Falou e bem, no que a lei define mas isso, há muito tempo que não é efetuado pelos Serviços Municipalizados de Angra. Podemos ser criativos nos dois sentidos e na medida em que os Serviços têm passado competências para empresas terceiras com subcontratações, podem perfeitamente assumir outras, poupando dinheiro à Culturangra, saindo ele do mesmo bolo, mas sendo gerido com maior eficácia neste caso.

Não propunha uma mudança de política mas uma mudança da execução da política. Queria deixar isto claro porque não estava aqui a tentar mudar as questões de fundo que era a decisão política de fazer ou não fazer a limpeza.

Em relação à questão de ser buraco ou não ser buraco, relembro que o orçamento da Culturangra para 2011, o tal que agora precisa de um reforço, foi aprovado em 2010. Relembro que o orçamento da Câmara Municipal de Angra que prevê a transferência de 900 000€ para a Culturangra também foi aprovado em 2010 nesta sala.

Relembro ainda que durante o decorrer de 2011 o vereador do CDS-PP na Câmara de Angra perguntou por mais que uma vez à presidente da Câmara se o valor de transferências previstas para a Culturangra era suficiente.

Até agora não veio a esta Assembleia, nenhuma alteração ao orçamento do ano 2011, pedindo um reforço das verbas. Não veio porque a anterior presidente da Câmara sempre disse que o valor era suficiente, pelo menos nas reuniões de Câmara em que o vereador do CDS-PP levantou esta questão.

Se há um buraco, é como disse a presidente da Câmara ou deputado Joaquim Ponte: ou houve suborçamentação ou excesso de despesa face ao que estava orçamentado. Seja como for, é sempre um problema de gestão socialista.

O que não ia acontecer este ano é o que aconteceu em 2009. Na véspera do ano novo, na véspera do fecho do ano civil e da aprovação de documentos importantes nesta casa, o Partido Socialista veio fazer chantagem dizendo que precisava de pagar a fornecedores como fez com a questão do empréstimo das Sanjoaninas. Isso aconteceu uma vez, não acontecerá a segunda.

Esse assunto está morto porque o PS o quis matar; não quis fazer as alterações ao orçamento em tempo útil, há 3, 4 ou 6 meses ou até na proposta de 2011 em vez de fazer sub-orçamentação com projetos nos quais, muitas vezes, os prazos de execução são muito mais longos do que o expectável. Não faz sentido que haja rubrica e verba inscritas no Plano e Orçamento que podiam ter sido aplicadas na Culturangra.

Não foi por opções políticas tomadas da vossa responsabilidade que votaram a favor o Plano e Orçamento. Vossa, quero dizer, da bancada do Partido Socialista. Não estou a individualizar. É importante que estes aspetos sejam aqui referidos e sublinhados.

Não sou porta-voz de outros partidos, muito menos de deputados ou de pessoas noutros cargos, mas penso que um deputado regional tem tanto direito de não usar o seu lugar para favorecer uma Câmara onde é vereador, como tem um diretor regional ou um membro de uma Assembleia Regional que é também chefe de um gabinete de um secretário ou tem outras

funções em empresas de outro nível, de não fazer favorecimentos dessa natureza. Julgo que a distância institucional, muitas vezes obriga a certas decisões.

É preciso lembrar que muitas vezes, estas decisões são tomadas por pessoas em todos os partidos e sem critérios de perseguição política nem nada disso...

Sr. presidente da Mesa: – Queira terminar senhor deputado.

Sr. d.m. Nuno Melo Alves: – Estou prestes a terminar, senhor presidente. Só queria lamentar um aspeto de algumas intervenções que aqui foram feitas que revelam uma cultura política que, infelizmente, o Partido Socialista tem revelado a nível nacional e regional de há uns anos a esta parte e que tem a ver com 2 aspetos prejudiciais para o país: um, é que os orçamentos não são para se cumprir. São orçamentados 10 mas vamos gastar 20 porque depois a oposição há de assinar um documento para nos dar o reforço dos 10.

O outro, é que a oposição há de ter a voz que o Partido Socialista entender. Há de usar os adjetivos que nós entendermos, há de usar as propostas que nós entendermos, há de propor aquilo que nós gostamos e há de se calar quando diz coisas com as quais não concordamos.

Estas duas atitudes que infelizmente, nalguns setores do Partido Socialista, fazem parte da sua cultura política e que já vem revelando há muitos anos, são a morte da democracia. São absolutamente nefastas e inaceitáveis.

Isto não pode ser assim. Nós vivemos em democracia e temos que respeitar as posições uns dos outros; discordando mas respeitando. O querer impor vontades ou outros desejos à oposição, (como vemos a Câmara tentar fazer muitas vezes), não me parece de forma alguma, legítimo e muito menos, prestigiante para a atividade política.

Não é aceitável na Madeira, não é aceitável aqui, não é aceitável na república que os orçamentos sejam sistematicamente desrespeitados pelos políticos que os aprovam. Isto aplicou-se à Culturangra no ano passado, se calhar aplicou-se noutros anos e aplica-se ao contrato programa que está agora em vigor e que estava em vigor quando houve os buracos de 5 milhões de euros, que o deputado João Santos referiu há pouco.

É inaceitável em qualquer uma dessas alturas e também é inaceitável hoje. Se não fosse isso o país não estaria com a *troika* e com o buraco financeiro acumulado há 20, 30, 40 anos.

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado António Toste. Por consenso das bancadas, dissemos quais as pessoas que estavam inscritas. Os trabalhos continuam da parte da tarde e o senhor terá a oportunidade de se inscrever e voltar a falar sobre o que entender. Peço que estejamos aqui por volta das 14H30 para começarmos os nossos trabalhos.

Interrupção dos trabalhos para almoço.

=====

Retomados os trabalhos às 14H55M.

1.2 - Orçamento da Câmara Municipal para o ano 2012, o qual importa, tanto na receita como na despesa, o total de 21 070 757,00 € (vinte e um milhões, setenta mil, setecentos e cinquenta e sete euros) e Grandes Opções do Plano no valor global de 12 830 487,00 € (doze milhões, oitocentos e trinta mil, quatrocentos e oitenta e sete euros). O mesmo orçamento contém o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2012 para aprovação

do órgão deliberativo, nos termos do artigo 53.º, n.º 2, alínea b) da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.

Sra. presidente da Câmara: – Boa tarde a todos. Farei apenas um breve resumo do orçamento da Câmara e ficarei disponível para esclarecimentos adicionais.

Este ano o orçamento da Câmara é de 21 070 757,00€. Destes, há que definir dois aspetos distintos: por um lado a origem da receita que provem, em primeira instância, da Administração Central com 9 638 169€ que correspondem a 45,7% do orçamento.

Da Administração Central recebemos também o Fundo de Equilíbrio Financeiro com 7 887 000€. Esta verba é transferida para correntes e capital e é um cálculo realizado com base em critérios como o território, a população, a hotelaria, etc.

Recebemos ainda da Administração Central, o Fundo Social Municipal que corresponde a 627 087€ respeitantes apenas a despesas correntes. É um valor que vem consignado e um cálculo baseado em critérios como a Educação, a Saúde ou a Ação Social. Vem consignado e deve ser comprovado.

Por fim, recebe-se ainda da mesma origem, o Imposto sobre o Rendimento Singular, um valor calculado em função do IRS cobrado localmente. Para este ano estão previstos 1 122 791€ e trata-se de uma receita corrente.

Com a lei do Orçamento de Estado para 2012 há reajustes nos processos de cálculo das transferências e conseqüentemente, há reduções nos valores de transferência para as autarquias. Há menos 502 810€ do que o previsto no Orçamento de Estado em 2011 e menos 1 456 554€ em comparação a 2010.

A segunda fonte de receita para o orçamento da Câmara são os fundos comunitários; têm um peso de 28,3% no orçamento, são estritamente, PROCONVERGÊNCIA e correspondem a 5 958 000€.

A terceira fonte de receita são os 11,3% de impostos diretos, equivalendo a 2 366 000€. Desses impostos diretos, a Câmara recebe o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) o Imposto sobre Transmissões Onerosas (IMT) e o Imposto de Circulação (IC). Há uma redução significativa do IMT porque há menos venda ou transmissão de imóveis nesta época de crise.

A quarta fonte de receita são as verbas afetas às habitações sociais. Corresponde a 6,4%, 1 350 000€ dos quais provêm 714 000€ do IHRU, verba para a aquisição das casas, um processo em fase de finalização. Da Secretaria Regional da Segurança Social, 636 000€ correspondentes a juros e capital dos empréstimos.

Há ainda a referenciar os impostos indiretos que são 2% da receita com 420 000€. Isto corresponde a taxas aplicadas diretamente a particulares e empresas.

Há ainda a venda de bens e serviços correntes no valor de 463 458€ o que corresponde a 2,2% e finalmente, num aglomerado, muito menos significativas e pontuais, outras receitas correntes com a venda de bens de investimento, rendimentos de propriedade, etc.

Assim, em termos de receitas de capital para 2012 temos 52,5% o que corresponde a 11 057 604€ e as receitas correntes no valor de 10 013 153€, ou seja, 47,5%.

Este ano o orçamento da Câmara é significativamente mais reduzido do que os orçamentos dos anos anteriores mas quando comparamos com as execuções, verificamos que se está ao nível dos anos anteriores porque este ano a equipa que esteve a preparar o documento foi

muito exigente nos cálculos das receitas e das despesas. É um documento bastante mais realista.

Há que salientar também a questão do IRHU. Estamos num processo de finalização das habitações sociais; era uma receita que, por motivos alheios à autarquia foi transitando de orçamento para orçamento com um peso muito significativo nos anteriores, estando agora em fase de conclusão. De referir também que os fundos municipais baixaram de acordo com a lei do Orçamento de Estado.

No que toca à despesa, a despesa de capital orça em 11 468 954€ o que corresponde a 54,4% e as despesas correntes situam-se nos 9 601 803€, correspondendo a 45,6%.

Nas despesas correntes com maior peso destacam-se as despesas com pessoal no valor de 4 139 936€, equivalendo a 43,12% do orçamento e temos ainda 2 599 604€, 27%, correspondentes à aquisição de bens e serviços.

Em relação às despesas de capital mais relevantes destacam-se as transferências de capital com 1 947 900€, 6,98% e os edifícios (muito significativos), com 34,42% correspondendo a 3 948 056€.

O total do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) é de 7 860 606€.

As Grandes Opções do Plano totalizam o valor de 12 424 587€. Destaca-se o ensino não superior com 27,83% deste montante equivalendo a 3 457 581€, os transportes com 20,31% o que corresponde a 2 522 988€ e a cultura com 2 105 502€ correspondendo a 16,95%.

De salientar que a cultura não se refere exclusivamente à Culturangra. Estão aqui também abrangidas, a tauromaquia e outras instituições.

Em termos de educação, destacamos as escolas da Ribeirinha e de Santa Bárbara. A escola da Ribeirinha está em construção e previu-se a reavaliação do projeto da escola de Santa Bárbara com a sua adaptação ao 1º ciclo face aos desenvolvimentos que entretanto aconteceram. Destacamos ainda os pavilhões desportivos do Posto Santo e das Doze Ribeiras.

No que toca à Ação Social, é de salientar o apoio a extratos sociais desfavorecidos. Apesar de não ser muito significativo em termos de volume, é a forma que muitas pessoas têm de fazerem pequenas intervenções ou de melhorarem um pouco as suas moradias. Destacamos também o Plano das Toxicodependências que este ano será alvo de revisão.

No que respeita à Habitação e Serviços Coletivos, destacamos a Delegação de Competências para as juntas de freguesia, a manutenção dos parques habitacionais e a empreitada de reabilitação das habitações sociais.

Em relação ao Ordenamento do Território, temos a requalificação de espaços públicos via Delegação de Competências das juntas de freguesia.

Em termos de água e saneamento, de referir as transferências para os Serviços Municipalizados para que continuem a manter o nível de qualidade e melhorem constantemente as condições dos serviços prestados aos munícipes.

Voltamos a salientar a Delegação de Competências no que toca aos resíduos sólidos e em termos de cultura, como já foi falado, é de evidenciar o projeto de reabilitação do Teatro Angrense. Há um estudo realizado sobre a infestação das térmitas que permitirá o nível de intervenção necessário naquele edifício.

Sabemos que será uma intervenção grande porque o Teatro Angrense já não cumpre os requisitos atuais para casas de espetáculo. Há a necessidade de o adaptar com a realização de uma obra de fundo.

Salientam-se também as transferências para a Culturangra com o objetivo de se manter as atividades culturais, desportivas e de lazer no concelho.

Em termos de Desporto, Recreio e Lazer especifica-se o apoio às instituições desportivas e atletas em nome individual que permitirá às equipas, não só a possibilidade de usufruírem de recintos desportivos para treinarem, como também a aquisição de equipamentos, deslocações em prova, etc.

A obra da estufa do jardim também é bastante emblemática porque beneficiará ainda mais aquele espaço muito acarinhado pelos angrenses.

Foi aqui mencionada há pouco a questão da zona balnear da Salga que vai ser alvo de requalificação. Esperemos que pelo menos esteja concluído o seu projeto de requalificação. É das zonas que, provavelmente carecem de maior intervenção neste momento. Prevemos que o projeto esteja concluído este ano.

Na área dos Transportes e Comunicações vamos continuar com o 3º Pacote de Estradas que se desenvolve por fases, elabora-se o projeto do 4º Pacote de Estradas e dá-se continuidade à reabilitação das calçadas do centro histórico que sofreu um ligeiro atraso em função de uma coordenação necessária com a EDA e com a PT. Este atraso traduz-se em 30, 40, 50 dias à exceção da rua da Sé que ficará para o fim com um atraso maior.

Com esta intervenção permite-se que estas três entidades intervenham nestas ruas ao mesmo tempo sem que haja a necessidade de voltar a levantar a calçada posteriormente.

Em termos de Mercados e Feiras destacamos o projeto de execução do Mercado Duque de Bragança. Já existe um projeto base do conhecimento geral que este ano dará lugar ao projeto de execução.

No Plano e Orçamento está incluído o projeto e uma verba inicial para a obra. O que está previsto no Plano e Orçamento é o melhor cenário, esperemos que chegue lá mas, tal como foi referido há pouco, tudo dependerá da forma como o processo do projeto se desenvolver dentro dos parâmetros legais.

Em relação ao mapa de pessoal destacamos a integração de três elementos provenientes dos Serviços Municipalizados que habitualmente já trabalham mais envolvidos nas questões da Câmara do que propriamente nos Serviços e, num processo que já estava a decorrer, procedeu-se também à contratação de cinco assistentes operacionais, um técnico superior para os recursos humanos e um engenheiro civil.

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – Entendemos que este orçamento vem na linha dos orçamentos dos anos anteriores e merece críticas semelhantes. Revela uma falta de orientação política e de estratégia de crescimento e modernização do concelho.

Os executivos socialistas vão apresentando medidas avulsas e desconexas sem uma linha de rumo ou fio condutor e que são abandonadas tão depressa quanto apresentadas.

Já vou elencar um conjunto de medidas e circunstâncias apresentadas, publicitadas, que apareceram e desapareceram de orçamentos, contemplaram verbas de um determinado valor que passaram a outros valores. Não se percebe o rumo que se quer dar, quais as prioridades e o que se pretende em termos de desenvolvimento para o concelho.

Entendemos que não há uma avaliação correta e realista das receitas e a senhora presidente da Câmara acabou de referir que este orçamento procura ser mais realista que os dos anos anteriores, o que só confirma o que denunciámos: que os orçamentos dos anos anteriores não eram realistas e havia uma sobrevalorização da avaliação de receitas que nunca chegavam a

acontecer fazendo com que as taxas de execução fossem muito baixas. É um orçamento sem base de financiamento sustentável o que faz com que não seja um orçamento credível.

Há aqui um pormenor revelador: as despesas correntes neste orçamento só baixam 200 000€ quando, devido aos cortes nos subsídios de férias e de Natal, deveria haver uma redução de 400 000€. Há aqui 200 000€ desses cortes dos subsídios que são absorvidos pelas despesas correntes.

No texto é também referida a problemática das limitações financeiras existentes. Continuamos a entender que essas limitações financeiras não se devem ao quadro de crise internacional e interna mas sim, ao estado de festa em que os senhores do PS têm mantido o concelho de Angra. De facto, o *slogan* mais infeliz é o «Angra em Festa».

Está esgotada a capacidade de endividamento do concelho como já referi esta manhã. Na nossa opinião, este orçamento reflete um projeto falhado de um concelho estagnado, descrente no futuro e sem soluções.

Vou começar a dar os exemplos. Este orçamento tem um total de 405 900€ de opções sem financiamento definido e ainda não se sabe onde se vai buscar o dinheiro. Parece-me uma verba muito avultada.

A escola da Ribeirinha, que tem sido uma grande aposta e uma prioridade deste mandato, também denota um deficiente planeamento e deficiente escolha do local. Temos aqui custos acrescidos em acessibilidades e obras complementares.

Temos 156 621€ de muros e correções do terreno, 35 000€ de indemnização pela destruição de uma garagem, mais 30 000€ para a construção de uma nova garagem, mais 321 360€ para construção de uma estrada de acesso, mais 15 350€ para aquisição de um terreno para um acesso pedonal e ainda falta resolver o problema da pocilga. É uma situação que nos preocupa.

Num momento de crise e contenção, também achamos difícil de explicar a prioridade dada ao pavilhão do Posto Santo com a sua construção prevista e um gasto de 547 040€ num só ano.

O pavilhão das Doze Ribeiras é mais barato e de construção faseada. Julgo que é preciso explicar estas duas formas de abordar problemáticas semelhantes.

Não vou fazer qualquer referência às questões da cultura porque já foram debatidas esta manhã.

O Plano de Urbanização está adiado mais uma vez. Em orçamentos anteriores estavam previstos 150 000€ para 2011 que não foram executados. Nesses planos anteriores também era referido que havia 150 000€ para 2012 e outros 150 000€ para 2013. Agora a rubrica está aberta com 5€ mas não há outras verbas.

Plano de Pormenor e Salvaguarda de Angra do Heroísmo: em 2010 eram 36 700€ para concluir e publicar o Plano, não foram executados 102 000€ em 2011 e agora em 2012 preveem-se 45 139€.

Continuamos a flutuar à deriva. As verbas vão mudando, vão sendo ou não, executadas e continuamos sem perceber o que o Partido Socialista quer.

Estavam previstos 15 000€ para o projeto do estudo do arranjo arquitetónico das ruínas do centro histórico; não se realizou.

Em 2010 previam-se 13 000€ não executados para o Plano Integrado para recuperação e Animação da Baía de Angra, em 2011 estavam previstos 10 500€ que também não foram executados e agora preveem-se 10 500€. Será que é para fazer?

Estudo de urbanização da zona nascente, outra prioridade do Partido Socialista, desaparece! Estavam previstos 50 000€ em 2010, 100 000€ em 2011 e agora deixa de existir.

Apoio a idosos e bem-estar: o orçamento do ano anterior previa 46 460€, este ano não existe.

Já se falou do projeto de requalificação da zona balnear da Salga contemplado em 38 800€. Ao mesmo tempo, em empreitadas para grandes reparações nas zonas balneares estão previstos 30 000€, menos do que o projeto de uma só zona balnear.

A verba total para o Plano das Toxicodependências diminui 1 000€ em relação ao ano anterior e há um reforço de 5 000€ para policiamento do Porto das Pipas. Denunciámos esta situação o ano passado porque o PSD entende que a autarquia não se pode contentar em fazer o combate às toxicodependências com o policiamento do Porto das Pipas e atividades desportivas, de lazer e desportos radicais.

O problema da toxicodependência no concelho não se resolve com essas atividades nem com o aumento do policiamento apenas no Porto das Pipas. Tem que haver aqui um conjunto de medidas mais abrangentes e compete-vos tratar este tema com outra importância.

Este ano não há verba para combate às térmitas; apenas para prevenção. Em 2010 tínhamos 160 000€ para esse fim, em 2011 reduziu-se para 94 240€ e em 2012 só há 10 875€ para prevenção e sensibilização. Parece-nos uma verba bastante reduzida dado o problema das térmitas no nosso concelho.

Construção do canil municipal: estava previsto com verbas do ano passado, este ano está adiado. Em 2011 eram 5 500€ para o projeto, 59 102€ para a construção e este ano não há.

A Ação de Prevenção e Sensibilização de Controlo de Roedores tem contemplada uma verba de 20 000€ igual à de 2011. Não nos parece uma campanha efetiva de combate a uma praga. Embora não seja tão grave com as térmitas é uma situação de grande incómodo. É insuficiente; tem que se fazer mais.

O Centro Interpretativo de Angra do Heroísmo, outra bandeira eleitoral do Partido Socialista, também deixou de existir. Para 2010 previam-se 40 000€ e em 2011 estavam previstos 25 000€ para executar em 2012.

Devo também lembrar a elaboração do projeto do Teatro Angrense e execução da obra, um compromisso do anterior executivo com início previsto para este ano que levou à abstenção do PSD e viabilização do orçamento do ano anterior. Este ano já não é para se fazer a obra; a verba contempla apenas o projeto.

Também desaparece a construção do pavilhão da Universidade dos Açores. O Plano de 2010 previa um valor de 72 500€ para executar em 2011. Não se fez.

As Casas de Chá do Relvão e do Fanal também desaparecem.

Os programas que foram bandeira da política de educação do concelho como o «CIÊNCIA DIVERTIDA» e o «MATEMÁTICA A BRINCAR» também desaparecem.

Em tempo de crise e dificuldades o programa «BOLSANGRA» mantém a mesma verba de 27 000€, prevista para 2011.

Tendo em conta a prioridade dada a outras rubricas deste orçamento e dada a crise e as dificuldades dos agregados familiares com filhos a estudar fora da ilha, parece-nos que esta verba de 27 000€ para bolsas de estudo poderia e deveria merecer um reforço e outra atenção.

Projeto de Arquitetura e Especialidades para a Requalificação e Ampliação do Clube Náutico: em 2011 estavam previstos 89 102€ para alterações ao projeto; não foram executadas. Neste ano passam a ser 62 375€. Isto é apenas o projeto, não a obra.

Desaparecem deste Plano e Orçamento os parques de estacionamento subterrâneos. Em 2011 eram 15 000€ para elaboração de peças concursais e ao mesmo tempo 40 000€ para um projeto de um parque de estacionamento no Largo Prior do Crato. Gostaria de saber o que foi feito neste sentido, uma vez que estas referências e estas bandeiras desaparecem do orçamento deste ano.

No que toca ao 4º Pacote de Estradas, em 2011 previam-se 35 500€ para projeto mais 800 000€ para execução; em 2012 só aparecem 30 700€ para o projeto.

Estudo de trânsito, uma medida importantíssima defendida pelo PSD e anunciada pela anterior presidente da Câmara no último mandato. O trânsito da cidade e do concelho de Angra está no seu pior devido aos mais variados constrangimentos, às obras que estão a ser feitas e ao aumento do parque automóvel. No entanto, só estão previstas verbas para meio estudo. A outra metade do estudo ainda não tem financiamento definido. Julgo que este tipo de estudos e preocupações deviam ser estruturantes.

Está prevista para 2012 a elaboração do projeto e início da obra do mercado Duque de Bragança. No entanto estavam previstos 1 800 000€ para que se começasse a obra em 2011 e mais 1 200 000€ para 2012 e 2013. Agora é suposto acreditarmos que em 2013 se executem 3 000 000€ de obras de uma só vez.

No ano passado previam-se 10 000€ para manutenção dos vitrais da Câmara Municipal. Prevê-se a mesma verba para este ano porque não se executou o ano passado. Também não se fez o tratamento de térmitas nos Paços do Concelho e não se concretizou o Centro Desportivo de Alto Rendimento, prometido desde 2009; nunca mais apareceu nos orçamentos.

A nova zona verde, aquele mega projeto tao badalado para a zona entre a Memória e o Jardim Público, (bandeira eleitoral), nunca veio, nunca apareceu, nunca se fez, assim como também desapareceu o edifício multisserviços para o bairro do Lameirinho.

Entendemos que este orçamento, além de pouco realista em termos financeiros, é o fim do programa eleitoral do Partido Socialista.

Elenquei os exemplos que se podem constatar pela consulta dos orçamentos deste ano e dos anos anteriores. Que credibilidade poderá ter este orçamento, uma vez que os anteriores não tiveram? Muito obrigado, senhor presidente.

Sr. d.m. António Toste: – Não tenho nada contra o senhor deputado Luís Rendeiro, contra o PSD ou contra quem quer que seja. O senhor Luís Rendeiro disse que eu só disse barbaridades. Quem eu saiba, não ofendi ninguém e não acusei pessoas; apenas falei de política.

O senhor deputado Joaquim Ponte disse que a senhora presidente da Câmara tinha que ser política e foi isso que eu fiz; constatei factos. Não levantei nada de novo. Tenho um pensamento próprio que é meu. Não é seu. Cada um tem direito ao seu pensamento e, certamente, não vamos estar de acordo.

Eu não disse barbaridades. Quem as disse aqui publicamente cara a cara à senhora presidente da Câmara foi o senhor e também escreve barbaridades para o jornal. É o que penso e o que ouço por parte das pessoas.

O senhor Joaquim Ponte diz que anda nos cafés e fala com pessoas que dizem isto e aquilo. Por cada pessoa com quem ele fala eu falo com dez na Praça Velha, nas freguesias, na feira do gado, lugares onde ele não costuma estar. Se calhar tenho maior conhecimento que ele.

Passando ao que eu disse ou não disse que os socialistas não querem oposição, nós nunca dissemos que não queríamos oposição. O que eu disse foi que a oposição que é feita na

Câmara de Angra e não na Assembleia, vai para além do razoável. Disse e sustento. É um facto e os senhores sabem que é assim. Se o senhor não quer admitir, paciência. Estou no meu direito.

Se hoje temos seis partidos na Assembleia Regional, isso deve-se ao PS, nomeadamente ao seu presidente Carlos César. Tínhamos o PSD, o PS e o CDS-PP com um elemento e hoje temos seis forças partidárias. É sinal que queremos oposição.

A oposição não é só para falar mal nem destruir; também tem que ser construtiva. Esperava-se mais do PSD; infelizmente é zero. Foi o que o senhor acabou de fazer. Falou muito mas não disse nada. Já lá chegaremos.

Quando eu disse que faz emperrar a máquina, apenas fiz uma constatação. Há muito tempo ouvi um debate entre dois grandes homens, dois grandes líderes, dois grandes presidentes de Câmara, o Rui Rio e o António Costa. Foi o próprio Rui Rio, que já governou em minoria, que disse que a oposição numa Câmara, quando não é construtiva e não quer ajudar, emperra a máquina, atrapalha e estorva.

O que vimos aqui com essa nova Câmara, com um presidente e dois vereadores, pelo que disse a senhora presidente, (eu não ouvi nem tomei conhecimento por escrito), em relação à Culturangra numa nota informal na preparação para a reunião, foi que a oposição foi a correr para a comunicação social e arranjou um buraco na Culturangra.

Já foi aqui esclarecido e mais do que falado. Uma empresa fez um estudo e um relatório do conhecimento da anterior oposição na Câmara, estudo esse, que saiu mais tarde.

Volto a frisar uma coisa muito importante. Não somos nós aqui na Assembleia que vamos resolver. A Câmara de Angra com os seus vereadores é que terá que resolver e ultrapassar o orçamento da Culturangra que é muito importante. Sobre isso, o senhor e os seus colegas não disseram uma palavra.

Seria muito importante que a Câmara de Angra tivesse disponíveis, até ao final do ano, 238 000€ que poderiam ter sido transferidos para a Culturangra para que pudesse pagar aos seus fornecedores para que estes, por sua vez, pudessem cumprir com as suas despesas e pagar aos seus funcionários. Penso que o PSD pouco se importa com isso. Os senhores, sobre isso, nada disseram.

Não sei qual é a vossa intenção. Vocês estão-se marimbando para as pessoas que têm dinheiro para receber. Acho que se deviam empenhar, preocupar-se com isso e tentar ultrapassar a situação. Se tivéssemos uma oposição construtiva que quisesse trabalhar, teria colaborado com a Câmara.

Também foi aqui dito que a despesa da Culturangra era muito superior e foi reduzindo dos 3 000 000€ em 2009 até 1 900 000€ em 2011 e os senhores da oposição da Câmara concordam com o orçamento para 2011 que é mais ou menos equivalente ao de 2012. Se aprovaram para 2011 porque é que não aprovam para 2012?

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado António Toste, estamos a discutir o Plano.

Sr. d. m. António Toste: – Vou já passar ao Plano. Gostaria de fazer mais um pequeno aparte. Peço-lhe só mais um minuto.

Sobre o que referiu o senhor Nuno Melo Alves relativamente ao voto na Assembleia, percebo que um deputado regional possa votar de uma maneira na Assembleia Regional e de outra, na Câmara e possa ainda votar de maneira diferente na Assembleia Municipal. Percebo isso, é um direito, mas acho que está mal quando se diz que a Culturangra não tem dinheiro porque estamos a falar da cultura na Terceira.

Um grupo de deputados do PS na Assembleia Regional faz uma proposta para aproveitar a oportunidade de um reforço de verba para a Culturangra, para o desenvolvimento da cultura, do desporto e do lazer na ilha Terceira e temos um partido que vota contra. É ainda mais grave quando um deputado regional que também é vereador da oposição da Câmara de Angra, vota contra uma proposta destas.

Em 2009, na votação do orçamento para 2010, a proposta apresentada pelo CDS-PP foi aprovada por unanimidade. Quando a proposta é apresentada pelo PS dois anos depois, é votada contra. No mínimo, deveria haver um esclarecimento. Não consigo entender isso.

Tenho o direito de dizer que isso não está mal; está péssimo! As pessoas com quem falo, (que são muitas mais do que aquelas com quem fala o doutor Joaquim Ponte), também acham que está mal.

O senhor está-se a rir. Eu sei que custa ouvir as verdades mas isso é um facto. É uma realidade que os senhores não gostam de ouvir, por isso estão-se a rir. O senhor vai ter mais com que se rir. Ainda vai rir mais! O senhor e o seu partido ainda vão rir mais!

A respeito do orçamento, o senhor deputado Luís Rendeiro disse que o que não foi feito, deveria ter sido feito e o que está feito, está mal. É pouco! É muito pouco!

Relativamente à escola da Ribeirinha e à escolha do local, foi o CDS-PP que levou isso mais avante e até escreveu coisas para o jornal que não estão certas, muitas inverdades e ataques pessoais, o que é lamentável.

O PSD ficou nas encolhas, não tomou posição. Ficou com medo sem saber se iria para a frente ou para trás. Quer fazer alguma coisa, quer ganhar as eleições mas não sabe se as vai perder. Não sabe o que quer.

Como presidente da junta de freguesia da Ribeirinha e enquanto cidadão, penso que a Ribeirinha escolheu o melhor local para a escola porque está mais ao centro da freguesia. Embora digamos que a rua da Igreja é a principal, temos duas ruas paralelas: a rua da Igreja e a rua professor António José de Melo. A escola fica no meio recebendo crianças da rua da Igreja, da Serra, de Santo Amaro e da Ladeira Grande.

Não tenho muito tempo para falar da escola da Ribeirinha, mas vou falar do essencial. Para quem conhece a Ribeirinha, a freguesia tem muita população numa área muito pequena de apenas 7,9 Km².

Há pessoas do lado de lá do PSD que certamente se lembram que se demorou cerca de 20 anos para se construir uma Casa do Povo devido a dificuldades em se encontrar um terreno. Neste caso encontrou-se um terreno. O custo é discutível mas devo louvar a coragem da senhora presidente em avançar, ir em frente. Temos a escola em execução que certamente será inaugurada para o ano. Penso que está no lugar ideal.

Quanto ao custo da estrada, o senhor falou com desconhecimento de causa. Vou explicar-lhe porque aquela rua é necessária. É um facto que a rua é para servir a escola mas acha que a escola deveria estar na estrada regional com o movimento que lá existe? Não deve ficar num lugar mais retirado e mais seguro?

A sua opinião conta pouco para ali. O que conta é a opinião do povo da Ribeirinha... Da escola de Santa Bárbara, falo depois. As pessoas da Ribeirinha é que têm uma palavra a dizer onde querem a sua escola. Não é o senhor que vai dizer onde devemos ter a escola.

Foram feitas duas ruas, penso que, na altura em que o senhor Joaquim Ponte era presidente. Fez dois arruamentos e fez bem: a rua professor António José de Melo e a rua padre António Ornelas Simões. Isso foi feito na altura do saneamento básico Ribeirinha/Cabo da Praia.

Foram feitos esses arruamentos e há duas ruas previstas: uma é a rua que hoje dá acesso à escola e uma outra mais acima, o que quer dizer que desde aquela data até aos dias de hoje nunca se fez nenhuma abertura. Sabe para que eram aquelas duas ruas? Para se fazer a ligação entre a parte antiga e a parte nova da freguesia.

Não vou discutir as razões porque isso não foi feito. O PS continuou na Câmara e não o fez; houve outras pessoas do PS na Câmara e não o fizeram por razões que não vamos discutir agora. O que é certo, é que aquelas duas ruas já estavam previstas.

Quando ganhámos a junta de freguesia da Ribeirinha, fizemos força para que se construísse pelo menos, uma rua daquelas. Não queria duas ruas para a Ribeirinha quando há outras freguesias que também precisam mas, pelo menos uma.

Houve a possibilidade de se fazer a escola ali e acho que se juntou o útil ao agradável. Temos uma escola num lugar seguro, num lugar central da freguesia e uma rua que serve de acesso à escola e serve também para ligar a parte antiga à parte nova da freguesia.

Sem essa rua, as pessoas que moram acima da estrada regional na zona de Santo Amaro teriam que ir até à rua da Igreja e voltar para baixo para irem para Angra. Essa rua facilita o trânsito.

Sabe que a canada de S. Pedro na Ribeirinha tem trânsito nos dois sentidos onde nem passa uma mota? É um problema constante. Com a alteração dessa rua, para além de servir a escola, passamos a circular ali em dois sentidos e a canada de S. Pedro passa a um só sentido facilitando o trânsito na Ribeirinha. São coisas que o senhor não sabe assim como o PP falou sem saber o que estava a dizer. Falaram de coisas que não conhecem.

Os senhores falam muito em democracia, no poder local e nas pessoas. Os senhores marimbaram-se e não ligaram à junta de freguesia da Ribeirinha. Nunca procuraram o presidente da junta de freguesia que foi quem iniciou esse processo em 2006 juntamente com o presidente da Câmara e o Secretário da Educação da altura, o professor Álamo.

Já vou terminar mas há aqui mais um aspeto importante que é o caminho para a escola de Santo Amaro. É lamentável como o senhor diz as coisas! Por um lado é porque se gasta muito dinheiro. Por outro, vai-se gastar muito num caminho. Como é que teríamos um ATL?

O senhor não percebe que a escola de Santo Amaro já foi renovada, tem todas as condições para servir de ATL e um centro de catequese? O senhor sabe que temos três centros de catequese divididos pela freguesia e desta forma ficamos com um centro de catequese e com um ATL em condições que não temos neste momento?

Falou-me em 15 000€ para um arruamento. Sabe quanto custa um ATL? O senhor é contra isso? O senhor vai-me desculpar mas não sabe do que fala! Por vezes, o senhor fala para não ficar calado.

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – Queria esclarecer algumas circunstâncias referidas pelo senhor deputado António Toste. Claramente, o senhor deputado não percebeu nada do que estivemos a dizer. Tem o direito a opiniões divergentes e saúdo o tom mais calmo com que agora deu resposta à minha intervenção de há pouco.

O senhor ainda não percebeu que o povo é sábio e da mesma maneira que é sábio e dá vitórias eleitorais, também as tira. O mesmo povo sábio retirou-vos a maioria absoluta nas últimas eleições; isso tem uma leitura: o povo já desconfiava de tudo que estamos aqui a debater.

Uma das coisas de que o povo desconfiava era dos orçamentos mentirosos apresentados e passados nestas Assembleias com coisas que são prometidas e não são executadas e com coisas anunciadas que não são orçamentadas.

Quando o senhor vem dizer que as freguesias são todas tratadas por igual...

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado, Luís Rendeiro. Isso é mais uma intervenção. Era só para um esclarecimento.

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – Foram proferidas aqui coisas complicadas.

Sr. presidente da Mesa: – Aí, o senhor deputado Luís Rendeiro inscreve-se para uma segunda intervenção. Julguei que fosse um esclarecimento em relação a algo que o senhor deputado António Toste tivesse dito. Se é, faça o favor de concluir.

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – O senhor deputado António Toste esquece-se que a sua é uma freguesia claramente beneficiada em relação a outras como, por exemplo, a de Santa Bárbara que não tem escola. Não foi feita. Não houve dinheiro para Santa Bárbara.

É muito fácil falar de barriga cheia contra as oposições mas o senhor só sabe estar no poder. Quando o poder era PSD o senhor estava de um lado. Quando passou a ser PS, passou a estar de outro. O senhor não gosta de estar na oposição. Só gosta de estar no poder. Muito obrigado, senhor presidente.

Sr. d.m. António Toste: – Nós percebemos que retiraram a maioria mas o povo votou no PS para governar a Câmara de Angra o que os senhores não querem, da mesma forma que o povo votou lá fora no continente em que o PSD ganhou as eleições mas não ganhou a maioria. Os senhores juntaram-se ao PP para terem maioria. Onde está o critério?

Aqui o povo quis assim e os senhores querem mandar no lugar dos que ganharam as eleições. Lá fora não tiveram maioria e juntaram-se para a conseguirem. Afinal quem é que quer a maioria? É o PS ou o PSD juntamente com o CDS-PP?

Sr. presidente da Mesa: – Meus senhores, já houve esclarecimentos suficientes.

Sr. d.m. António Toste: – Termina já, senhor presidente. Eu tenho todo o gosto em que Santa Bárbara tenha uma escola. O que acontece é que o processo da Ribeirinha iniciou-se muito antes do de Santa Bárbara. Essa é a realidade.

Também lhe disse que a Ribeirinha tem duas ruas previstas desde o tempo do PSD e nós pedimos apenas uma. O senhor está por fora desse projeto, está a falar de cor e não sabe o que diz.

Sobre o facto de eu ser do PSD ou do PS, eu sou do que quero e bem entendo e o senhor e o seu partido nada têm a ver com isso!

Sr. d.m. Joaquim Ponte: – Também é para um esclarecimento. Muito obrigado, senhor presidente.

Na sua intervenção, o senhor deputado António Toste fez várias referências à minha pessoa mas houve uma delas sobre a qual gostaria de obter um esclarecimento, o que me parece legítimo. Tem a ver com o número de pessoas que eu ouço e aquelas que ele ouve.

Penso que deve haver aqui um resultado de alguma sondagem ou há alguém que me persegue enquanto circulo pela nossa cidade, que faz com que o senhor Toste diga com rigor matemático, que fala com dez pessoas a mais do que eu.

Gostaria de saber se me poderia esclarecer esse assunto e qual é o estudo ou a sustentação para fazer uma afirmação dessas.

Sr. d.m. António Toste: – Eu esclareço rápido, rápido... Posso responder, senhor presidente?

Sr. presidente da Mesa: – Não. O senhor deputado dirigiu-se ao presidente da Assembleia. Neste caso compete-me responder. Eu conheço uma série de “aparelhómetros”, pedómetros,

conta-quilómetros, etc., mas ainda não conheço nenhum «conta-pessoas». É a única explicação que posso dar. Cada um vai contando com quem vai falando.

Vamos entrar no ritmo normal dos nossos trabalhos. Tem a palavra a senhora presidente da Câmara.

Sr. d.m. António Toste: – Para si, faça-lhe assim com as duas mãos...

Sra. presidente da Câmara: – Posso, senhor presidente?

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – Peço desculpa mas gostaria de recordar ao senhor presidente da Assembleia Municipal que, (naquela intervenção em nome do Partido Socialista, que esta bancada já criticou com muita veemência), quando se referiu aos partidos da oposição como tendo comportamentos arruaceiros, se recorde de muitas das posturas do senhor deputado António Toste nesta Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Mesa: – Peço desculpa. Quando é que fiz uma intervenção como presidente da Assembleia, falando em arruaceiros?

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – Como representante do Partido Socialista naquela que nós já...

Voz não identificada: – Ele atirou o microfone, agora?

Sr. presidente da Mesa: – Não misturemos as coisas. Aqui falo como presidente da Assembleia. Como porta-voz do secretariado de ilha do Partido Socialista, falo o que entendo e não tem que ser questionado aqui, assim como não questiono o que faz o senhor deputado Luís Rendeiro ou o senhor deputado Joaquim Ponte. São livres de o fazerem. São coisas completamente distintas.

Aqui tratamos de coisas e eu respondo como presidente da Assembleia e pelos atos que pratico nesta sala.

Sra. presidente da Câmara: – Tive muita dificuldade em ir anotando a totalidade do rol mas já tenho resposta para algumas questões porque também já haviam sido colocadas em reunião de Câmara.

A redução proporcional dos subsídios de férias e de Natal não acontece porque está prevista a contratação de novas pessoas. Uma coisa não compensa a outra na totalidade, daí a diferença, mas há uma compensação de um lado para o outro.

Cada pessoa recebe 12 ou 14 meses dependendo do montante do salário em causa; entre 600€ e 1 100€ recebe 13, acima disso recebe 12. O número de pessoas contratadas compensa, de alguma forma, esse diferencial por isso é que não é completo; é uma redução parcial.

O financiamento não definido, num total de perto de 400, ficou mencionado dessa forma no orçamento porque se prevê a inserção do saldo de gerência que agora acresce devido ao IRS. Como o valor desse saldo de gerência será apurado na prestação de contas de abril, só nessa altura será feita a sua revisão e inserção que depois compõe a questão do financiamento não definido.

Em relação à escola da Ribeirinha, na altura da aquisição do terreno, houve uma equipa técnica da Câmara que se pronunciou sobre a localização ideal para a construção da escola. O senhor tem toda a legitimidade em questionar mas tudo se baseou em critérios técnicos.

Foi este o entendimento da equipa de então e a Câmara acredita nos Pareceres dos seus técnicos. A localização da escola teve também a ver com o distanciamento de antenas de transmissão de telemóveis, fatores que condicionaram aquela localização específica.

Estava prevista a construção de um arruamento que ligasse ambas as estradas tendo-se conciliado as duas coisas. Previa-se que a rua fosse construída um pouco mais acima, mas baixou-se um pouco evitando a construção de um segundo arruamento, levando à consequente redução de custos.

Respondendo-lhe agora em relação ao Plano de Urbanização, o mesmo não foi adiado por força da legislação recente que o fundiu com o Plano de Pormenor e Salvaguarda, o único em vigor que agrega os dois Planos.

Em relação à diferença de valores comparativamente ao outro ano, é o remanescente que está contemplado no orçamento. Também coloquei essa questão que já havia sido colocada em reunião de Câmara e foi-me explicado que o levantamento é feito, salvo o erro, até 30 de outubro e depois há pagamentos intermédios. O diferencial é do pagamento correspondente a essa fase e os valores são os mesmos.

Quanto ao Plano das toxicodependências, o mesmo carece de revisão e intervenção, o que acontecerá este ano.

No que toca às ruínas, havia uma intenção do anterior elenco camarário de tapar algumas delas com lonas à semelhança do que se faz no resto do país, especialmente as que representam perigo.

A Câmara tem autonomia de agir sobre os edifícios que representem riscos para as pessoas, ou seja, pode isolá-los e proceder a pequenas reparações para os tornar mais seguros, imputando os custos aos proprietários. Neste momento prevê-se a posse administrativa de alguns edifícios que constituam algum perigo.

No que toca ao combate às térmitas, devido à alteração da legislação, foram retiradas às autarquias, as competências que lhes estavam afetas no âmbito da fiscalização e intervenção, daí a redução no Plano, mantendo-se a questão da sensibilização.

O Centro Interpretativo de Angra vê contemplada parte da sua intervenção no orçamento, descrita como «ruínas na rua do Marquês». Não sei se está exatamente com este nome mas é esta a sua localização e é assim que está definido, ou seja, prevê-se a reabilitação e intervenção nas ruínas que lá existem.

Em relação ao projeto do Clube Náutico, o valor que está no orçamento é o que foi aprovado em reunião de Câmara. Desse montante já foi paga uma parcela e está tudo conforme com o que foi aprovado.

Sr. d.m. José Alberto Borges: – Na sua intervenção, o senhor José Guilherme, presidente da junta da minha freguesia falou em obras secretas. Gostaria de lhe perguntar se há orçamentos secretos para obras secretas porque desconheço essas obras e seria bom que tudo fosse clarificado.

Em relação ao senhor presidente da junta de freguesias da Ribeirinha, gostaria de dizer que o CDS-PP nunca se opôs à construção de qualquer escola. Sem quaisquer ofensas pessoais, o CDS apenas questionou sobre os custos dos terrenos que achou exagerados, o que foi denunciado publicamente. O senhor veio confirmar isso agora quando disse que o preço é discutível. Nós achamos que não há discussão e foi exagerado.

Quero dar-lhe os parabéns porque a escola da Ribeirinha vai ser construída mas vamos ver quanto vai custar à Câmara Municipal. Dou também os parabéns à população da Ribeirinha que não pagará um escudo e terá a melhor escola da ilha, dos Açores, do continente, da Europa, do mundo e ilhas adjacentes. Parabéns. Alguém vai pagar por isso.

Não quero entrar em discussão com o senhor António com quem tenho uma amizade pessoal e não estou aqui para entrar em qualquer tipo de diálogo.

Sr. d.m. António Toledo Alves: – Gostaria de apresentar cumprimentos ao senhor presidente e à Mesa da Assembleia, aos Exmos. colegas deputados e de uma maneira especial, ao jovem executivo camarário.

Como angrense, muito me orgulho de os ver à frente desta Câmara, todos eles com provas dadas e já com tanta bagagem e conhecimento após nove ou dez dias de Câmara. É sinal que vamos entrar no ano 2012 com muito futuro pela frente.

Há aqui uma situação referida pelo senhor deputado em relação ao pavilhão do Posto Santo, que gostaria de esclarecer. A construção desse pavilhão tem o Parecer positivo de toda a vereação desta Câmara e conta com um ano de atraso devido à falta de responsabilidade de um projetista que não assumiu o que fez.

É um pavilhão da escola básica do Posto Santo que também servirá o desporto. Como todos sabem, trata-se de uma zona húmida que não tem espaço coberto, tem 86 crianças na escola, 110 atletas a praticar futsal e 60 crianças a praticarem danças de salão. Julgo que é algo necessário para aquela freguesia.

O senhor deputado fala em pavilhões que não foram feitos como a escola da universidade ou outras coisas que ficaram por fazer e depois, quando vê algo que foi posto a concurso, já foram abertas as propostas e vai ser feito, interroga-se porque é que se vai gastar dinheiro e fazer-se de uma vez.

Lembro que este pavilhão vai servir uma escola e tem 85% de financiamento a fundo perdido. Se calhar, não aproveitaríamos os fundos para construirmos o pavilhão! Não percebi bem.

Sr. d.m. Manuel Conde Bettencourt: – Vamos lá ver se o microfone está a funcionar. Parece que sim. Peço desculpa, não quero que o acidente se assemelhe ao do doutor Joaquim Ponte. Vou tentar falar mais baixinho porque os senhores já devem estar cansados de tanto ruído e de muitas intervenções.

Exma. Mesa da Assembleia, senhor presidente, senhora novel presidente da Câmara e respetiva vereação, os meus desejos de êxito na sua atividade nos próximos tempos. Gostaria de fazer uma pequena intervenção em relação às questões orçamentais. Não sendo economista, ficar-me-ei pela generalidade dos preâmbulos e tentativas de enquadramento dos orçamentos.

A ideia com que fiquei sobre o que foi dito pelo meu colega Rendeiro em relação aos orçamentos anteriores, é que são uma espécie de ficções que, pontualmente, têm alguma concretização mas que depois não se consubstanciam na execução de tudo o que lá está previsto. Dá a ideia que a previsão é algo que mora ao lado. Depois, estamos todos a atravessar uma situação muito grave e não vale a pena estarmos sempre a falar da crise porque já fico doente de a ouvir. Na verdade, estamos todos com dificuldades.

Porque vi mal, ou porque não consta, não vi nenhuma reflexão. Há aqui umas considerações gerais sobre a situação conjuntural, menos 5% de transferências da Administração Central para a Administração Local conjugadas e umas generalidades conjunturais que, à partida, justificariam uma reelaboração orçamental.

O que me interessa é saber o que a Câmara pensa em relação aos seus endividamentos, isto é, se já atingiu o máximo endividamento e não tenciona endividar-se mais para executar os projetos orçamentais que julga concretizáveis, se recorrerá a meios próprios e aos fundos comunitários sem necessidade da banca, se pagará aos fornecedores a tempo e horas, situação

que considero absolutamente prioritária atendendo a que estamos em crise e os pequenos comerciantes e os fornecedores da Administração Local, Regional ou até Nacional precisam do dinheiro como pão para a boca.

Gostaria de saber qual a postura da Câmara em relação aos pagamentos a efetuar às pessoas que lhe prestam determinado tipo de serviços. Quanto a mim, salvo melhor opinião, uma situação de crise exige um especial cuidado especialmente àqueles que ficam meses ou anos à espera do Estado e das autarquias que são maus pagadores. Isso para mim é que é importante.

Gostaria de perguntar à senhora presidente da Câmara se, em sua consciência, acha que esta Proposta de Orçamento e Opções do Plano é realista, concretizável, financeiramente saudável, sustentável e não exige que enterremos ainda mais o concelho nos empréstimos à banca. Ficaria um pouco mais tranquilo se me conseguisse satisfazer esta curiosidade.

Sra. presidente da Câmara: – Se, em consciência, entendo que este orçamento é sustentável? Entendo que sim. Tive o cuidado de o analisar e discutir com a equipa técnica da Câmara que é muito exigente e responsável na elaboração deste tipo de documentos. Conseguem superar-se de trabalho para trabalho e eu acho que o resultado que aqui está é muito fiável e muito exigente. Há pouco disse que este orçamento é muito exigente no cálculo da sua receita e despesa.

Quanto ao endividamento, é concedida às autarquias a possibilidade de fazer mais algum trabalho recorrendo ao crédito. A Câmara está confortável e não ultrapassou os limites do crédito que a legislação confere às autarquias. Não se afigura que passe algum susto nos próximos tempos devido a qualquer empréstimo.

Em relação aos fornecedores, há boas notícias. É verdade o que referiu porque a nível nacional, normalmente o Estado e as autarquias são maus pagadores. A Câmara de Angra tem os seus pagamentos a 60 dias, um prazo muito bom e confortável para os fornecedores. Tanto a Câmara como os Serviços Municipalizados têm resultados muito bons em termos de pagamentos permitindo até alguma margem de manobra para melhores orçamentos.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Nalguns sítios, a escola da Ribeirinha já é conhecida como a escola que provocou a debandada na Câmara de Angra mas, se calhar, são apenas más-línguas.

As preocupações do CDS-PP em relação a essa obra têm a ver com o conjunto de acréscimo de encargos. Uma vez, o CDS-PP fez uma extensa apresentação em conferência de imprensa sobre terrenos e localizações alternativas com outros preços, que até poderiam ser mais caros, mas que trariam menos encargos adicionais.

Digo isto porque, se a aquisição do terreno se cifrou num determinado valor, adicionam-se os valores dos muros previstos no orçamento em cerca de 235 000€. Também já foram gastos no orçamento do ano passado, salvo erro, mais 70 000€ para a aquisição de mais um espaço e reconstrução de uma garagem para permitir o alargamento da via de acesso.

Há um conjunto de questões, também já referidas pelo senhor deputado António Toste, que fazem com que os valores e as opções sejam discutíveis. Felizmente que já entende isso assim porque não era esse o entendimento do PS.

Felizmente houve esta evolução do Partido Socialista, entendendo que é legítima, a discussão destas coisas que podem suscitar dúvidas sem que isso constitua ataques pessoais ou perseguições de outra natureza. Queria apenas chamar a atenção para custos plasmados neste e noutro documento em relação a esta obra.

Em relação ao Plano e Orçamento, é evidente que percebemos a situação em que este documento é elaborado e a transição que está a decorrer. Temos noção disso, no entanto surgiram alguns dados novos que nos suscitam algumas questões e que têm a ver com a suborçamentação ou o excesso de despesa. Seja o que for, resulta no mesmo. Falta dinheiro na Culturangra em relação à execução de 2011.

Como referi de manhã, não foi por falta de insistência por parte do CDS-PP em reunião de Câmara que questionou se o orçamento estava correto, tendo sido defendido pela então, presidente da Câmara, que os valores de transferências da Câmara para a Culturangra previstos no orçamento de 2011 eram mais que suficientes e a situação estava equilibrada.

Não será agora, com pressões em cima da hora das aprovações dos documentos, que vamos apanhar com chantagens de sermos contra a atividade do comércio local ou sermos uma força de bloqueio.

Estes orçamentos são da responsabilidade da maioria socialista aqui presente, apesar de muitas vezes, terem sido negociados com a oposição, o que acontece quando há diálogo. Tiveram as suas responsabilidades muito bem definidas. Não aceitamos que agora coloquem o ónus destas responsabilidades em cima de nós como partidos da oposição.

Gostaríamos de ter a responsabilidade de gerir o orçamento da Câmara mas não temos. Isso calhou a outras pessoas. O povo assim escolheu, foi esse o resultado eleitoral. A questão que se põe é, se os valores previstos de 3 000 000€ em transferências, não voltam a contribuir para a escalada de crescimento das despesas da Culturangra, até porque o seu orçamento foi reprovado; não existe.

Por força dessa circunstância, não sei se não nos levaria a refletir sobre a colocação de um ponto de interrogação nestes valores e questionar a Câmara sobre a solução, no âmbito de 2011, para colmatar as necessidades financeiras que parece que existem na Culturangra, pelo menos de acordo com a informação que a bancada do Partido Socialista tem reiterado.

Relembro que as contas da Culturangra não passam por esta Assembleia nem são analisadas por nós. As únicas que passam aqui são as da Câmara e dos Serviços Municipalizados. A Assembleia pronuncia-se sobre essas e sobre as implicações que esses planos e orçamentos têm na Culturangra ou na TERAMB.

Pergunta-se se a Câmara já tem essa solução agendada, o que é que tem em vista e se estes valores de 2012 não indiciam outra vez, um risco de uma escalada até aos já referidos 5 500 000€ de euros nos primeiros anos de 2007 para a frente, o tempo de vigência da Culturangra, referidos aqui pelo deputado municipal João Santos.

Sra. presidente da Câmara: – Os 3 000 000€ previstos para a Culturangra dão e restam mas o valor previsto no orçamento não é esse. Há aí qualquer erro. O valor de transferências previsto em orçamento para a Culturangra é 1 736 603€. Deve querer referir-se a «cultura» em termos gerais. Esses 3 000 000€ devem ser a totalidade da verba «cultura».

Dentro da «cultura» há apoios a diversas entidades como a questão que já foi aqui focada da Tertúlia Tauromáquica; tudo o que se refere a «cultura» mas não passa pela Culturangra também está nessa rubrica.

Referiu também que o orçamento da Culturangra foi reprovado. Queria corrigir: o orçamento da Culturangra foi retirado; não chegou a ser discutido. Foi sim, reprovada a proposta de alteração ao contrato/programa que previa um reforço da verba para 2011 e a inserção do ano 2012 porque o contrato/programa entre a Câmara e a Culturangra termina a 31 de dezembro deste ano. Era necessário criar o contrato/programa entre as entidades para se poder transferir. O orçamento não chegou a ser discutido; sê-lo-á, com certeza, numa próxima reunião.

Também já esclareci em relação à solução agendada para a Culturangra por parte da Câmara. Foram feitos vários comentários após o esclarecimento inicial e eu abster-me de repetir sucessivamente, fazendo o mesmo discurso.

Ainda não foi encontrado o resultado líquido do exercício. Se for negativo e perante o seu valor, é que veremos que alteração será feita para permitir que essa transferência seja processada.

Já tínhamos achado um valor de 238 300€ que não será executado até ao final do ano e transitará em saldo de gerência. Já temos aqui um encontro de uma verba que está disponível. Quando fecharmos contas veremos o que será necessário.

Não podemos adiantar qualquer cenário sem conhecermos o fecho de contas. Vamos aguardar. Digo isto com total franqueza: não sei mesmo qual é o resultado do exercício. O ano ainda não terminou; não sei de que valor nem de que solução poderemos estar a falar.

Sr. d.m. Nuno Melo Alves: – Eu tinha percebido isso nas suas intervenções anteriores e agradeço que o tenha frisado novamente. A minha dúvida surge porque, por duas vezes, da bancada do Partido Socialista, veio a indicação de que faltavam 200 e tal mil euros para se pagar a fornecedores da Culturangra.

Percebo quando diz que o ano ainda não está fechado e não se apurou o resultado mas, da forma que pôs a questão dá a entender que, se calhar, não há essa falta de dinheiro. O que eu queria era perceber se isso está identificado, se existe, se foi especulativo ou se tratou de uma informação transmitida incorretamente ou mal percebida da minha parte.

Sra. presidente da Câmara: – Há aqui duas situações que talvez possam gerar alguma confusão. Como foram tratadas ontem, acredito que não tenha havido tempo para se perceber a sua dimensão.

Face ao estudo realizado e tendo-se percebido que as verbas em 2011 poderiam ser insuficientes, foi proposta em reunião de Câmara, a possibilidade de uma alteração ao contrato/programa de 2011 que permitiria a disponibilidade da transferência de 238 000€ por parte da autarquia para a Culturangra para que esta pudesse pagar a fornecedores antes de sexta-feira.

Seria um valor diferente da situação do estudo final e uma forma de reforçar já o pagamento a fornecedores. Assim, as empresas locais fechariam o ano com melhores resultados e maior liquidez.

Sr. d.m. Jorge Belerique: – Senhor presidente, Exma. Mesa, companheiras e companheiros deputados municipais, Exma. Câmara. Já tive a oportunidade de felicitar a senhora presidente, felicito agora os restantes membros empossados há relativamente pouco tempo.

Quanto a mim, o orçamento é, acima de tudo, uma questão de credibilidade, independentemente das opções da Câmara que terá que responder por elas. Porque é que o orçamento deste ano é diferente do do ano passado e do ano anterior?

Há sensivelmente um ano, assistimos a intervenções da bancada do PS, especialmente do doutor António Maio e do deputado Fábio Vieira, a defenderem o orçamento arraigadamente. «Desta é que é!» Reconheciam que a execução tinha sido baixíssima nos anos anteriores mas era desta vez! Era desta vez que se reconhecia competência à equipa da Câmara, havia «N» justificações que estão em ata e era desta vez que teríamos um orçamento bem feito porque, supostamente, é um instrumento fundamental de gestão.

Curiosamente, hoje ninguém faz referência a esse que seria o orçamento dos orçamentos... Quer dizer-nos os valores de execução? Refiram-nos os valores de execução do orçamento deste ano. Tudo isto passa por um problema de credibilidade.

Quero crer que a senhora presidente e este elenco camarário estejam bem-intencionados. Eu já não acredito. Temos que ver para crer e até vermos, seguramente não acreditamos. Não deixa de ser o governo PS que está à frente desta Câmara e o resultado tem sido o mesmo desde há longos anos: uma execução baixíssima que nos envergonha a todos.

Talvez haja um orçamento para a fotografia e um outro interno; se é isso, percebo que o façam mas, se fazem gestão sem um instrumento de gestão com este orçamento que nos apresentam, sinceramente, deixam muito a desejar!

A senhora presidente diz que este ano há um esforço suplementar. Já o ano passado ouvi isso. Suplementar em cima de suplementar, não deixa de ser suplementar. Todos reconhecemos que há um problema de sobre orçamentação das receitas. A senhora presidente diz que fez um esforço para que isso não acontecesse e passou-se de um orçamento de 25 milhões para 21 milhões.

Faço uma pergunta muito concreta em relação a uma das principais fontes de receita de capital que são as que provêm do QRESA. Salvo erro, era qualquer coisa na ordem dos 8 000 000€. A execução situa-se à volta dos 30%; baixíssima! Este ano reduziram para 6 000 000€, sensivelmente. Este ano só receberam à volta de 3 000 000€. Nesta ótica de credibilização dos orçamentos, pergunto como é que orçamentam estes 5,8 milhões de euros.

Sra. presidente da Câmara: – Posso responder a uma parte mas penso que não percebi a pergunta na íntegra.

Em relação à execução financeira, até 31 de outubro de 2011, a execução orçamental é a seguinte: temos 72% da receita executada e 67% da despesa. Era esta a execução até 31 de outubro. Os dados estão na atividade municipal e temos um resultado positivo na ordem de 1,14 milhões de euros a 31 de outubro.

Não percebi a segunda parte da pergunta.

Sr. d.m. Jorge Belerique: – A segunda parte da pergunta tem a ver com o que aqui está definido. Em termos de receita do QRESA...

Sra. presidente da Câmara: – PROCONVERGÊNCIA.

Sr. d.m. Jorge Belerique: – Em números redondos, a Câmara orçamentou 6 000 000€ para 2012. Pergunto com que base foi feita esta orçamentação, tendo em conta que a receita foi baixíssima em 2011. Pelos documentos a que tivemos acesso, salvo erro, estava em 3 000 000€, números redondos.

Em que é que se basearam para orçamentarem estes 6 000 000€, tendo em conta que se trata de um valor muito importante nas receitas de capital?

Sra. presidente da Câmara: – Penso que percebi mas se não responder bem, voltarei a responder.

O cálculo da receita do PROCONVERGÊNCIA é feito com base nos investimentos que se preveem realizar este ano. Neste momento, a autarquia está a concluir o seu *Plafond* em termos de execução do PROCONVERGÊNCIA, ou seja, está a esgotar o seu limite nos *Plafond's* aos quais, era possível candidatar-se. Felizmente, consegue executá-los na íntegra.

O valor que aqui está representado refere-se aos projetos previstos no orçamento e que são candidatados ao PROCONVERGÊNCIA. Prevê-se a execução da receita porque se prevê a realização e respetiva comparticipação.

Tenho que recolher mais dados mas, se em 2011, toda a execução do PROCONVERGÊNCIA não tivesse sido realizada, nem que seja de 31 de dezembro para 1 de janeiro... Pode haver a necessidade de se aumentar a verba que não foi transferida até ao fim do ano e reforçá-la em 2011; como resultado desta questão administrativa, pode haver um reforço.

O valor que aqui consta é o remanescente porque já estamos a concluir o processo e tem a ver com os projetos que estão identificados e que vamos candidatar ao PROCONVERGÊNCIA.

Sr. d.m. Joaquim Ponte: – Apenas para um esclarecimento que foi sendo solicitado ao longo do debate porque acho que as questões de pormenor já foram aqui exaustivamente debatidas.

Se bem percebi da apreciação que fiz dos documentos, o orçamento global desta Câmara Municipal para o ano que vem é de 21 000 000€. Se bem percebi da intervenção da senhora presidente e pelo que observei nos documentos, a verba destinada a investimento é de 7 000 000€.

Já não ponho em questão as execuções finais dessas previsões orçamentais porque, quanto a isso, estamos conversados. Acho que já foram aqui suficientemente aportados elementos para nos esclarecer sobre isso.

Confirmando este valor pelo aceno da senhora presidente...

Sra. presidente da Câmara: – ... Despesas de capital, 11 468 000€...

Sr. d.m. Joaquim Ponte: – Dos 21 000 000€ de orçamento, apenas 11 000 000€ serão destinados ao investimento público, ou seja, há aqui 10 000 000€ que são consumidos em despesas correntes. Isto representa uma parte importante do orçamento da Câmara que não resulta em investimento realizado no concelho.

Pergunto se a senhora presidente não acha excessivo que, praticamente 50% do orçamento se destine a despesas correntes e os restantes se apliquem ao investimento porque foi este tipo de situações que levaram o nosso país ao ponto em que se encontra.

Arranja-se ao Estado, uma despesa que a certa altura passa a ser incomportável e passa a ser financiada pelo recurso ao crédito, pelos juros e pelo serviço da dívida, atingindo, (como parece que está a acontecer no caso da Câmara de Angra), o limite da capacidade de endividamento.

Se mantivermos este nível de despesa corrente a situação reverte em prejuízo dos munícipes em que, cada vez se investe menos naquilo que é importante para as pessoas e a máquina da Câmara Municipal consome, cada vez mais, os recursos que o município consegue gerar.

Gostaria que a senhora presidente me esclarecesse qual é o seu entendimento sobre esta questão. Se acha que isto está bem assim ou se deve ser alterada a componente que cada uma destas verbas representa no orçamento da Câmara.

Sra. presidente da Câmara: – Os empréstimos de que a autarquia tem usufruído não são para despesas correntes mas sim, para despesas de capital, de investimento. Estamos numa situação muito confortável; não possuímos empréstimos para pagamento de salários nem situações dessas.

A utilização de empréstimos e o esgotamento do *Plafond* permite maior investimento e vai de encontro ao que estava a dizer. O objetivo de qualquer município é que as despesas de capital sejam sempre muito superiores às despesas correntes.

As despesas de capital são superiores às despesas correntes e temos receitas correntes a financiarem despesas de capital, ou seja, já temos receitas correntes a financiar investimento, o que é muito bom. Estamos numa situação confortável.

É preciso ver que as receitas de capital correspondem a 52,5% mas as despesas de capital correspondem a 54,4%. Há correntes a financiarem capital e esta é uma situação bastante confortável.

Todo o investimento que tem vindo a ser feito em capital ao longo dos anos, nomeadamente em imóveis, no momento representam um investimento em capital mas representam despesas correntes em termos futuros porque cada imóvel que se constrói, no futuro passa a representar pagamento de água, luz, salários, etc., aumentando a componente do peso das despesas correntes.

É muito difícil criar o investimento por si só, (as despesas de capital num ano) e esperar que se repercuta apenas como capital nos anos seguintes. Transforma-se em despesas correntes.

No meu entender, penso que este equilíbrio foi conseguido e a situação está equilibrada porque ainda conseguimos ter receitas correntes a financiarem despesas de capital, sendo as despesas de capital, superiores às despesas correntes.

Sr. d.m. José Gabriel Silva: – Boa tarde senhor presidente da Assembleia; Exma. Câmara, as minhas felicitações. Não desejo bom trabalho porque sei que esta Câmara está empenhada única e exclusivamente na projeção e na garantia da segunda cidade da nossa região. Não tenho quaisquer dúvidas disso porque também sei que todos trabalhamos para o bem comum da nossa ilha em geral e do nosso concelho em particular.

Tencionava intervir de forma diferente mas vou começar pelo princípio. Um dos problemas com que se debate a junta de freguesia da Conceição, são os prédios abandonados em ruínas e a habitação degradada de que já aqui se falou.

Pareceu-me ouvir aqui que a Câmara tem legislação para que isso se possa resolver. Fico feliz que isso seja verdade porque acionarei mais processos para que a autarquia tome as devidas providências para acautelar a segurança da nossa população. Basta subirmos a Ladeira de S. Francisco e vermos o prédio que está ao lado da residencial Cruzeiro.

Já não está aqui presente o senhor engenheiro ex-presidente da Câmara, mas na altura em que se fez (e muito bem), o saneamento básico na cidade, disse-lhe em conversa de café: «Eh pá! Se um dia acontecer um incêndio para os lados dos Quatro Cantos, como é que vai ser porque não há espaço para os autocarros passarem?» Ele disse-me: «Não sejas pessimista!» Como somos portugueses, pensamos que isso nunca nos acontece.

Faço votos para que nunca aconteça uma desgraça com aquele edifício ao lado da residencial Cruzeiro. A morte de uma pessoa é sempre uma desgraça mas ainda me preocupo mais quando vejo os pais a pararem ali os seus carros para irem buscar as crianças ao infantário da rua da Garoupinha. Oxalá, não aconteça ali uma desgraça. Longe de mim, tais pensamentos. Se a Câmara já possui mecanismos para isso, que o faça já, para não dizer, agora!

Para terem mais ou menos uma ideia, há cerca de 2 mandatos, fiz um levantamento de habitação em ruínas, degradada e abandonada e a junta de freguesia da Conceição tinha cerca de 90 prédios nessas condições.

É um assunto que preocupa a minha junta de freguesia e deve preocupar todos os habitantes do concelho. Deus, ou quem manda em nós, tem-nos contemplado com verão mas vem aí mais um inverno e a desgraça vai acabar por acontecer. Não estou a falar em termos económicos; oxalá que nunca nos lamentemos.

Uma coisa vos digo; se um dia, nesta Assembleia, nos viermos a lamentar devido a um prédio da Conceição, não serei como Pilatos mas admito que terei que lavar as minhas mãos. Este era o primeiro ponto da minha intervenção.

Tenho estado a ouvir com atenção algumas das intervenções, respeito-as todas mas posso não estar de acordo com algumas delas. A bancada do PSD já tocou num assunto que me dizia respeito.

Digo ao senhor Luís Rendeiro que o projeto da urbanização do Lameirinho é, de facto, megalómano. Apesar de o admitir, não deixo de considerar que os presidentes de junta são uns grandes ilusionistas. Não há ilusionista nas autarquias que se compare a um presidente de junta; não conseguimos fazer dinheiro mas fazemos aumentar o pouco que temos.

Desde o primeiro dia que reconheço que aquele seria um projeto megalómano porque não há dinheiro para o fazer. Se se conseguir 50% daquele projeto de revitalização e urbanização dos espaços públicos do Lameirinho, não ficarei satisfeito; ficarei satisfeitíssimo!

Desde o início que todo aquele espaço público tem sofrido imensas remodelações desde uma saliência que existia de 5 em 5 metros para a colocação de uma árvore que nunca existiu e só prejudicaria o estacionamento das viaturas, à colocação de mais de 90 árvores, passando pela construção de uma despensa no império até uma cozinha que vai existir.

Fico satisfeito porque finalmente vejo uma verba de 28 755€ para o parque infantil da urbanização do Lameirinho; já é uma parte. Ainda me faltam 2 anos de mandato e espero conseguir mais algumas verbas para aquela urbanização.

Também não posso deixar de admitir que, infelizmente, por causa da mecânica das leis que nos regem, quatro anos de mandato são insuficientes para que uma Câmara consiga elaborar toda a sua planificação. É pouco, porque, como já referiu a senhora presidente da Câmara, é necessário tempo para o projeto, tempo para a aprovação e tempo para isto e para aquilo. Isso está mal, seja para o PS, para o PSD ou seja para quem for. Temos visto os resultados ao longo do tempo.

Não posso deixar de louvar a atitude das Câmaras do PS porque, desde o primeiro mandato têm tido um relacionamento igual para com todas as juntas de freguesia. Digam-me quantos projetos apresentados nos manifestos das freguesias ainda não foram concretizados ou não haja esperança de os concretizar.

Orgulho-me de referir que as juntas de freguesia, têm visto realizados, 99,9% dos seus manifestos. Orgulho-me em ser presidente da junta de freguesia da Conceição, uma junta PS de uma Câmara PS.

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – Queria começar pelo fim, pelas palavras do senhor presidente da junta de freguesia da Conceição e vou pegar num termo, por acaso, descuidadamente utilizado aqui hoje que o foi o de «política de freguesia», para dizer que é a mais nobre de todas as atividades políticas porque é a que está mais próximo do cidadão e dos problemas mais pequenos que dizem respeito à vida de cada um.

Independentemente da lista vencedora a cada junta de freguesia, tenha ela a orientação política que tiver, é o trabalho mais exigente porque é à porta do presidente da junta que as pessoas vão bater e não, à porta do primeiro-ministro. As pessoas vão bater à porta do presidente de junta para resolverem os problemas do seu dia-a-dia.

Toda a gente aqui valoriza o trabalho autárquico de proximidade e as dificuldades em que ele é feito, sobretudo devido aos quadros financeiros que hoje temos, mas não podemos deixar de denunciar as situações quando elas aparecem.

O projeto que referiu era demasiado grande; era megalómano. Nós denunciámo-lo, os senhores aplaudiram-no. Neste momento, apraz-me perguntar se aquele projeto feito naqueles moldes foi pago, porque um projeto desses custa dinheiro. Fazer esse tipo de projetos, inexecutável, também custa dinheiro. Gostaria de saber quanto custou e se foi pago, uma vez que, sendo megalómano, agora vai para o lixo. Na minha opinião, foi mais um exemplo de má utilização de dinheiros públicos.

Voltando um pouco ao início e às primeiras intervenções da senhora presidente da Câmara, penso que é saudável a sua postura de assumir responsabilidades por todos os atos que praticar mas, se me permite, vou dar-lhe um conselho: assumia apenas as suas responsabilidades porque as responsabilidades que assumimos têm consequências e ao assumir as responsabilidades dos outros assumirá também as consequências dos erros dos outros. Basta as suas; já são muitas neste momento. Não assumia as dos outros porque podem trazer-lhe alguns amargos de boca.

Quanto a tudo o que já se disse sobre orçamentos, verbas e responsabilidades, queria esclarecer mais 2 ou 3 questões de pormenor. As contas e o orçamento da Culturanga ainda não foram votados, estão em discussão e ainda darão mais algum pano para mangas.

Tudo o que fizemos hoje são considerações. Não é o tempo para se responder a questões concretas. Ficarão para negociação entre a presidente da Câmara, os vereadores do executivo e os vereadores da oposição e no fim, quando as questões estiverem todas negociadas e esclarecidas, teremos respostas e esclarecimentos a dar e perguntas a fazer.

Gostaria de perguntar se toda a gente aqui tem consciência de onde vem o dinheiro público. Isto não é só gastar onde se entende, mesmo que falte dinheiro para coisas importantes porque alguém há de fazer uma transferência de outro sítio. É que isso implica que se vá buscar dinheiro a outro sítio. Quando não há mais onde se ir buscar, vai-se ao bolso do contribuinte.

Isto não é só dizer que a cultura é muito importante, que isto é a cultura da nossa terra e estas palavras todas bonitas. Estamos a falar do bolso dos cidadãos. Todos fazemos o que podemos nas nossas casas.

Se calhar, todos gostaríamos de andar de *Ferrari* mas os que só podem andar de *Mini*, terão que andar de *Mini*. Havemos de escolher o *Mini* quando for aquilo que pudermos ter.

Quanto ao orçamento, o grande problema é que aquele povo com quem já falámos, (uns com mais, outros com menos pessoas), já percebeu que não se pode continuar a anunciar, a prometer e a colocar em orçamentos, coisas que não são para cumprir.

Se há apoios comunitários e fundos que estão à disposição da governação local, uma comparticipação de 85% de fundos comunitários implica que haja 15% de fundos próprios e eles têm que existir.

Se eu souber que me vão apoiar na construção de um estábulo para 80 vacas com 85% de fundos comunitários, eu terei que ter os 15% que faltam. Não me vou endividar e desgraçar a minha vida se não tiver os 15% que faltam; não faço o estábulo. Terá que ser essa, a responsabilidade de quem tem que gerir os dinheiros públicos.

Para concluir e respondendo ao senhor presidente da junta de freguesia do Posto Santo, os pavilhões, a dinâmica desportiva e a dinâmica dos jovens é do mais importante que há.

Também sou presidente de um clube desportivo e acho que isso é muito importante desde que se possa mas, tendo em conta as prioridades e outros investimentos previstos para o concelho, como pagamentos a fornecedores em atraso e pagamentos de vencimentos de funcionários, etc., só estranhei o facto de o Posto Santo merecer um tratamento muito melhor do que Santa

Bárbara, Doze Ribeiras, Universidade dos Açores ou outros compromissos já assumidos com igual antiguidade. Compete a quem de direito, explicar o porquê desta prioridade e não, outras.

Não estamos contra o benefício das populações, antes pelo contrário. Somos a favor de se fazer aquilo que se pode. Pudéssemos nós fazer pavilhões em todas as freguesias. Não podendo, assumiríamos que não construiríamos pavilhões em 3 freguesias contíguas, por exemplo. Teríamos outro tipo de orientação quanto aos dinheiros públicos.

O PSD vai votar contra este orçamento da Câmara Municipal.

Sr. d.m. António Toste: – Já que o senhor Luís Rendeiro falou que não se deve fazer pavilhões em freguesias contíguas ou dois pavilhões na mesma, lembro que a escola de S. Sebastião já previa a construção de um pavilhão. Na altura, o senhor António Ventura, candidato à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, propôs que se fizesse um pavilhão em S. Sebastião o que quer dizer que o PSD previa dois; o da escola e mais um. Lembro-me bem disso e ele também é capaz de se lembrar. Às vezes há memória curta e é bom lembrar as coisas.

Não é verdade que a Ribeirinha esteja a ser beneficiada em relação a outras freguesias. Pode ser que a freguesia tenha hoje mais algum investimento, mas desde a democracia, desde o poder local de 1976, enquanto o PSD esteve na governação da Câmara, apenas se fizeram ali duas obras estruturantes: a rua Professor António José de Melo e a rua Padre António Ornelas Simões. Mais nada se fez. A Ribeirinha ficou parada no tempo.

As pessoas conhecem a Ribeirinha pela rua da Igreja e por essas duas ruas novas, mas quase ninguém conhece a situação da Serra. É lamentável que hoje se vá à zona da Serra da Ribeirinha e não se consiga seguir em frente; tem que se voltar para trás ou seguir para o Aterro.

Em qualquer freguesia do nosso concelho, entra-se por um lado e sai-se pelo outro e ainda temos muitas canadinhas na Ribeirinha, o Alto Passadouro, o Alto de Baixo, o Alto de Cima, etc., onde não chega um carro ou uma ambulância à porta das pessoas.

Se há freguesias às quais devem ser dadas prioridades, a Ribeirinha é uma delas. Talvez seja possível que o PS tenha feito ali um maior investimento, devido ao facto de a freguesia ter estado parada no tempo enquanto o PSD esteve na Câmara de Angra.

O PSD e o PP não têm razão quando falam da escola da Ribeirinha. Eu gostaria de ter um debate com os senhores para explicar a situação; vocês todos de um lado e eu sozinho do outro.

O PP mistura a obra da escola com uma garagem que tem que ser retirada, com uma rua e com o aproveitamento da escola de Santo Amaro. O problema não é a retirada da garagem agora; o problema é que não se deveria tê-la deixado construir na altura em que o PSD estava na Câmara nos anos 80 quando se previu a construção da rua. Se calhar, o mal vem desde essa altura e tem que ser reparado agora.

Como já disse, aquela rua vai servir a freguesia e a dita escola. Se a escola não fosse construída ali, a Ribeirinha teria que ter um ATL para as crianças porque neste momento não tem um ATL em condições.

Os senhores não têm conhecimento dos preços nem da realidade do terreno. A escola não caberia naquele terreno que os senhores propunham. Pura e simplesmente não cabia.

Na rua que os senhores mostraram na televisão, o terreno que ali foi vendido entre 2007 e 2008 custou quase 80€ o m² enquanto o terreno da escola custou cerca de 32€, quase metade do preço. Não sei onde é que os senhores fazem essas contas.

Acho que a senhora presidente é que deveria esclarecer a questão dos muros, mas como está aqui há meia dúzia de dias, ainda não sabe bem. Acho que há aqui um erro técnico do arquiteto porque não previu que aqueles muros tinham que ser feitos. O que estava previsto eram muros em pedra de meio metro ou um metro, o que não tinha nenhum cabimento. Foi um erro inicial; não estava previsto de início. Se isto estava mal, tinha que ser e foi alterado; ou parávamos a obra a meio?

Se o pavilhão está soterrado entre 5 a 6 metros, teve que levar muros de suporte para aquelas terras. Se fosse construído do chão para cima, ficaria duas vezes mais alto que a escola e se calhar, agora estariam aqui a falar do meio ambiente, dizendo que tínhamos ali uma escola e um pavilhão que eram uma vergonha em termos ambientais.

Sr. presidente da Mesa: – Queira concluir, senhor deputado.

Sr. d.m. António Toste: – Em relação à escola, ficava-me por aqui. Acho que está tudo mais que esclarecido. A escola do Caminho Novo da Ribeirinha está a rebentar pelas costuras. Ou teríamos uma escola nova que substituísse as três escolas ou essa escola do Caminho Novo teria que sofrer obras.

A escola Beato João Batista Machado da Ladeira Grande tem quatro classes juntas. São vinte e tal crianças juntas. Acham isso normal? Eu acho que não. Nas outras duas escolas estão duas a duas.

A Ribeirinha tem cerca de 160 crianças, é uma freguesia com muita gente, tem condições para ter aquela escola porque tem crianças para a preencher. É lógico que as obras na outra escola sairiam mais baratas, mas não resolveríamos o problema porque é mais um caminho sem saída.

A Câmara está a fazer um investimento para os próximos cem anos. Os senhores propunham que se fizesse uma coisa atamancada e depois, as crianças que terminassem o período escolar, teriam que ser transportadas para o ATL durante uma vida inteira. Temos ali proposta, uma escola com a vantagem de termos uma outra que servirá de ATL para onde as crianças se podem deslocar pelo seu pé. Isso, os senhores não veem nem querem ver.

Acham que o terreno foi muito caro? Vejam por exemplo, terreno de S. Sebastião ou o de S. Carlos que foi muito mais barato, mas quanto terá custado quebrar aquela pedra toda? Como ficam as contas? Os senhores não se preocuparam com isso.

O que está aqui em questão, (isso já passou para o lado de lá, mas vai-se continuando a arrastar), é uma guerra pessoal que se abriu contra o senhor Cota Rodrigues e contra a senhora presidente da Câmara, por isso se fez todo aquele *show off*.

Sr. d.m. José Gabriel Silva: – Não é bem um direito de resposta mas antes, uma forma de procurar esclarecer, que não me compete a mim. Pelo menos, não tenho conhecimento que o senhor arquiteto tenha vindo buscar o dinheiro à Câmara e ainda não lhe tenham pago. Não sei, só perguntando a ele.

Quando considero um projeto megalómano, refiro-me única e exclusivamente ao conseguir-se que tudo seja ali realizado num espaço de quatro anos.

Quanto à questão da sua execução, mesmo que se gastasse muito dinheiro na obra, talvez se compensasse por outro lado. Com a criação daquele espaço de serviços, resolvia-se o problema de muitas associações culturais e desportivas que ficariam naquela zona a título

gratuito, poupando-se nos custos e subsídios e noutras atividades por parte de outras secretarias regionais em rendas e subaluguer dos espaços.

Não posso deixar de admitir que este processo ainda se venha a concretizar por fases, como acontece agora com o parque infantil. Nós, juntas, como uma espécie que querem ver em vias de extinção, vamos aprendendo ao longo dos tempos o que muitos outros não aprendem.

Posso citar um caso em que, num desses projetos para a urbanização do Lameirinho, estava previsto um parque de *skate* e chegou-se à conclusão que esse parque seria mais útil noutra local. Em conjunto com a junta de freguesia da Sé, que é do vosso partido, chegámos a acordo que as verbas que se poderiam disponibilizar, fossem transferidas para um local muito mais acessível e mais perto para as crianças.

Há sempre uma abertura por parte das juntas de freguesia para a diminuição dos custos. As juntas de freguesia não são os três pastorinhos nem a Nossa Senhora de Fátima, mas que fazem milagres, lá isso, fazem. Acredito neles contra a vontade de alguns que não estão aqui presentes, estão longe, mas muito perto na manipulação das nossas juntas de freguesia.

Sr. d.m. Rómulo Correia: – Exmo. presidente da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, Exma. senhora presidente da Câmara e restantes vereadores, Exmos. senhores deputados municipais.

Estou 100% de acordo com o que disse o senhor José Gabriel a respeito das juntas de freguesia, só não estou de acordo com ele ao nível dos investimentos. Se eu tivesse 99% na minha freguesia estava-me consolando. Se calhar é por ser do PSD que não tenho esse investimento.

Como bandeira do Partido Socialista na sua campanha eleitoral, foi prometido um pavilhão municipal à Terra Chã. Se calhar é a freguesia com mais miúdos a participarem no Futsal ao nível dos Açores e não vejo dinheiro para nada disto no orçamento da Câmara.

Têm vindo a ser adiadas por todos há vários anos, aberturas de estradas na Terra Chã; nada disso tem sido feito assim como parques de estacionamento e vários outros investimentos. Se eu tivesse esses 99% estava muito satisfeito. Um dia, ainda havemos de lá chegar.

Sr. d.m. Nuno Melo Alves: – Teria muito gosto em continuar o debate sobre a escola da Ribeirinha mas aceitamos o convite para outra altura para não alongar os trabalhos porque estamos no primeiro de onze pontos na ordem dos trabalhos. Sobre esse assunto, ficamos por aqui porque a nossa razão já é amplamente conhecida.

Sr. d.m. Joaquim Ponte: – Senhora presidente, muito obrigado pelos esclarecimentos que teve a amabilidade de me dispensar relativamente ao global das verbas do orçamento.

Sem prejuízo de um aprofundamento posterior sobre esta matéria, (que os vereadores do PSD e eu, teremos o maior gosto de fazer com a senhora presidente se tiver disponibilidade para isso), queria referir que me parece que deve constituir preocupação da Câmara e de todos nós, a percentagem de verbas que neste momento está destinada às despesas correntes e a que está destinada às despesas de capital.

A senhora presidente referiu que, teoricamente, 54% de receitas de correntes já utilizam 2% que são transferidos para as despesas de capital, mas eu tenho muitas dúvidas sobre a classificação de algumas das despesas inscritas como despesas de capital.

Já levámos isso à exaustão e já é demais falar-se sobre isso mas, se formos ver com rigor, a classificação das verbas transferidas para a Culturanga que, praticamente na sua grande maioria, vão satisfazer despesas correntes, despesas de funcionamento, despesas salariais, de

transportes etc., se calhar, chegaremos à conclusão que o que estamos a gastar em despesas correntes é muito superior ao que, teoricamente, se apresenta nos documentos do orçamento.

Chamo a atenção da senhora presidente para isto porque resultará em benefício do concelho e sobretudo, das freguesias.

Não estou muito de acordo consigo quando diz que, ao aumentarmos a despesa de capital, promovendo o investimento, temos como consequência, o aumento da despesa corrente. Nem sempre é assim, senhora presidente. Em muitos casos depende do investimento que for feito; por isso é que as Câmaras têm opções consoante as suas convicções políticas.

Há muito investimento que não gera despesa corrente subsequente, antes pelo contrário; reduz a despesa corrente, beneficia as populações e promove melhor qualidade de vida. Acho que esse tipo de investimento tem que ser melhor ponderado. Não é preciso dar-lhe exemplos porque a senhora conhece isso tão bem ou melhor do que eu.

Na maioria das vezes, os investimentos feitos na área do saneamento básico com a remodelação de condutas, redes ou tratamento de águas, lixo e esgotos, têm como reflexo, uma redução de custos porque exigem menos gente na manutenção, menos quebras, menos prejuízos, etc.

O mesmo se diga, por exemplo, em relação à recuperação de habitação degradada. São investimentos que revertem a favor das populações, criam melhores condições de vida e não acrescentam despesa corrente à Câmara Municipal.

Acho que este orçamento também deve ser refletido em termos macro, (perdoe-me a expressão), porque, na minha perspetiva, os valores que aqui estamos a apreciar em teoria não correspondem ao que acabará por suceder na prática.

Sra. presidente da Câmara: – Concordamos com o que acabou de dizer em teoria, mas em termos práticos, o que para si é uma preocupação, para mim já não o é tanto atendendo aos anos que estou nesta casa.

O senhor já passou por aqui há muitos anos e eu já trabalhei bastante com esta equipa recentemente e conheço a exigência de trabalho de cada uma das pessoas com quem tenho tido a oportunidade de trabalhar.

As despesas de capital que são transferidas para a Culturangra são executadas como receitas de capital na Culturangra e, conseqüentemente, como despesas de capital. Como sabe, a receita corrente pode ser gasta como despesa de capital mas a receita de capital só pode ser gasta como capital. Na Culturangra, toda a receita que vem como capital é investida como capital. Não tenho aqui o documento mas posso falar do que me recordo.

O investimento previsto para a Culturangra tem a ver com a manutenção de edifícios, todo o equipamento do cinema digital, com os recintos desportivos, etc. É mesmo despesa de capital. O mesmo acontece com a verba afeta às Sanjoaninas que tem a ver com viaturas, com equipamento, com a aquisição de novo material para o pavilhão, etc.

É verdade o que estava a dizer. Por vezes, o investimento representa redução de custos mas neste momento temos muitos imóveis de cujo peso de despesa corrente, não nos livramos. Há sempre que fazer a manutenção do equipamento já existente; ou investimos no novo ou mantemos o atual. Por vezes temos que fazer esta opção. O ideal é conseguir investir no novo e manter o atual mas isso implica mais receitas e o orçamento é feito em função dessas receitas.

Não se registando mais intervenções e posto à votação, o **Orçamento da Câmara Municipal para o ano 2012 foi aprovado por maioria**, com 21 votos a favor, (20 do PS, 1 do d. m. independente) e 10 votos contra, (7 do PSD, 3 do CDS-PP).

1.3 - Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para o ano 2012, a fim de serem submetidos à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 53.º, n.º 2, alínea b) da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, apresentando os seguintes valores:

Plano Plurianual de Investimentos:

- **Despesas de Investimento:** - 1 614 940,00€ (um milhão, seiscentos e catorze mil, novecentos e quarenta euros).

Orçamento:

- **Receitas Correntes:** – 6 438 020,00€ (seis milhões, quatrocentos e trinta e oito mil e vinte euros).
- **Receitas de Capital:** – 972 840,00€ (novecentos e setenta e dois mil, oitocentos e quarenta euros).
- **Total Geral das Receitas:** – 7 410 860,00€ (sete milhões, quatrocentos e dez mil, oitocentos e sessenta euros).
- **Despesas Correntes:** – 5 585 320,00€ (cinco milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, trezentos e vinte euros).
- **Despesas de Capital:** – 1 825 540,00€ (um milhão, oitocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e quarenta euros).
- **Total Geral das Despesas:** – 7 410 860,00€ (sete milhões, quatrocentos e dez mil, oitocentos e sessenta euros).

Nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008 de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 269/2009 de 30 de setembro e pelas Leis n.ºs 3-B/2010 de 28 de abril, 34/2010 de 2 de setembro, 55-A/2010 de 31 de dezembro, o mapa de pessoal para 2012 acompanha a presente proposta de orçamento.

Sr. Vereador José Élio Valadão Ventura: – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados municipais, senhora presidente e senhores vereadores. Esta é a primeira intervenção que faço nesta Assembleia e gostaria de começar por saudar todos os presentes e disponibilizar-me para o interesse dos angrenses e da população deste concelho no sentido de fazermos o melhor trabalho possível, indo de encontro às necessidades das pessoas.

Conto desde já com a colaboração de todos os deputados municipais, muito especialmente, dos senhores presidentes de junta, no sentido de levarmos avante esta tarefa difícil e árdua.

Como nota prévia à minha intervenção e antes de apresentar os documentos previsionais dos Serviços Municipalizados, gostaria de registar para memória futura, que não sinto que tenha vindo usurpar o lugar de ninguém de forma direta ou indireta. Não montei nenhuma estratégia para fazer com que alguém daqui saísse com a finalidade de ocupar o seu lugar.

Apesar dos diferentes pontos de vista, considero que tenho a legitimidade do voto. Fui sufragado num determinado lugar da lista que não considero menos importante que outros ocupados por outras pessoas.

Também não considero que tenha quebrado qualquer tipo de solidariedade. Não fiz apenas parte da lista da Andreia Cardoso, do Cota Rodrigues ou da Raquel Silva, mas sim, da lista do Partido Socialista.

Foi o Partido Socialista que se candidatou e ganhou as eleições e eu acabei por preencher e assumir as atuais funções a partir de um lugar de uma lista perfeitamente legal no sentido de levar por diante, os dois anos de mandato que estão em falta.

Passo a apresentar os documentos previsionais dos Serviços Municipalizados, começando por registar os seus principais objetivos. Os Serviços têm por missão, garantir três aspetos: distribuição de água, recolha e tratamento de águas residuais e recolha de resíduos urbanos.

Vou abster-me de entrar em grandes pormenores em relação aos objetivos estratégicos mas gostaria de salientar o quadro económico para o ano 2012 que prevê designadamente, um agravamento da recessão económica, da taxa de desemprego, o aumento da inflação e a redução dos custos salariais. Isto significa que em qualquer investimento que venha a ser realizado, deve ser muito ponderada a relação custo/benefício.

Depois de vos enquadrar no ponto de vista do quadro económico poderia apresentar a questão orçamental, ou seja, o orçamento divide-se naturalmente em receitas e despesas. Está prevista uma receita de 7 400 000€ que será composta por receitas correntes e receitas de capital.

Há uma diminuição das receitas correntes em cerca de 1,4%, havendo também uma diminuição mais substancial das receitas de capital que se deve a uma diminuição do investimento e que se situará na ordem de 1 000 000€, enquanto o ano passado eram cerca de 2 100 000€.

A diminuição das receitas prende-se essencialmente com uma diminuição da expectativa do consumo de água. Esperando-se um menor consumo de água, espera-se naturalmente, menor receita.

A diminuição as receitas correntes resulta essencialmente da redução dos custos com os encargos salariais, nomeadamente o pagamento dos subsídios de férias e de Natal, consoante o nível remuneratório.

No capítulo das despesas há uma diminuição de 11% passando de 6 200 000€ para 5 500 000€, derivando dos custos salariais.

As despesas de capital passam de 2 400 000€ para 1 800 000€ e não são exatamente iguais ao Plano Plurianual de Investimentos. Este Plano prevê um investimento de 1 600 000€ e as despesas de capital, 1 800 000€. Essa diferença resulta da assunção por parte dos Serviços Municipalizados, dos encargos com a amortização da dívida que até agora era assumida pela Câmara Municipal.

Passando ao Plano Plurianual de Investimentos onde se preveem cerca de 1 400 000€ de euros, é importante salientar o tipo de investimentos que estão previstos e que dizem designadamente respeito à remodelação do edifício Sede que esteve também previsto no orçamento do ano anterior mas apenas foram possíveis obras de conservação por razões funcionais, uma vez que era preciso alterar a localização da secção informática e fazer uma remontagem da rede informática dos Serviços.

Prevê-se a construção de um novo espaço de atendimento e a remodelação do edifício num valor estimado de 135 000€. As peças para o concurso já estão elaboradas e prevê-se que o mesmo possa ser lançado no início de 2012.

Prevê-se ainda a aquisição de um programa informático que permite a recolha de dados geográficos e alfanuméricos e está também contemplada a aquisição de terrenos na Ribeira da

Lapa nos Altares e no Caminho das Fontes na Serreta com a negociação de um terreno onde estão situados alguns reservatórios.

Essa negociação tem sido morosa porque os proprietários, por vezes manifestam alguma disponibilidade para a concretização do negócio, mas outras vezes recuam. Tem-se vindo a incluir esta ação no sentido de se ver em que circunstâncias e em que momento será possível concretizar esta aquisição de forma definitiva.

Neste Plano prevê-se a beneficiação de seis reservatórios ao nível da sua manutenção e higienização e a implementação de um plano de ação relacionado com esta matéria.

Está também prevista uma verba de 10 000 €, relativa ao equipamento para a exploração de furos. Esta verba é residual e apenas se prende com o encerramento desta obra que não foi possível concluir devido às dificuldades de negociação com um proprietário de um terreno, por onde era necessário passar uma linha de energia. Até ao momento não foi possível concluir esse processo, daí que se manteve a ação em aberto no valor de 10 000€.

Este Plano de Investimentos prevê também a construção de um reservatório no Poejo englobando o reservatório, a estação elevatória e a conduta para o reservatório RA. Esta obra vai permitir o melhoramento do caudal de abastecimento público, prevendo-se um investimento de cerca de 577 000€. A obra já foi adjudicada à empresa SOMAGUE, o prazo de execução é de 270 dias e prevê-se que a consignação possa ocorrer já no início de janeiro de 2012.

Prevê-se ainda neste Plano, a execução e remodelação das redes do troço da Ladeira Branca, Figueiras Pretas com uma verba consagrada de 388 000€. Nesta obra prevê-se a remodelação da rede de águas e águas residuais, uma rede que ainda se encontra em fibrocimento.

Prevê-se ainda a separação das águas pluviais das residuais no sentido de se evitar que se verifiquem caudais muito significativos na estação de tratamento do Pátio da Alfândega com complicações ao nível da sua gestão e funcionamento, prevendo-se ainda a remodelação da conduta adutora entre o Espigão e S. Carlos.

Está ainda prevista neste Plano Plurianual, a remodelação da rede de águas em diversos arruamentos do 3º pacote. Refiro-me à obra da Guarita e da rua Miramar onde se prevê a remodelação da conduta e construção de câmaras de regulação.

Prevê-se a remodelação em diversos arruamentos como sejam, a instalação de ramais de água e águas residuais cuja verba se situa nos 58 500€ com a aquisição de diversos equipamentos.

Prevemos também a aquisição de equipamento de recolha e limpeza urbana com 80 contentores de recolha seletiva com maior capacidade que os atuais, especialmente para os locais mais populosos com vista ao aumento da reciclagem e natural redução de deposição de resíduos em aterro. A verba inscrita cifra-se em 30 000€.

Estamos também a prever a aquisição de um aspirador de resíduos sólidos no valor de 16 000€, diversos equipamentos básicos, designadamente ao nível de laboratório com a aquisição de um frigorífico, ainda uma viatura para substituir uma que se prevê que não tenha condições de passar na inspeção no mês de maio, diversos utensílios e ferramentas e finalmente, uma verba de cerca de 15 000€ que se duplica relativamente ao ano anterior destinada a campanhas de sensibilização, designadamente, uma campanha em colaboração com a sociedade Ponto Verde com vista ao aumento de 7% na retoma de embalagens.

É basicamente esta, a explanação que tinha para vos dar relativamente aos documentos previsionais dos Serviços Municipalizados. Fico ao dispor de qualquer esclarecimento

adicional. O que não conseguir esclarecer no momento, tomarei notas para que o possa fazer adequadamente pessoalmente ou em reuniões futuras.

Sr. d.m. Nuno Melo Alves: – Desde o início deste mandato que temos defendido o não aumento da oneração das famílias em termos de encargos sobretudo com a água como bem essencial. Foi um assunto que debatemos também na sequência de um ano de grande dificuldade de seca no concelho em que as questões da água estavam ainda mais prementes do que hoje em dia.

A Câmara aceitou uma proposta do CDS-PP de não repercutir nos tarifários da água, um aumento derivado da entidade reguladora das águas, situação esta que já tínhamos referido em Planos e Orçamentos anteriores pelo menos há um ou dois anos quando já tinha surgido o aviso do anterior elenco da Câmara de que, mais cedo ou mais tarde, esse encargo poderia vir a repercutir-se no consumidor final, indicando claramente uma intenção que isso viesse a acontecer este ano. Se calhar havia essa intenção mas, felizmente, conseguimos um acordo com a Câmara para evitar isso.

Por força desse acordo, entendemos que é motivo suficiente para darmos aqui o benefício da dúvida aos documentos dos Serviços Municipalizados com a nossa abstenção. Esse acordo foi conseguido e achamos que é positivo para o concelho.

Já referi aqui noutras sessões há um ou dois anos que entendemos que uma das atividades dos Serviços Municipalizados tem a ver com a garantia da qualidade do abastecimento de água, fazendo-a chegar em condições de igualdade às diversas partes do concelho.

Enquanto empresas e entidades públicas, os Serviços Municipalizados as Câmaras Municipais devem conseguir conjugar e desenvolver os melhores esforços nestas matérias da recolha e gestão de resíduos, na gestão dos recursos hídricos, no ordenamento, etc., fazendo chegar aos munícipes, benefícios e melhorias à sua qualidade de vida e à valorização do seu património.

Uma das discussões que eu tinha com o anterior elenco camarário era precisamente sobre o esvaziamento dessas funções no rumo dos Serviços Municipalizados por força da contratação a entidades privadas e da adjudicação de algumas tarefas à TERAMB, levando a um esvaziamento efetivo dos Serviços que cada vez apontavam mais para um rumo didático e não um rumo de uma atividade municipal executiva ou executora.

Neste Plano e Orçamento, se calhar também vemos alguns sinais da intenção de não se seguir tanto essa lógica, mas de não deixar que os Serviços Municipalizados passem a ser apenas uma escola de boas maneiras ou de bom comportamento de gestão de resíduos. Não é que isso não seja importante, mas penso que há outras entidades que o podem fazer melhor sem desviar recursos. Esse aspeto também nos agrada.

Temos também batalhado umas quantas vezes sobre um aspeto que tem a ver com o regulamento de multas e penalidades sobre infrações em relação ao lixo e ao ambiente. Não estamos contra esse tipo de regulamento mas achamos que há muitos aspetos, aquando da sua aprovação em Sede desta Assembleia, aos quais não votámos a favor.

A rua da Sé não tinha um único balde do lixo. Achávamos que era de uma violência absolutamente incompreensível, haver um regulamento que previa multas para a colocação de lixo numa rua que não tinha baldes do lixo. Parece-nos um contrassenso quando, o objetivo é fomentar o civismo e melhorar a limpeza, a higiene e a salubridade na nossa cidade.

Alguns desses aspetos foram hoje corrigidos no regulamento mas deixava aqui o desafio ao novo elenco para a revisão de alguns aspetos nessa matéria que são de difícil aplicação na prática como, por exemplo, a colocação de lixo fora dos horários.

Refiro um exemplo que se passou há poucos dias em que podia ter apanhado uma multa se isso estivesse em vigor. Como sabem, o lixo é recolhido a partir das 20H00 em certas zonas da cidade; normalmente, na zona onde moro, passa às 23H00 ou 23H30. Acontece que o lixo ficou lá quase 24 horas e não foi por erro meu porque o meu lixo foi colocado na altura certa.

É preciso que haja um mecanismo de salvaguarda dos munícipes quando isso acontece. Outro dia vi, noutra zona da cidade, alguns cães a destruírem os sacos do lixo que foram colocados dentro do horário. Esses cães não eram do dono da casa e o regulamento prevê coimas ao dono da casa. Acho que há aqui pontos que devem ser equilibrados.

Reafirmando a necessidade de haver este regulamento, esta postura e esta imposição municipal de regras, também concordo que haja coimas mas volto a frisar deixando isso à consideração do novo elenco municipal que não é só exigir; também é necessário dar condições para que as pessoas possam cumprir o que, muitas vezes, tem a ver com a razoabilidade das exigências e com as alternativas de deposição de lixo.

Deixo aqui esse alerta aproveitando a ocasião do Plano e Orçamento. Não sendo um assunto diretamente ligado à parte financeira, é também importante.

Já demos indicação em relação ao nosso sentido de voto e diferenciamos-nos em relação ao que se passou com a Câmara porque, apesar de nos termos absterido no orçamento da autarquia em reunião de Câmara, aqui votámos negativamente porque surgiram novidades e notícias diferentes no âmbito da transparência.

Espero que isso não sirva de desincentivo à transparência da Câmara com o fornecimento dos elementos em relação à Culturanga que, no seio da Assembleia Municipal, mereceriam alguma reflexão adicional em relação ao Plano e Orçamento na medida em que o irão condicionar.

Em relação aos Serviços Municipalizados, não havendo novidades após a reunião de Câmara e mantendo-se o que estava aqui plasmado e reconhecido nos documentos, não há motivo nenhum para fazermos qualquer alteração ao nosso sentido de voto.

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – Este é o último dos orçamentos que está à discussão. De novo colocava um enfoque numa palavra-chave que se chama «credibilidade». A primeira coisa que procurei neste orçamento dos Serviços Municipalizados foram os compromissos assumidos no ano passado que visaram a viabilização, por parte do Partido Social Democrata, dos orçamentos da Câmara e dos Serviços.

Tenho na mão, a ata da reunião de Câmara extraordinária do dia 14 de dezembro de 2010, em que foram assumidos compromissos pelo executivo camarário de então com os vereadores do PSD, no sentido de serem cumpridas algumas premissas, fruto de negociação, para que se viabilizasse o orçamento.

Essas foram as primeiras coisas que procurámos e verificámos que esses compromissos não estão assumidos neste orçamento por parte dos Serviços Municipalizados. Não estão, por exemplo, as ETAR's de S. Sebastião e de S. Mateus. Não estão, mas deveriam estar.

Os compromissos devem ser cumpridos e respeitados e a partir do momento em que não foi cumprido o que se assumiu há um ano atrás, tudo o resto pode ser fantástico mas a credibilidade morreu. Nesse sentido o PSD não tem outra alternativa, senão, votar contra este orçamento.

Não me vou demorar porque a tarde já vai longa mas queria perguntar à senhora presidente da Câmara se sabe quanto custou o dito projeto do edifício multisserviços do bairro do Lameirinho que já não é para fazer.

Terei o cuidado de elencar tão brevemente quanto possível, um conjunto de outros projetos que foram anunciados e apresentados e não foram executados. Gostaríamos de saber em quanto oneraram o município, esses projetos que foram para a gaveta.

Foi colocada outra questão pelo senhor presidente da junta de freguesia de Nossa Senhora da Conceição, que já não está aqui presente, referindo que não havia projetos por concretizar nas freguesias do concelho.

Dou-lhe já um exemplo: há uma rubrica aberta com 5€ desde há 3 orçamentos seguidos relativos a S. Bartolomeu e à aquisição de um edifício multisserviços para aquela freguesia. Este é um exemplo mas, com certeza, haverá outros.

Devido às circunstâncias que levaram ao atual cenário político no concelho, se calhar, esta foi a Assembleia mais política pura dos últimos tempos. Houve um facto político que passou um pouco à margem do debate mas que, para mim, foi o mais importante e que me faz regressar à minha primeira intervenção. A sua missão, senhora presidente, é bastante espinhosa e, em primeiro lugar, é ao Partido Socialista que tem que conquistar a confiança.

Para mim, foi o grande facto político desta Assembleia, para além do senhor deputado António Toste. Discordo frontalmente com quase tudo o que ele disse, reconheço-lhe a tenacidade e sagacidade ao defender aquilo em que acredita, mas mais ninguém da bancada do PS veio defender o seu orçamento.

A senhora presidente esteve a defender-se sozinha. Não houve defesa por parte dos deputados da bancada do Partido Socialista. Dos dois que costumam fazer a defesa dos assuntos orçamentais, económicos e financeiros, o doutor António Maio hoje não está presente e o doutor Fábio Vieira já não está na sala.

Acho que isto revela o desconforto que existe perante as promessas não cumpridas e o falhanço do Partido Socialista em Angra. Vamos votar contra, pelos motivos que já anunciei.

Sra. presidente da Câmara: – Pedi que me dessem o valor do projeto para o Lameirinho que custou 28 750€. Preciso de recolher mais dados em relação ao seguimento do procedimento em causa e prestarei mais informações logo que me seja possível.

Unicamente em tom de graça e espero que assim seja entendido, quero agradecer à bancada do Partido Socialista, o reconhecimento da minha capacidade para defender o orçamento sozinha.

Sr. Vereador José Élio Valadão Ventura: – Tentando responder às questões do senhor deputado Nuno Melo Alves, no que se refere à questão do tarifário, em reunião de Câmara, foi possível arranjar um ponto de equilíbrio no sentido de não onerar mais as famílias.

É prática corrente no início de cada ano económico, ocorrerem aumentos aos mais variados níveis como a eletricidade, os combustíveis, o pão e vários produtos alimentícios. Em relação à água em concreto, foi possível manter o mesmo tarifário do ano anterior, o mesmo acontecendo em relação a 2009. Isso demonstra que a Câmara Municipal de Angra está a fazer mais um esforço no sentido de se solidarizar com as famílias do concelho, não onerando mais as suas despesas do dia-a-dia.

Relativamente à questão do regulamento, tomarei a devida nota sobre essa matéria e teremos oportunidade de voltar a falar sobre ela e analisá-la com outro cuidado. De qualquer maneira, informo desde já que, até ao momento, não foi levantado qualquer auto ou coima, uma vez que se está numa fase de sensibilização.

Já foram desenvolvidas algumas reuniões com os senhores presidentes de junta em relação a esta temática e de momento não há uma preocupação acrescida. Se verificarmos que o regulamento contém alguns desajustes funcionais, teremos a oportunidade de os corrigir.

A respeito do que foi dito pelo senhor deputado municipal Luís Rendeiro, essa questão também foi levantada em reunião de Câmara. Tive a oportunidade de transmitir que os cenários económicos alteram-se a cada seis meses. A realidade do país também tem vindo a alterar-se sucessivamente e por isso, temos que nos reajustar em função deste quadro económico que diariamente se vem alterando.

Tive oportunidade de o dizer em reunião de Câmara e reafirmo que, de imediato, são estes os investimentos mais importantes. Ainda em reunião de Câmara e na sequência do reforço orçamental por via das verbas do IRS, a senhora presidente mostrou disponibilidade de voltar a analisar essas duas questões.

Teremos que ver muito bem que verbas lhe serão reafetas e que soluções serão encontradas quer para uma circunstância, quer para a outra, porque não basta pensar em construir estações elevatórias; é preciso saber quanto custa a sua manutenção, quais os custos da energia, se temos condições financeiras e económicas para as mantermos ou se é preciso encontrar outras soluções mais económicas e mais viáveis. Refiro-me às estações de tratamento.

Em relação aos pavilhões já houve a oportunidade de analisar, refletir e discutir. A questão colocada pela senhora presidente foi no sentido de ver que soluções poderiam ser encontradas no próximo ano.

Tive a oportunidade de verificar ambas as realidades. Quem vê a circunstância de S. Sebastião fica um pouco apreensivo. Teremos a oportunidade de avaliar convenientemente que investimentos lhe podem ser afetos dado o quadro económico em que nos encontramos e com o qual temos que conviver diariamente; nós, as famílias e as empresas.

Sr. d.m. João Santos: – Senhor deputado Luís Rendeiro, eu percebo a sua frustração. Esforçou-se, esforçou-se, esforçou-se, provocou, provocou, provocou e eu não lhe dei troco.

Como não estamos propriamente num circo e dado que o senhor raramente discutiu e praticamente não falou no orçamento da Câmara, nem agora nos documentos previsionais dos Serviços Municipalizados, se eu lhe respondesse ou entrasse nessa discussão, estaria a alimentar uma situação que nada teria a ver com o que nos traz aqui.

O senhor fala dos problemas de credibilidade, do que não foi feito, da execução do orçamento de 2009, de vez em quando distrai-se e fala uma coisinha do orçamento para 2012, volta a falar, mete a Culturanga e é pouco coerente.

Como temos estado ambos em todas as sessões da Assembleia Municipal, uns dias ouvimos uns argumentos depois ouvimos outros e em questões como a da Praça Velha ouvimos o senhor dizer: «Porque agora os tempos mudaram! Devia-se ter parado isto tudo e reprogramar as coisas, fazer-se uma reprogramação de obras, uma reprogramação financeira...»

Agora vem dizer: «Não, não! Independentemente dos tempos, não se devia ter mexido. Tinham decidido fazer uma coisa, tinham que a fazer!» O senhor, ora quer que as coisas mudem de acordo com as circunstâncias, ora quer que tudo se mantenha. Não era isto que estávamos aqui a discutir. Registei o seu esforço mas foi insuficiente.

Por acaso, não foi estratégico mas poderia ter sido. Se o tivesse sido, teria dado bom resultado. O senhor quase acabou por defender isto tudo melhor que a senhora presidente da Câmara. Esteve à beira de o fazer no orçamento da Câmara, não o fez, mas fê-lo agora nos documentos previsionais.

O senhor acabou por dizer: «... Não cumpriram. Por melhor que seja o documento, mesmo que seja um documento extraordinário, nós votaremos contra...» Está tudo dito. O documento é bom mas os senhores votam contra.

Por último, uma pequena nota e não é graça. Já uma vez lhe disse e volto a fazê-lo: o palco, não lho posso tirar mas, ser seu par para dançar este tango, não. Obrigado!

Sr. d. m. João Maria Mendes: – Senhor presidente, senhora Câmara, senhores deputados, muito boa noite a todos. Também gostaria de me associar a todos os votos que já foram aqui proferidos em relação ao novo executivo camarário e desejar-lhe as maiores felicidades e bom trabalho o que, pelos vistos, não será nada fácil.

Nesta quadra natalícia também gostaria de desejar a todos a continuação de umas boas festas. Esta sessão foi um bocado maçadora para mim dado que se discutiu o evidente e não se trouxe praticamente nada de novo para esta discussão, nem política, nem tecnicamente.

Gostaria de dizer ao senhor deputado Luís Rendeiro que a melhor forma de apoiarmos o orçamento da senhora presidente Sofia Couto, foi com o nosso voto favorável. Estivemos todos em bloco para o votar. É essa a nossa forma de apoiar a Câmara e não, com palavras ou discursos.

Palavras, leva-as o vento. Não é com boas intenções, mas sim, com factos concretos como o levantamento da placa verde. Não foi preciso fugir nem inventar telefonemas de última hora para não se assumir as votações. Saúdo o senhor presidente da junta de freguesia da Sé que teve a coragem de ficar na sala e votar contra o orçamento. Fez ele muito bem.

Quanto à assunção de encargos, ao longo deste dia ouvi aqui afirmações que, francamente não percebo. Por um lado, quer que se faça, que se invista e por outro quer que se poupe dinheiro; é impossível ter-se ambas as coisas ao mesmo tempo.

Já é tempo de se assumir que, pavilhões, ETAR's ou outros investimentos, são impossíveis de concretizar. Não temos dinheiro na Câmara, na região, em Portugal continental nem na Europa. Não podemos continuar a insistir que queremos duas ETAR's, pavilhões ou seja o que for, além do que for estritamente necessário para o bem-estar e o desenvolvimento do concelho. Estamos a pedir coisas impossíveis.

Temos que ser realistas de uma vez por todas e não podemos cair em fantasias. Sabemos que é inoportável para qualquer orçamento, a construção de duas ETAR's. Não faz sentido que reivindicemos algo impossível de construir e manter.

Seria bom que se fizesse uma reflexão profunda acerca de todos os equipamentos que, continuamente, se continuam a reivindicar neste concelho, em muitos casos, duplicados e triplicados e sem funcionalidade ou sustentabilidade. É altura de pararmos de reivindicar o que não é necessário e nos atermos ao fundamental.

Sr. d.m. Joaquim Ponte: – Senhor presidente, pedi a palavra agora mesmo para subscrever e corroborar a sensata, visada e clara intervenção do senhor deputado municipal João Maria Mendes. Subscrevo integralmente o que ele disse e folgo muito que um elemento da bancada do Partido Socialista tenha trazido aqui as preocupações que ele trouxe.

Partilho e por isso coloquei há pouco à senhora presidente da Câmara, a minha preocupação ao ver que as verbas que resultam da contribuição dos nossos municípios, cada vez mais difíceis de conseguir, sejam absorvidas e sumidas na manutenção de edifícios e na criação de infraestruturas sociais, culturais, desportivas, etc., que, muitas vezes já nem têm utilização nas nossas localidades.

Não se pode querer sol na eira e chuva no nabal. Por estar de acordo e subscrever o que aqui foi dito e funcionar na mesma linha de raciocínio, é que pedi à senhora presidente da Câmara uma reflexão séria sobre as propostas que aqui são apresentadas. Parece-me que elas não configuram a minha preocupação e a do senhor deputado João Maria Mendes.

O senhor deputado Nuno Melo Alves também já o referiu. Penso que é uma preocupação comum a todos nós, o que é bom. Quanto a mim, essa situação deve levar-nos a uma ponderação muito séria das prioridades de investimento.

Foi aqui dito: não se construam mais pavilhões. Não é isso que consta dos documentos que estamos a apreciar. Temos que ver se as tais ETAR's são mais importantes do que a construção de mais pavilhões ou outras infraestruturas que talvez não tenham tanta utilidade para a vivência da nossa comunidade.

Digo isto no abstrato. Percebo as pretensões das juntas de freguesia e a importância dessas infraestruturas mas acho fundamental que se definam prioridades e se opte pelos investimentos necessários para a qualidade de vida da nossa população.

Sr. d. m. António Toledo Alves: – Uma vez que a questão dos pavilhões tem vindo à baila e o do Posto Santo tem sido muito falado, também quero colaborar com os bons investimentos mas há uma coisa que ainda não percebi e me faz confusão.

Há uma ETAR do tempo da Ribeirinha/Cabo da Praia que nunca funcionou em S. Sebastião desde a obra e estamos a falar de um pavilhão que será construído com dinheiros públicos, participado em 85% por fundos comunitários e os restantes 15% através de um contrato AARAL com a Secretaria.

É um pavilhão custo zero para esta Câmara mas preocupa muita gente. Isso é que eu não percebo. Gostaria que me dissessem mais uma vez se concordam, porque este pavilhão já está falado há mais anos do que outros que foram aqui referidos.

Trata-se de um pavilhão para uma escola primária e não para um clube desportivo. Já disse que estamos a falar de uma freguesia com 1 100 pessoas que possui 116 atletas. Talvez haja algumas freguesias vizinhas em que não se saiba o número de atletas que têm mas eu sei quantos temos.

Acho que devemos ser sérios nestas questões e falar das coisas diretamente. Ou é porque se faz ou porque não se faz.

Como é que ficamos em relação a este pavilhão? Já foi aberto a propostas e resultou de uma decisão unânime por parte de toda a vereação em reunião pública. Acho que é algo que se deve fazer e não vai afetar esta Câmara. Posso estar enganado mas era a informação que tinha. Não percebo a causa de tantos problemas e transtornos.

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – Senhor deputado João Santos, tem que admitir que, embora não tenha concordado com a minha intervenção, ela fez acordar a sua bancada. Nem todos os elementos tomaram café de manhã como eu ou o senhor deputado António Toste, por isso estamos aqui acordadíssimos e prontos para o debate. Finalmente, o senhor decidiu falar e vir a terreiro à discussão dos orçamentos; fez muito bem.

Quanto ao que referiu de eu não ter falado do orçamento, o senhor não deve ter ouvido porque referi exaustivamente todas as suas falhas. O senhor não pode esperar que eu concorde com todas as prioridades políticas do Partido Socialista e do respetivo executivo. Falei exaustivamente do orçamento.

O mesmo se passa em relação aos Serviços Municipalizados. Quando discutirmos as taxas de execução das Grandes Opções do Plano voltaremos a falar acerca da credibilidade dos orçamentos. Os compromissos assumidos têm que ser cumpridos.

A palavra dada deve ser muito importante. Para o Partido Socialista, a palavra, os compromissos para com as populações, têm pouco relevo, assim como o que se anuncia e se orçamenta, se cumpre ou deixa de cumprir, mas para nós é muito importante.

Quanto à intervenção do senhor deputado João Maria Mendes, faço minhas as palavras do doutor Joaquim Ponte; não posso estar mais de acordo. Que fique registado que o senhor deputado João Maria Mendes assumiu que não há dinheiro para cumprir com as promessas e as obras megalómanas que os senhores fazem.

Os senhores são Poder no Governo Regional, são o Poder na Câmara Municipal, fazem os anúncios de obras como, por exemplo, o cais de cruzeiros ou aquela do bairro do Lameirinho que já foi referida e depois a responsabilidade é nossa? Quem é que anuncia o que não se pode cumprir? Isso é que eu gostava de saber.

Vou dar outro exemplo quanto a duplicação de infraestruturas. A freguesia de S. Bento tem duas infraestruturas muito parecidas ao lado uma da outra; o Centro Social e o Edifício Cultural, cada uma delas com uma baixa ocupação. Quanto a duplicação e a dinheiro mal gasto em estruturas que depois têm pouca utilização, estamos conversados.

Quanto ao Posto Santo, a contratos AARAL e a fundos comunitários, lembro que a escola e o pavilhão de Santa Bárbara também deveriam ter sido construídos através de um contrato AARAL mas não houve.

Não basta que esteja no orçamento. É preciso saber se se pode cumprir. Os senhores são bons orçamentistas, mas maus executores.

Sr. d.m. Nuno Melo Alves: – Diferentes elementos de cada uma das bancadas já referiram uma das preocupações essenciais que temos que ter, sobretudo no quadro de crise e de notória falta de dinheiro que estamos a atravessar, que é a clareza e a coragem para se definir prioridades, deixando para trás o que não é essencial nem importante.

Muitas vezes, as nossas divergências têm surgido no que é qualificado como sendo prioritário por cada uma das bancadas políticas. Costuma dizer-se: deixem ir os anéis mas salvem os dedos. Podem surgir mais necessidades na Culturangra ou noutras áreas e é preciso seleccionar os investimentos prioritários.

Um investimento prioritário até pode ser financiado a custo zero mas tem custos de manutenção. Mais vale não ter um pavilhão se não se puder substituir um vidro ou uma fechadura por falta de orçamento, jogar à noite por falta de luz, realizar um jogo profissional de basquetebol por falta de um sistema de extração de humidade ou haver uma piscina sem as medidas necessárias para uso olímpico devido à falta de espaço na escola.

Fazer mal, sai tão ou mais caro do que fazer bem. Deve existir um critério na necessidade dos investimentos como foi referido pelos senhores deputados João Maria Mendes e Joaquim Ponte. Deve separar-se o essencial do acessório sobretudo em alturas de crise desta natureza.

Não vale a pena ter a melhor e mais bonita iluminação na rua da Sé para depois se desligar, lâmpada sim lâmpada não, só porque estamos em contenção. Ainda não aconteceu aqui mas está a acontecer noutras cidades do país como bem sabem porque também veem as notícias.

Estas questões têm que ser vistas ao nível do custo da construção inicial e do custo da sua manutenção.

Sr. d.m. João Maria Mendes: – Durante este dia, a ilustre bancada do PSD desancou no PS de alto a baixo, chamando-nos os piores nomes possíveis. Sinto-me chocado com essa vossa posição. É muito perigoso, para quem tem telhados de vidro, atirar pedras para cima do telhado dos outros.

Se há promessas não cumpridas, basta olhar para aquilo que, muito recentemente, aconteceu a nível nacional com as campanhas do PSD e do CDS para a Assembleia da República, em que prometeram uma coisa e fizeram precisamente o contrário.

Pode-se rir ou fazer as caretas que quiser porque os factos são demasiado evidentes e dão mesmo vontade de rir. Se houve quem não cumprisse minimamente com o programa anunciado, foram os vossos partidos.

Não é vergonha nenhuma que a Câmara Municipal de Angra, perante a situação financeira, venha reordenar as suas prioridades. Se, há dois anos, o partido que sustenta esta Câmara, anunciou determinados investimentos ou obras que hoje se tornam impossíveis de realizar, é muito preferível que assuma que não as pode fazer, do que faça algo prejudicial para o concelho. Não vejo que venha mal nenhum ao mundo que essas obras anunciadas, não se concretizem.

Todo o dia nos chamaram nomes e fomos apelidados dos piores bandalhos deste mundo. Francamente, já chega! É cansativo e fastidioso ouvir a mesma coisa todo o dia. Como diz o velho ditado, tanto se afirma uma mentira que ela acaba por ser verdade.

Sr. d.m. João Santos: – Senhor deputado Luís Rendeiro. Ao fim de oito horas de discussão, o melhor que o senhor consegue é apelidar-se de bom despertador. O senhor oriente-se de uma vez por todas e diga o que pretende ou o que personifica que o PSD pretende.

Por um lado, dizem que é demasiado dinheiro para a Culturangra e não se dá mais. Por outro, dizem que este dinheiro é insuficiente para o próximo ano e temos que o aumentar. Na mesma altura dizem que é muito e que é pouco.

Ao longo do dia no seu discurso, o senhor avançou e recuou constantemente. Ao mesmo tempo, o senhor diz que temos que abdicar de investimentos porque é preciso repensar e estabelecer prioridades, de vez em quando concorda connosco e depois concorda com a intervenção do senhor Nuno Melo Alves porque ele tem toda a razão ao falar de investimentos que não são prioritários. Depois esquece-se que, há meia hora atrás, concordou com ele e diz: «Os senhores não cumpriram com o que prometeram».

Nós podíamos ter prometido uma obra que os senhores consideraram supérflua, dez minutos depois o senhor considera que ela era importante por se tratar de uma promessa, logo deveria ter sido cumprida para, dez minutos depois, dizer não devíamos cumprir por se tratar de um gasto supérfluo face à realidade que vivemos.

Assim é difícil de nos entendermos. Ou não se cumpre tudo o que estava prometido porque os tempos são outros e é necessária uma reprogramação, não sendo uma questão de faltar à palavra, ou se cumpre o que estava proposto e somos apelidados de maus gestores e acusados de gastarmos dinheiro que não existe em obras que não são prioritárias.

A determinada altura e eventualmente, sem se aperceber, o senhor acabou de propor soluções iguais para problemas diferentes, o que é incrível. O senhor questionou como é que a obra do Posto Santo ia ser feita rapidamente enquanto a obra do outro pavilhão seria faseada...

Sr. presidente da Mesa: – Chamo a atenção dos senhores deputados que estamos a discutir os documentos dos Serviços Municipalizados.

Sr. d.m. João Santos: – Tem toda a razão, senhor presidente. Obrigado pela sua intervenção. Estava a querer ilustrar a sua postura que se manteve ao longo de todo o dia. O senhor, ora avança, ora recua, ora vem para a esquerda ou para a direita sem nenhuma conotação política, obviamente.

Por desempenhar o papel de bom despertador, o senhor quer que nós acordemos e venhamos a terreiro conversar consigo. Tenha dó, senhor deputado!

Sr. d.m. Joaquim Ponte: – Felicito o senhor presidente da Mesa pela sua chamada de atenção. Foi por causa das ETAR's que toda esta questão se desenrolou na sequência da intervenção muito sensata do senhor João Maria Mendes que eu subscrevi.

Quero reforçar a preocupação que devemos ter de eleger o que é essencial, esquecendo o supérfluo. É este o ponto que nos deve preocupar a todos. Confesso que não foi feliz, trazendo ao debate o que se passa a nível nacional porque o que lá se passa, é tristíssimo, uma desgraça completa e a ruína de um país. É uma situação verdadeiramente calamitosa, aquela em que nos deixou o Partido Socialista e a sua governação.

Nunca esperei que fosse a bancada do Partido Socialista a trazer essa questão ao debate nesta Assembleia Municipal porque não tem cabimento aqui. Achei pouco feliz essa sua aportação, mas penso que nos devemos concentrar na sua intervenção inicial que eu subscrevi.

Sr. presidente da Mesa: – Sem querer entrar na discussão, já que estamos a discutir os Serviços Municipalizados, devo dizer que o senhor deputado tem muita razão porque o senhor ex-primeiro-ministro José Sócrates também foi primeiro-ministro da Irlanda, da Grécia, da Itália, etc., etc. Tem toda a razão...

Peço desculpa! O senhor é que introduziu mal a questão. Não entrei na discussão em causa sobre os Serviços Municipalizados. O senhor é que introduziu a questão da desgraça que existe no país e que o Partido Socialista tinha culpa das mentiras que foram ditas sucessivamente.

Porque é que o senhor não aceita um aparte? O garoto do anterior primeiro-ministro foi o mesmo que governou a Itália, a Grécia e a Irlanda? Isto é algo que o presidente da Assembleia não possa dizer? Pelo amor de Deus!

Sr. d.m. Joaquim Ponte: – Eu mereço um esclarecimento. Não utilizei a expressão «garoto». Não utilizei esse termo aqui em circunstância alguma. Foi o senhor que o usou. Desculpe, agora ouça!

Não fui eu que trouxe aqui a questão nacional, mas sim, o senhor deputado João Maria Mendes. Na esteira da sua intervenção, eu apenas disse que não esperava que essa questão fosse aqui trazida porque ela tem responsáveis no nosso país.

Não é uma questão apenas da Europa, mas também do nosso país. Não vamos discuti-la aqui, senhor presidente. Citando o artigo 27, a única coisa que lhe pedi depois, foi que o senhor presidente não interviesse nos debates, porque não lhe fica bem, se quer continuar a exercer a presidência...

Sr. presidente da Mesa: – Desculpe lá, mas não estamos a debater sobre isso...

Sr. d.m. Joaquim Ponte: – Não me interrompa. Deixe-me terminar e depois dirá o que quiser, senhor presidente. O que estou a dizer é que, se o senhor quiser intervir e emitir a sua opinião, deve observar o regimento. Se não quiser observar o regimento, é consigo. Não perco mais tempo com isso.

Sr. presidente da Mesa: – Nesse caso, como presidente, tirava-lha a palavra e a todos os outros que intervêm fora do que está na Ordem do Dia e do que está a ser discutido. Os senhores é que se estão a afastar do que está a ser discutido!

Não estou a intervir no que está a ser discutido. Os senhores foram fazendo intervenções com apartes completamente fora de contexto. Acha que é um atropelo ao regimento, dizer que o antigo senhor primeiro-ministro também foi primeiro-ministro de outros países?

Parece que o senhor nunca andou numa assembleia. Ando a prevaricar, dizendo isso? Tenho que ir para aquela bancada para dizer uma coisa destas?

Tenho sido muito tolerante, quer nos tempos, quer nas intervenções que todos fazem. Continuo a dizer que não estou a intervir no debate que está exclusivamente centrado nos Serviços Municipalizados.

Sr. d.m. José Gabriel Pimentel da Silva: – Aceito a sua observação, senhor presidente. Estamos a discutir o orçamento dos Serviços Municipalizados.

Não teria outra altura para responder ao senhor deputado Nuno Melo Alves que, não sei se o senhor tem conhecimento mas, contrariamente ao que o senhor dizia sobre os gastos públicos de energia, neste momento, andam dois funcionários, (um da EDA e outro das antigas Obras Públicas), a fazerem um levantamento dos postes de iluminação pública para que, a partir de janeiro a iluminação se faça, poste sim, poste não para se poupar energia.

Já tinha manifestado ao anterior elenco camarário que a junta de freguesia da Conceição aceita que a iluminação pública nas praças se processe apenas ao fim de semana e num horário mais reduzido, das 21h às 24 horas ou outro horário que a Câmara entenda.

Este mal toca-nos a todos e com esta minha intervenção apenas pretendi esclarecer todos os membros desta Assembleia que já se está a proceder a esta poupança no concelho de Angra.

Sr. d.m. Nuno Melo Alves: – O senhor deputado João Maria Mendes dizia que não há vergonha nenhuma em fazer-se reprogramações, o que é verdade porque a crise veio alterar as nossas prioridades. O que não deve acontecer, é que não se assumam essas reprogramações e se tente fingir que não estão a acontecer. O que é complicado e vergonhoso é que não tenham reconhecido que, há dois ou três anos, foram avisados da inexequibilidade dessas propostas.

Não se registando mais intervenções e postos à votação, **os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo para o ano 2012 constantes do Ponto 1.3 foram aprovados por maioria** com 22 votos a favor, (18 do Partido Socialista, 3 do Partido Social Democrata e 1 do deputado municipal independente), 6 votos contra do Partido Social Democrata e 3 abstenções do CDS-PP.

1.4 - Pedido de classificação de interesse municipal da Quinta do Rosário, Freguesia da Terra Chã, para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2004/A de 24 de agosto.

Sr. d.m. José Gabriel Pimentel da Silva: – Não estou contra essa classificação da Quinta do Rosário como de interesse municipal mas faz-me lembrar algo que já aqui referi. Toda a gente tem direitos mas poucos têm deveres.

Além deste direito de interesse municipal que votarei favoravelmente, deve existir também alguma regulamentação por parte desta Câmara que obrigue a certos deveres. Conheço os proprietários dessa quinta e sei que aceitarão, contrariamente àquilo que vou afirmar.

Se for dada uma classificação de interesse municipal a essa quinta e eu tiver um grupo de turistas para a visitar, gostaria de saber se eles abrem a porta para os receber. Isto faz-me lembrar quando se trazia a esta Assembleia por A + B – C, qualquer pessoa para ser reconhecida como um cidadão de mérito ou outra classificação qualquer.

Não vamos entrar em banalidades. Ao entrarmos por esses interesses, que haja dois pesos e duas medidas sem fiel de balança. Sim senhor, é de reconhecer e louvar quem manifeste esse interesse por considerar a sua propriedade de interesse municipal mas acho que também terá que haver o outro peso com o dever de retribuir a este concelho alguns interesses como os que agora salientei ou outros que não me compete agora decidir mas compete a todos nós acrescentarmos algo mais que eu agora não esteja a ver.

Quero referir mais uma vez que não me oponho a que esta quinta seja classificada de interesse municipal assim como não me oponho a um assunto que já foi levantado nesta Assembleia sobre a classificação das nossas árvores tradicionais ou históricas que temos nas nossas freguesias para que sejam consideradas de interesse municipal.

Como estes, haveria ainda uma lista de interesses a trazer a esta Assembleia. Pode ser que ainda o possa fazer antes de acabar o meu mandato como presidente de junta.

O que motiva esta minha intervenção é a defesa dos interesses do nosso concelho e da nossa ilha que devem merecer sempre o apoio desta Assembleia. Quanto mais tivermos para mostrar e dignificar a nossa vida cultural, melhor.

Sr. d.m. João Maria Mendes: – Sou sempre muito favorável a estas questões da classificação do património porque a classificação, pela garantia que a lei lhe assegura, de alguma maneira vem ajudar à preservação do nosso património que muitas vezes é tão desprezado e abandonado como há pouco foi referido em relação às casas em ruínas.

Creio que esta questão da classificação é extremamente importante. Pela fotografia que estou a ver na internet, esta casa com a sua capela anexa tem uma arquitetura muito característica dado que a ermida está situada na frontaria da casa e não, paralela nem separada da mesma, algo inédito na ilha Terceira. Não conheço mais casa nenhuma com este tipo de arquitetura.

Não é inédito. Na antepenúltima reunião da Assembleia classificámos a Quinta do Espírito Santo em S. Bartolomeu, propriedade do doutor Maduro Dias que lá tem feito uma belíssima obra de restauro. É de apoiar sempre que haja um incentivo para a valorização do nosso património.

Naturalmente que isto depende do interesse privado e também do interesse em propor-se esta classificação porque podemos pensar que existem tantas quintas nesta ilha que talvez também mereçam ser classificadas mas é preciso que alguém tome a iniciativa. Neste caso, tomou-a o doutor Maduro Dias assim como o senhor Cota o fez agora. Acho que é de apoiar.

Ainda dentro das questões patrimoniais e já que tantas vezes nos temos desviado um pouco do assunto em discussão, se o senhor presidente me permite, gostaria de chamar a atenção da Câmara (que é constantemente assediada), se me permitem o termo, com tantos apelos para que se faça isto ou aquilo, para a preservação de todo o património nesta cidade e quase sem dono.

Refiro-me concretamente a uma situação que já aqui levantei e uma recomendação que fiz para que esse património fosse salvaguardado. Falo do cemitério dos hebraicos no Caminho Novo.

Arrepiei-me quando li uma entrevista dada pelo senhor embaixador de Israel ao Diário Insular dizendo que, para ter acesso àquele cemitério teve que chamar a polícia que, ao que parece, teve que arrombar a porta para o senhor embaixador entrar no cemitério.

Este é um caso assombroso em qualquer parte do mundo. Como é que um embaixador chega aqui e chama a polícia para arrombar uma porta? Ou houve algum equívoco ou o senhor embaixador expressou-se mal e houve um excesso de simpatia para com ele ou está tudo a funcionar de forma louca.

Não sei se é possível haver cemitérios privados. Tenho a impressão de que há um senhor nesta cidade que tem a chave daquele cemitério e se arroga o direito de abrir a porta a quem quiser à hora que entender. Parece-me que os cemitérios são da competência municipal; desconheço que haja cemitérios privados em Portugal.

Temos ali um cemitério hebraico que é um local histórico e patrimonial de excelência porque nem todos os lugares que têm um cemitério desses. É sinal de que houve aqui uma colónia judaica que praticou a sua religião e tem cá o seu cemitério que é ponto de visita de muitos hebraicos descendentes dos que lá estão. O sionismo é terrível e por isso gostam de visitar todos os locais onde haja uma presença hebraica.

Há duas, ou três, Assembleias atrás fiz uma proposta, que não sei se obteve resposta, para que Angra pudesse integrar essa rede de cidades com presença judaica ou hebraica que este ou outro embaixador queriam criar a nível nacional.

Deixo o apelo à Câmara para que não volte a ser necessário que se chame a polícia para arrombar a porta de um cemitério para o senhor embaixador entrar porque é um ponto de atração para turistas de origem judaica que visitam esta terra, chegam ali e dão com o nariz na porta.

Sou favorável à classificação desta quinta com o seu reduto assim como serei favorável a todas as formas de preservação do património construído neste concelho. Esta entrevista que li há bem pouco tempo causou-me uma certa confusão.

Sr. d.m. Jorge Belerique: – Pedi para intervir porque conheço esta quinta e para além do edifício em si e da capela, é uma das últimas quintas tradicionais desta ilha que abundam particularmente naquela zona da Terra Chã.

Apesar de menos cuidada, a quinta é um regalo à vista em termos de espaço físico e este pedido de classificação prende-se com uma verdadeira cruzada dos proprietários para a proteção do património arbóreo que lá existe.

Esta quinta possui do património mais exuberante que existe em termos de árvores endémicas. Neste momento está na moda a proteção das árvores endémicas e provavelmente os maiores exemplares de duas ou três espécies estão naquela quinta no seu estado natural e houve uma total falta de sensibilidade por parte da EDA que queria fazer passar ali uma linha de média tensão.

Estou mais ou menos por dentro da verdadeira cruzada dos proprietários para preservarem aquele património com muito custo pessoal e poucos apoios de quem de direito. Trata-se de um património que é deles mas também é de todos nós, razões mais que suficientes para merecerem o meu voto favorável sem qualquer reserva.

Não se registando mais intervenções e posto à votação, **o Pedido constante do Ponto 1.4 foi aprovado por unanimidade.**

1.5 – Eleição de um cidadão de reconhecida idoneidade a fim de integrar o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea l) do n.º 4 do citado Regulamento, em conformidade com o n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 33/98 de 18 de julho, atendendo a que, o então cidadão Pedro Carvalho é o atual Presidente do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e integra o Conselho como representante do citado Serviço.

Sr. d.m. João Santos: – O grupo municipal do Partido Socialista, em substituição do nome que figurava e pelos motivos já enunciados, apresenta o nome do senhor Tenente Coronel António Humberto de Sousa Cunha para integrar o referido conselho.

Após votação por escrutínio secreto, **foi eleito por maioria, com 27 votos a favor e 1 abstenção**, o Tenente Coronel António Humberto de Sousa Cunha.

1.6 - Nomeação dos Juizes Sociais do Município de Angra do Heroísmo, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 156/78 de 30 de junho.

Sra. presidente da Câmara: – Penso que não há muito a acrescentar. Não é um procedimento novo. A Câmara propõe e a Assembleia aprova a nomeação dos juizes. Do anterior grupo de pessoas, mantêm-se as que mostraram disponibilidade apresentando-se apenas novos nomes em substituição dos que não puderam continuar.

Após votação por escrutínio secreto, **foram nomeados por maioria, com 27 votos a favor e 1 abstenção**, os Juizes Sociais constantes da lista indicada na informação n.º UGESI-DEHS-1, de 10 de Novembro de 2011, que aqui se dá por integralmente reproduzida:

Efetivos:

1. Arlete Cordeiro, Educadora de Infância, Centro Infantil de AGH – Colégio “O Baloíço”.
2. Carina de Jesus Pereira Fortuna, Administrativa da Culturangra E.E.M..
3. Carla Sampaio, Jurista, Inspeção Regional do Trabalho.
4. Catarina Matias, Socióloga, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
5. Arminda Teixeira, Professora, Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo.
6. Vera Lúcia Borges, Assistente Social, Confederação Operária Terceirense.
7. Ana Cristina Madureira, Diretora Pedagógica, da Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de AGH.
8. Filomena Vilaça, Professora, Escola Básica e Secundária Tomás de Borba.
9. Maria de Fátima Sousa Lourenço, Professora, Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade, AGH.
10. Maria Emília Martins Dias, Educadora de Infância, Colégio da Confederação Operária Terceirense.
11. Ana Isabel Bandola Godinho, Professora, Escola Básica e Secundária Tomás de Borba.
12. Maria do Rosário Dinis, Professora, Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo.
13. Mário João Rodrigues, Professor, Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade, AGH.
14. Ana Paula Relvas Educadora de Infância, Centro Infantil de AGH – Colégio “O Baloíço”.

15. Adelaide Barcelos, Assistente Social, IDSA – Instituto Para o Desenvolvimento Social dos Açores.

Suplentes:

16. Cristina Lurdes Drumond, Educadora de Infância, Centro Infantil de AGH – Colégio “O Baloíço”.
17. Rosa Cruz Correia, Psicóloga, Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo.
18. Maria da Graça Rebelo Cunha, Jurista, Associação de pais do colégio, Confederação Operária Terceirense.
19. Iria Sousa Veríssimo, Professora, Escola Básica e Secundária Tomás de Borba.
20. Ana Cláudia Amorim de Sousa, Professor, Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade, AGH.
21. Luis Armando Rebelo, Professor, Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo.
22. Lígia Bettencourt, Professora, Escola Básica e Secundária Tomás de Borba.
23. Arminda Magalhães, Professora, Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade, AGH.
24. Paulo Henrique Fantasia da Rocha Cardoso, Jurista, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
25. Filomena Mendes, Educadora de Infância, Centro Infantil de AGH – Colégio “O Baloíço”.
26. Isabel Maria Patrício Carvalho Silva, Ajudante de Educação, do colégio Confederação Operária Terceirense.
27. Arminda Maria Ribeiro Magalhães, Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade, AGH.
28. Maria Filomena Borba Gonçalves Costa, Gestora administrativa da Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de AGH.
29. Tânia Marisa Zimbra de Lemos, Professora, Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade, AGH.
30. Francisco Rogério Coelho Sousa, Professor, Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo.

2 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

2.1 – Recomendação do Partido Socialista no sentido de a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo promover as diligências necessárias de modo a garantir a sensibilização e fiscalização no que se refere ao abandono de viaturas na via pública, bem como o estacionamento nas bermas das estradas, de atrelados e outros veículos, sem a sinalização exigida por Lei.

Sr. d.m. João Santos: – No fundo, não é mais do que uma recomendação à Câmara Municipal para que interceda junto da PSP no sentido educativo, com vista a uma maior fiscalização ao respeito pelas regras de trânsito e àquilo que, de alguma forma, possa prejudicar a população.

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – Sugiro ao senhor deputado João Santos que retire as alfaias agrícolas porque isto não é uma perseguição a uma classe. Devem ser referidos todos os tipos

de objetos deixados na via pública porque existem até camiões e outros tipos de atrelados de empresas que não estão aqui referidos.

Retire só a questão das alfaias agrícolas para que não pareça um documento de perseguição aos agricultores. Vamos votar favoravelmente porque achamos que a recomendação faz todo o sentido.

Sr. d.m. João Santos: – Adaptaremos com certeza, porque o fim é o que mais nos importa. No entanto, não gostaria de deixar passar sem ressaltar que não é uma perseguição aos lavradores mas é uma classe a que se deve dirigir com particular ênfase porque às vezes são equipamentos específicos de uma atividade específica que são quase abandonados em locais específicos.

Trata-se de uma particular sensibilização a eles e não uma perseguição. De qualquer modo, retira-se para que não haja mal entendidos.

Não se registando mais intervenções, posta à votação **a Recomendação constante do Ponto 2.1 foi aprovada por unanimidade.**

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

3.1 – Recomendação do Partido Social Democrata, datada de 20 de dezembro de 2011, no sentido de a Câmara Municipal proceder à instalação de uma nova grua e restantes meios de auxílio à varagem de pequenas embarcações no Porto das Cinco Ribeiras, de modo a devolver àquela infraestrutura as potencialidades de que já dispôs em outros tempos.

Sr. d.m. Luís rendeiro: – Penso que a proposta está muito clara. O Porto das Cinco Ribeiras é a única infraestrutura do género localizada no espaço geográfico entre S. Mateus e os Biscoitos.

Para além de devolver a possibilidade de varar pequenas embarcações para os residentes nas Cinco Ribeiras que ainda as tenham, temos também uma questão de segurança porque poderá haver um procedimento de emergência para a varagem de qualquer embarcação que tenha problemas naquele local e se encontre a uma grande distância dos Biscoitos ou de S. Mateus.

Aquele porto está bem construído, não tem tido problemas nem sofrido danos com as intempéries e não me parece que seja cara a colocação de equipamentos para embarcações de pequena dimensão.

Sra. presidente da Câmara: – O Porto das Cinco Ribeiras é uma zona de bandeira azul e como tal, tem restrições muito concretas e específicas no que respeita à colocação de gruas e circulação de embarcações no local do acesso das pessoas à água.

Tentei reunir alguns dados e a resposta das entidades competentes não foi dada em concreto. Deram uma resposta vaga mas precisavam de mais tempo.

Se assim o entenderem, penso que seria conveniente reportarmos esta discussão para uma próxima vez em que tenhamos mais dados ou respostas concretas. Lembro que se trata de uma zona balnear e isto pode não se concretizar devido à bandeira azul.

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – Tudo bem. Podemos adiar. O Porto das Cinco Ribeiras e a sua zona balnear têm duas zonas. Poderá fazer-se uma diferenciação entre a zona da bandeira azul

e a zona de passagem de embarcações, nem que seja fora do período de banhos, chamemos-lhe assim.

Senhora presidente, confio em si para se munir da documentação necessária para poder responder a esta questão. Se for necessário, podemos adiar a discussão deste tema.

Sra. presidente da Câmara: – A zona balnear é toda aquela envolvimento até às instalações sanitárias mais cá em cima. Não sei se será possível, mas de qualquer forma, vou recolher todos esses dados.

Sr. presidente da Mesa: – Penso que seria importante ouvirmos o senhor presidente da junta sobre este assunto.

Sr. d.m. José Cipriano Sousa Martins: – Posso dizer alguma coisa sobre isso. Já estiveram lá duas gruas. A primeira não funcionou muito bem e na altura houve problemas com a colocação da segunda, caso se pretendesse uma bandeira azul porque não era permitido ter ali um conjunto daqueles.

Aquilo estava muito feio e o presidente da junta teve um pouco de responsabilidade nisso porque nunca tratou bem daquela grua. De inverno aquilo fica cheio de ferrugem e não funciona devido à água salgada.

Ele achou que devido ao parque de campismo, a zona balnear era mais importante do que dois ou três barcos existentes nas Cinco Ribeiras. Não há ali nenhum pescador profissional que viva exclusivamente da pesca.

Este assunto já vem de trás. O presidente da junta achou que a zona balnear era muito mais importante do que a grua. Se insistirem com essa situação vão acabar por nos complicar a tentativa de construção de uma piscina. Como, cada vez há menos dinheiro, vamos tentar insistir na piscina porque é muito solicitada por quem frequenta aquela zona. Vai ali muita gente com crianças.

A Recomendação constante do Ponto 3.1 foi retirada por iniciativa do grupo municipal proponente.

3.2 – Recomendação do Partido Social Democrata, datada de 20 de dezembro de 2011, no sentido de a Câmara Municipal proceder à criação de praças de táxi nas Freguesias de São Mateus e de São Sebastião de modo a melhorar e diversificar o serviço de transportes públicos do concelho e aproximar o transporte por táxi, das populações alvo do serviço em questão.

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – As duas únicas praças de táxi existentes situam-se na Sede do concelho, em Angra e quem vive fora do centro e precise de um táxi tem que pagar o frete desde a cidade até à sua área de residência.

S. Sebastião possui características próprias devido à sua dimensão e localização numa das extremidades do concelho, S. Mateus não fica numa extremidade mas tem características peculiares no que respeita à restauração, comércio ou empresas, à sua dimensão populacional possuindo também uma pousada da juventude.

Os turistas que ficam alojados nos hotéis em Angra vão a S. Mateus comer o bom peixe que a Terceira tem e depois não têm hipótese de apanharem um táxi de regresso ao seu alojamento.

Não se trata da criação de novas licenças de táxi, mas sim, da oportunidade dos taxistas que entenderem, poderem mudar o seu leque de ação e aumentarem a sua clientela, visto que o setor de viaturas de aluguer com condutor também está em crise.

Sra. presidente da Câmara: – Já havia sido apresentada uma proposta semelhante pela vereação do PSD na Câmara de Angra. Na altura, a Câmara diligenciou no sentido de recolher informações junto das juntas de freguesia de S. Mateus e de S. Sebastião e também junto da APALIT, a Associação de Profissionais de Automóveis Ligeiros.

As três partes pronunciaram-se desfavoravelmente a esta iniciativa; os próprios taxistas pronunciaram-se desfavoravelmente. Os contactos com a APALIT foram efetuados pela Câmara em 15 de março de 2011. São estes os dados que temos.

Sr. d.m. João Santos: – Entendemos a boa intenção desta proposta. Lendo-a e desconhecendo a realidade, não é desprovida de sentido e teoricamente estaríamos de acordo com ela. No entanto, devem ser analisados os aspetos de ordem prática, nomeadamente o interesse das freguesias, levando em conta o que foi dito pelos seus presidentes de junta que, em S. Mateus já houve uma praça de táxis que deixou de existir por falta de utilização do táxi.

Não nos vamos pronunciar favoravelmente a uma proposta que vai contra, (passe a redundância), o interesse dos principais interessados, que são as populações das duas freguesias e os profissionais do setor.

Nestas condições e pelas razões que acabei de referir, o grupo municipal do PS votará contra esta proposta.

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – Compreendo a argumentação apresentada e compreendo até que a maioria dos taxistas e a sua associação não esteja de acordo. Tivemos contactos com duas ou três pessoas que podiam estar interessadas nisso. Penso que, fundamentalmente, devíamos pensar se é do interesse do município.

Parece-me importante o exemplo que dei da promoção turística e da necessidade de um táxi por parte da população idosa para se deslocar nas suas atividades e se, como estratégia do município, é importante que diversifiquemos o local onde estão sediados os transportes públicos; penso que sim. Estamos em tempo de crise, o uso de viatura própria terá custos acrescidos, os combustíveis também têm custos acrescidos e às vezes é preciso agitar um pouco as águas.

O grupo municipal do PSD pensa que poderia ser importante diversificar a colocação de táxis e de taxistas noutras zonas porque vemos que o setor também está em crise e as praças localizadas no centro de Angra têm os automóveis parados durante horas sem clientes.

Por vezes, qualquer mudança provoca alguns atritos e alguns obstáculos por parte dos principais visados e beneficiados. Podemos estar a favor ou contra a medida como sendo ou não, um bom instrumento de estratégia para os transportes públicos do concelho. Achamos que é e também aceitaremos o resultado de uma votação; por isso é que trazemos aqui a proposta. Se for votada contra, paciência, não será posta em prática, mas continuamos a acreditar que seria uma boa alternativa para o concelho em termos de estratégia de transportes.

Sr. d.m. João Tavares: – Vou votar contra esta proposta visto que muito recentemente deixou de existir um táxi no Porto Judeu porque não era economicamente viável. Na minha opinião não faz sentido que aprovemos propostas sem viabilidade económica.

Não quero puxar a brasa à minha sardinha mas o Porto Judeu tem mais população e uma movimentação da restauração e serviços superior à da freguesia vizinha de S. Sebastião e não

justificou a praça de táxis. Penso que também não se justificaria em S. Sebastião. Não me pronuncio sobre S. Mateus porque não conheço a sua realidade.

Sr. d.m. João Maria Mendes: – Gostaria que a Câmara me esclarecesse o que é a criação de uma praça de táxis e se isso implica a obrigatoriedade de permanência dos taxistas de Angra nessas novas praças. Pergunto se é possível criar-se uma praça sem táxis ou se é obrigatório que a praça os tenha. Preciso de entender para poder decidir.

Se se criar uma praça e não for obrigatório ir ninguém para lá, vai quem quiser mas votarei contra, caso seja obrigatório deslocar alguém para S. Mateus porque se criou lá uma praça de táxis e depois não venha a fazer negócio. Não custa nada criar uma praça de táxis sem taxistas em cada freguesia.

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – A criação de uma praça de táxis ou de regime livre para os taxistas seria benéfico para o concelho um pouco à semelhança do que acontece em Lisboa. O taxista que leve alguém para S. Mateus pode parar o táxi na praça durante quinze ou vinte minutos e recolher outro passageiro... Não é assim que a coisa funciona. Em Lisboa, por vezes vemos as praças sem táxis. O objetivo é a flexibilização do uso do táxi em vez de amarrar os táxis às praças existentes.

Falei em S. Mateus e S. Sebastião porque me parecem dois locais com movimento suficiente para possuírem praças de táxi, assim como o Porto Judeu. Parece-me válido o argumento do senhor presidente da junta.

É mais difícil de argumentar no que toca às freguesias mais pequenas mas esta proposta foi apresentada no sentido de flexibilizar e dar maior liberdade à utilização deste meio de transporte público.

Sra. presidente da Câmara: – Não tenho informação jurídica completa. No entanto, pelo que sei, existem diferentes tipos de praças e habitualmente os taxistas estão-lhes afetos; o regulamento é que poderá prever essa situação.

Se quiserem discutir o próximo ponto e me derem um pouco mais de tempo, poderei reunir mais alguns dados junto do meu gabinete jurídico.

Sr. d.m. Manuel Gabriel: – Exmo. senhor presidente, Exma. Câmara, senhoras e senhores deputados. Quero formular votos da continuação de boas festas e um feliz ano novo.

Em relação à praça de S. Mateus, faço minha a pergunta do senhor deputado João Maria Mendes porque se não houver nenhuma obrigação, cria-se a praça e não vai para lá táxi nenhum. Se existir alguma obrigação, voto contra porque vivo e ando por ali e normalmente não vejo ninguém à procura de táxi.

Um táxi chamado de Angra não sai mais caro do que um que lá exista porque se me levar a Angra vai-me cobrar a ida e a volta. Quando me meto num táxi pago a ida e o seu regresso à praça. Se o táxi tiver praça em S. Mateus eu pago a viagem ao meu destino e o seu regresso à praça o que é completamente diferente do serviço de Lisboa.

Essa praça pode complicar porque, por exemplo, se eu estiver na Amadora e mandar parar um táxi de Lisboa ele não me pode fazer o serviço. Tenho que aguardar que chegue um táxi da Amadora ou chamar um táxi da Amadora.

É muito complicado estar a votar sem conhecer as implicações da legislação. Se os taxistas de S. Mateus virem que o negócio é bom, serão os primeiros interessados. Há taxistas de S. Mateus no Alto das Covas.

Podemos criar um problema se votarmos isto sem termos informação suficiente. Não me pronuncio a respeito de S. Sebastião mas conheço muito bem a realidade de S. Mateus. Chama-se um táxi por telefone e quinze minutos depois ele está em S. Mateus.

Sr. d.m. José Gabriel Pimentel da Silva: – Quero também manifestar o meu parecer. Há bem pouco tempo testemunhei que um taxista deixou ficar uma pessoa no hospital de Angra e recusou-se a recolher uma senhora que acabou por se exaltar porque estava à espera de um táxi há mais de meia hora.

Como existe uma praça de táxis no hospital e para não sofrer penalizações, o taxista disse à senhora que só a poderia recolher se ela se deslocasse até à saída do hospital. Se essa alteração não foi feita durante um ano, julgo que os taxistas só podem recolher passageiros das praças onde se encontram sediados.

Importa saber se esta proposta apresentada pela bancada do PSD tem a ver com alguma solicitação da associação de táxis ou se, tão pouco, lhes foi solicitada alguma informação. Acho que a proposta perde o seu valor se os interessados não foram devidamente ouvidos.

Penso que não compete a esta Assembleia decidir nas costas dos principais interessados no assunto. O meu voto será contra.

Sr. d.m. Nuno Melo Alves: – Esta proposta manifesta a intenção de uma maior flexibilidade como já foi aqui dito. Que eu saiba, ela não está escrita em pedra como os dez mandamentos. A qualquer altura que esta Assembleia ou a Câmara entendam que a decisão foi má, poderão invertê-la uma vez que uma praça de táxis não acarretará custos exagerados.

Os taxistas também podem ser os interessados na medida em que teriam maior flexibilidade para prestarem o serviço mas o objetivo seria o de beneficiar os utilizadores do táxi.

Não se trata de uma decisão técnica, mas de uma intenção política. Se não a consideram interessante, votem contra; não há problema nenhum. É assim com todas as propostas. Quanto à sua viabilidade económica, há dois anos os senhores também votaram a favor de um Plano que não foi viável. Cada um toma as suas decisões. Votaram Planos que tiveram execução de 60%, tudo bem; encantados da vida.

Achamos que esta proposta é interessante. Se será viável ou não, isso é outra questão; vamos lá ver. Achamo-la interessante e vamos dar o nosso apoio.

Sr. d.m. João Santos: – Quando disse que o grupo municipal do Partido Socialista iria votar contra esta proposta foi porque, tal como está, se afigura contra a associação dos taxistas e contra a vontade das próprias populações.

Já todos percebemos que existem aqui vários problemas e a tentativa de encontrar várias soluções. Também todos já percebemos que existe o desconhecimento generalizado a respeito desta matéria.

Tudo o que se disse aqui é do senso comum. Posso dizer que, havendo uma praça, ela tem obrigatoriamente que ter taxistas porque para mim não faz sentido que se crie uma equipa sem jogadores. Se é para que os taxistas estejam lá quando quiserem, nada impede que qualquer taxista pare o seu carro em frente à igreja de S. Mateus à espera de clientes.

Uma vez que se abriu a possibilidade de outras soluções, nomeadamente a liberalização de circulação e captação de passageiros por táxis afetos a praças e não só, caso o PSD concorde, proponho que esta recomendação transite para a próxima Assembleia ou para uma outra para que o assunto seja devidamente estudado por cada um dos grupos e pela Câmara Municipal e se estabeleçam mais alguns contactos com os interessados a fim de se estudar estas ou outras localizações.

Pela nossa parte assumimos o compromisso de estudarmos o assunto para tentarmos perceber qual a melhor solução para os vários problemas aqui colocados.

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – Concordo genericamente com o que propôs o senhor deputado João Santos. O objetivo é flexibilizar, simplificar e evitar que alguém tenha que se deslocar a pé da porta do banco de urgências até à saída do hospital para apanhar um táxi.

Julgo que não se trata de uma questão com conotação política, mas sim do objetivo comum de resolver os problemas às pessoas. Não estamos interessados em defender esta solução com unhas e dentes mas sim uma solução simples que aproxime um serviço público das populações alvo.

Ficaremos satisfeitos se, no meio disto tudo, chegarmos à conclusão que é possível um regulamento mais simplificado no concelho de Angra para o uso do táxi que desamarre este meio de transporte de uma legislação rigorosa como a que estamos a constatar, apesar de todos assumirmos o nosso desconhecimento acerca do funcionamento das coisas.

Seria bom que a Câmara Municipal pudesse indagar das possibilidades legais para se simplificar o uso do táxi. Não teremos qualquer problema em discutir esta proposta noutra reunião da Assembleia Municipal ou retirá-la e aceitar uma proposta da autarquia desde que seja mais simples, permita aos taxistas recolherem os passageiros onde estes se encontrem e permita também aos passageiros apanharem o primeiro táxi que lhes aparecer.

A Recomendação constante do Ponto 3.2 foi retirada por iniciativa do grupo municipal proponente.

3.3 – Recomendação do Partido Social Democrata, datada de 20 de dezembro de 2011, no sentido de a Assembleia Municipal recomendar à Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, a realização das necessárias correções ao traçado e respetiva asfaltagem da estrada que liga pelo litoral, as freguesias da zona oeste do concelho.

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – Peço desculpa ao senhor presidente da junta de freguesia das Doze Ribeiras que pretendia falar, mas esta recomendação tem duas pequenas incorreções que gostaria de corrigir antes de a discutirmos.

A primeira, é que não consegui certificar-me a tempo, se se trata de uma competência do IROA e se aquela zona se encontra dentro do perímetro de ordenamento agrário. Gostaria de alterar «IROA» para «Secretaria Regional da Agricultura» ou «Governo Regional» porque assim, de certeza que eu não falharia o alvo. Em primeiro lugar, far-se-ia essa pequena correção.

A segunda pequena correção é uma precisão quanto à localização: a dita estrada vai da Canada das Mancebas nas Doze Ribeiras até à Canada dos Quarenta que é a Ribeira das Dez em Santa Bárbara e não, a Ribeira das Nove.

Julgo que esta recomendação é importante no domínio da melhoria das acessibilidades ao setor agrícola daquela zona e tem ainda outra valência descrita aqui nos considerandos que é a possibilidade de ser uma alternativa à estrada principal que une as freguesias e permitir desvios de trânsito sempre que seja necessário.

Além disto julgo que a recomendação está bastante explícita e visa melhorar a nossa rede viária.

Sr. d.m. Paulo Agostinho Fagundes Cota: – Muito boa noite Exma. Mesa, muitos parabéns ao novo elenco camarário e restantes vereadores, excelentíssimos colegas.

Considero esta proposta importantíssima para a zona oeste da ilha Terceira conforme está descrita mas sugiro que se façam aqui, pelo menos, duas alterações em consonância com os vizinhos da Serreta e de Santa Bárbara.

A primeira é que, a seguir ao parágrafo «IROA» ou «Secretaria Regional» conforme lhe queiram chamar, ficasse da seguinte maneira: «*Asfaltagem da estrada pelo litoral da freguesia das Doze Ribeiras desde a Ribeira das Catorze...*» que é o limite da freguesia e não, a Canada das Mancebas, «... *incluindo a Canada dos Quarenta de Santa Bárbara e a rede de abastecimento de água...*» visto que a Canada dos Quarenta já se encontra contemplada com a rede de distribuição de água.

É essa a primeira alteração que sugiro que seja feita me relação à asfaltagem do que já existe porque é do conhecimento geral que a Canada dos Quarenta é um belíssimo acesso à estrada regional.

Felizmente, a freguesia das Doze Ribeiras tem os seus principais acessos asfaltados e possui uma estrada pelo litoral da freguesia que evita a circulação de gado na estrada regional.

A segunda alteração a esta proposta seria a abertura dos troços entre a Ribeira das Nove, como está na vossa proposta, até à Canada dos Quarenta visto que não existe qualquer acesso e abertura dos troços entre a Ribeira das Catorze e a Fajã da freguesia da Serreta. Passando a freguesia da Serreta, um acesso à estrada regional do lado de cá do Pico da Serreta e um outro para a Canada do Farol ou para o Cabo do Raminho consoante a decisão da junta de freguesia.

Foi este o consenso encontrado pelas três juntas de freguesia da zona oeste da ilha. Congratulo-me com esta vossa recomendação. Muito obrigado.

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – Tenho todo o gosto em aceitar as sugestões do senhor presidente da junta de freguesia das Doze Ribeiras, aliás, o ideal seria asfaltar também toda a estrada da fajã da Serreta e chegar ao miradouro do Raminho.

Fiz a proposta nestes moldes partindo do princípio do que é mais fácil, do que já existe e tendo em conta as limitações financeiras. Se for do entendimento geral que a proposta seja o mais abrangente possível e se consiga ir até ao miradouro do Raminho, tanto melhor, mas não tenho qualquer dúvida que, em termos financeiros, seja possível fazer uma asfaltagem ou uma correção de estradas dessa dimensão e extensão.

Essas coisas podem ser faseadas e feitas por várias etapas. Se, para merecer a aprovação da bancada municipal do Partido Socialista, a recomendação puder ser melhorada com tal acréscimo de quilometragem, para nós tudo bem. No entanto, temos a noção de que será muito difícil executar-se uma coisa dessa dimensão.

Sr. d.m. Paulo Agostinho Fagundes Cota: – Não sei se me fiz entender. A primeira alteração à recomendação é a asfaltagem de uma estrada que já existe porque o mais difícil é abrir uma estrada já que implica expropriações de terrenos, etc. Esta estrada está pronta a asfaltar a qualquer hora. Uma parte já tem rede de águas e continuava-se até à Ribeira das Catorze.

A abertura de novos troços ficaria para uma segunda fase porque sabemos que é muito complicado e não pode ser de um momento para o outro.

Sr. d.m. João Santos: – O grupo municipal do Partido Socialista pede cinco minutos de intervalo.

Sr. presidente da Mesa: – Será concedido.

Retomados os trabalhos às 18H55.

Não se registando mais intervenções e posta à votação com as alterações sugeridas, a **Recomendação constante do Ponto 3.3 foi aprovada por unanimidade.**

4 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP

4.1 – Proposta do CDS-PP, no sentido de a Assembleia Municipal recomendar à Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos que proceda à reparação da má pavimentação verificada no Caminho de Baixo/ER-1.

Sr. d.m. Nuno Melo Alves: – Esta proposta surge porque há coisas que estavam previstas na altura da repavimentação, algumas das quais não se concretizaram nomeadamente uma correção do traçado em frente à Canada Nova que implicava a demolição do muro de uma habitação existente em frente.

No início da obra essa correção ao traçado foi devidamente assinalada com marcações no pavimento, nos muros e nas habitações mas acabou por não cair porque penso que não houve entendimento em relação aos custos de expropriação.

O resto da obra avançou e bem por se tratar de uma das principais entradas de Angra e já se sabia da necessidade eventual de se corrigir traçados devido à construção da escola de S. Carlos e à falta de vias alternativas.

Esta proposta surge pela indignação que já foi referida aqui hoje. Muitas vezes vemos aberturas de valas quinze dias depois da asfaltagem para a colocação de algo que deveria ter sido feito logo de início.

As obras desta envergadura devem ter algum tipo de fiscalização para que se possa garantir a durabilidade do alcatrão que se encontra num estado lamentável em determinadas zonas desta estrada.

Há aqui um considerando que, eventualmente, poderemos retirar e a conclusão número dois que tem a ver com as valas que foram abertas e voltaram a ser tapadas. Não assisti, mas julgo que terão sido feitas correções a essa repavimentação na medida em que o piso está muito mais regular do que acerca de um mês e meio quando começámos a preparar as coisas para esta Assembleia Municipal.

Penso que terá sido feita alguma repavimentação pelo que diz aqui: «*Considerando ainda que, depois da intervenção de fundo já se abriram valas em parte do percurso antes de S. Mateus com a respetiva repavimentação a ser mal feita, a destacar-se pela irregularidade que confere ao piso abrangido.*» Neste momento, a zona do percurso onde voltei a passar este fim-de-semana já não está irregular como estava há algum tempo atrás. Julgo que terá sido feita ali alguma correção.

Não teremos qualquer problema em retirar este ponto e o ponto dois que se referia concretamente a esta repavimentação se houver também o entendimento dos restantes membros da Assembleia que esse aspeto está razoavelmente ultrapassado no que toca àquele troço.

Sr. d.m. João Salvador: – Muito boa noite senhor presidente, senhores deputados municipais, senhora presidente a quem saúdo e desejo o melhor mandato possível, senhores vereadores.

Em nome da junta de freguesia de S. Pedro, da qual, como sabem, não sou o presidente, venho dizer que, apesar da doença do senhor presidente da junta, estamos atentos e todas as semanas circulamos na freguesia para verificarmos precisamente o que acabou de referir o senhor deputado Nuno Alves.

Foi asfaltada e está em condições, meia via na parte de S. Mateus e desde o Bravio até à Quinta de Nossa Senhora das Mercês. A partir daí há uma extensão de cerca de 150 metros, 75 na parte de S. Mateus e os restantes 75 em Vila Maria, S. Pedro, em que o piso não está em condições; está grosseiro e um pouco mais baixo do que o nível da estrada mas nós já sinalizámos a questão e enviámos um ofício à Secretaria da tutela no sentido de notificar o empreiteiro para que este regularize a situação.

Ainda não obtivemos resposta por escrito mas sabemos que a obra não está concluída e que vão finalizar aquele espaço de cerca de 150 metros entre S. Mateus e S. Pedro. Esperamos que façam o mesmo que fizeram entre o Bravio e a Quinta de Nossa Senhora das Mercês, pavimentando metade da via como, segundo consta, deve ser.

Sr. d.m. Manuel Gabriel: – Desde que aquela obra começou procurei informar-me do que iria acontecer porque passo ali todos os dias. Foi-me logo garantido que perante o contrato existente entre a EDA e as Obras Públicas eles teriam que asfaltar meia estrada, o que levou muito tempo. Deitaram uma pequena forra de alcatrão que já se estava a desfazer e, talvez há mês e meio, dois meses, asfaltaram a dita meia estrada que está agora melhor do que a outra desde o Bravio até à Quinta das Mercês.

Aquele pedaço foi aberto depois da asfaltagem e devem estar à espera que fique bem calcado com o trânsito para que depois não faça vala como é costume. Estou convencido que a obra não está terminada e deve ser asfaltada dentro de pouco tempo.

Sr. d.m. Nuno Melo Alves: – Por termos tido a noção de que houve evoluções e o processo ainda estava em curso, eu tinha dito que retiraríamos daqui, o quinto parágrafo e o segundo ponto das conclusões que referiam explicitamente essa abertura do troço feita pela EDA. Torna-se desnecessário e redundante uma vez que o assunto está a ser tratado.

Penso que o resto da proposta mantém toda a sua utilidade e validade na medida em que o resto do percurso está a ficar bastante degradado. Trata-se dos percursos com o uso mais intensivo à volta de Angra e acho que é necessário haver uma correção e uma melhoria ali antes que também se degrade o subsolo e todas as camadas inferiores, o que tornará a obra muito mais dispendiosa e complexa.

Sr. d.m. João Santos: – Depois da leitura da proposta e apesar de todos os considerandos, não só, mas também por uma questão de princípio, o grupo municipal do Partido Socialista vai votar contra esta proposta, não porque esta obra não seja importante mas porque, à semelhança do que fez no passado recente, não apresentamos propostas sobre trabalhos programados sem atraso ou, pior ainda, sobre trabalhos que estão a decorrer.

Não faz sentido aprovarmos uma proposta, ainda mais quando o senhor deputado Nuno Melo Alves disse que, entre a preparação desta proposta e o dia de hoje, já houve evolução. É sinal de que as coisas se estão a fazer.

Que sentido é que faria, nós recomendarmos bom senso à Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos? Bom senso, tem quem está a trabalhar e a fazer uma obra. Não recomendamos bom senso porque ele já existe.

Quanto à «*coordenação com outras entidades no agendamento destas obras*», é exatamente o que se está a verificar. A obra está em curso. Aguardaremos pelo seu fim para nos pronunciarmos.

À semelhança do que se verificou no passado, não apresentamos recomendações sobre obras que não estão concluídas, ainda mais quando se pretende que recomendemos coisas que já estão programadas.

Sr. d.m. Nuno Melo Alves: – Só para prestar um esclarecimento. A obra que está em curso é aquela em que dissemos que retiráramos os dois pontos: o quinto parágrafo e a segunda recomendação.

A obra que não está em curso é a repavimentação do resto do troço do Caminho de Baixo entre a Silveira e a Vila Maria onde se encontra a maior degradação devido ao intenso fluxo de tráfico.

Como está referido nos considerandos, quando surgiu uma notícia sobre isto há cerca de seis meses ou talvez há um ano, a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Equipamentos andou a fazer marcações a vermelho nos pontos críticos dos buracos, sinalizando que eventualmente estaria na disposição de recomeçar a obra.

Como nós aqui também não analisamos o Plano e Orçamento da Assembleia Legislativa Regional, não votamos nem sabemos se esta obra está incluída, julgo que não há qualquer redundância ou qualquer interferência com obras programadas. Há, sim, uma posição política desta Assembleia Municipal que entende que aquilo deve ser arranjado.

A Assembleia Municipal não tem competências para isso, nem tao pouco a Câmara, porque não se trata de uma estrada municipal; é a estrada regional nº 1 que está sob a alçada de uma secretaria. A recomendação é dirigida a essa entidade. Se o Partido Socialista entende que não deve fazer essa recomendação, muito bem, está no seu critério.

Se leu atentamente os considerandos, percebe que este 3º ponto se refere à coordenação entre diversas entidades para não acontecer o que aconteceu agora com as obras do hospital que ditaram o encerramento da 2ª circular ao mesmo tempo que o Fanal estava semi encerrado havendo dias de caos absoluto em que se chegou a demorar uma hora para atravessar a cidade no período entre as 17H00 e as 19H00.

As entradas a poente da cidade, ou seja, pelas Figueiras Pretas, pelo Fanal e, na altura em apreço, pela circular, estavam todas condicionadas.

Quando falo em recomendar bom senso e coordenação no agendamento, também tem a ver com isso. A bancada do Partido Socialista referia hoje de manhã e muito bem, a exigência de que as outras entidades envolvidas não reabram pavimentos novos, planeiem as coisas antecipadamente e que, se for necessário, se atrase a pavimentação para que se executem os trabalhos da EDA, da TV Cabo, etc.

Se fecharmos uma entrada temos que garantir que a outra esteja aberta. Neste momento o fluxo de trânsito está totalmente alterado para desviar trânsito da zona da escola nova de S. Carlos.

Penso que seria muito mais difícil se o Caminho do Meio voltasse a ter circulação nos dois sentidos. É com essa intenção que o ponto 3 recomenda bom senso na coordenação dos prazos e das obras.

Sr. d.m. João Santos: – Só para reforçar que mantemos a nossa posição considerando que uma parte é desprovida de sentido e a outra é redundante. Se há pontos que já foram assinalados, há portanto, a intenção de os reparar e estão em vias de ser reparados.

À semelhança do que fizemos no passado, não vamos recomendar algo que acreditamos que está em curso.

Relativamente ao bom senso na coordenação e aproveitando o exemplo que deu das obras do hospital, em minha opinião, o que aconteceu não foi falta de coordenação; alternativa melhor do que aquela, era impossível. Acho que foi suficientemente bem coordenado; apenas não havia outra alternativa. Fecharam uma única faixa num único sentido, foi permitida a circulação no outro.

As vias alternativas seriam por cima numa estrada estreita cheia de curvas ou através do centro da cidade. Sofri esse incómodo, irritei-me, chateou-me mas só havia uma outra solução: aquilo ter sido feito durante a noite. Defendo que muitas obras sejam feitas durante a noite.

Se a solução e a coordenação for a mesma encontrada ali, para nós é um mau exemplo. Houve planeamento e coordenação mas não havia melhor alternativa. Penso que a coordenação foi boa e a solução foi a possível. Não resultou por falta de melhor alternativa. Manteremos o nosso sentido de voto.

Não se registando mais intervenções e posta à votação, **a Proposta constante do Ponto 4.1 foi rejeitada** com 14 votos contra (13 do PS, 1 do deputado municipal independente), 8 votos a favor (5 do PSD, 3 do CDS-PP) e 1 abstenção do PSD.

Sr. d.m. Nuno Melo Alves: – Indiquei que propúnhamos essa alteração. Era a tal questão redundante da obra que estava em curso que retirávamos da proposta...

Sr. presidente da Mesa: – Efetivamente, o senhor deputado falou em retirar mas peço-lhe que tenha mais atenção e anuncie isso antes da votação propriamente dita e não depois.

Sr. d.m. Luís Rendeiro: – O grupo municipal do PSD entendeu como claras as explicações do grupo municipal do CDS-PP e que estávamos a votar a proposta com as alterações anunciadas. Não sei se o grupo municipal do PS teve outro entendimento. Para nós não há qualquer dúvida; entendemos as alterações como assumidas e votadas na sua segunda versão.

Sr. d.m. João Santos: – Consideramos que não foram tão claras quando isso. No entanto, considerámos essas alterações e mantemos o sentido de voto.

4.2 – Proposta do CDS-PP, no sentido de a Assembleia Municipal recomendar à Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos o seguinte:

- Que proceda à reparação do semáforo no cruzamento da Quinta das Almas com o Caminho de Baixo;

- Que proceda à rápida substituição ou complemento dos semáforos existentes no cruzamento do Caminho de Baixo com a Canada Nova (pelo menos, no sentido Angra-São Mateus), colocando semáforos por cima da via de circulação em vez de, no passeio, como os colocados no Fanal.

Sr. d.m. Nuno Melo Alves: – O objetivo essencial desta proposta tem a ver com segurança. Moro ao pé deste semáforo e sempre achei que, sugestões desta natureza poderiam significar algum interesse próprio mas aconteceram três coisas nos últimos tempos que me fizeram trazer uma proposta destas à Assembleia Municipal.

Um dia tive que percorrer uma curta distância a pé até à casa do pai da senhora presidente da Câmara para uma festa de anos da sobrinha dela e tive outra perspetiva do trânsito na curva que antecede o semáforo antes da minha casa.

As outras duas razões surgem na sequência da média de acidentes de que eu tenho conhecimento no cruzamento da Canada Nova, os que ocorrem quando eu estou em casa para ouvir os estrondos, mais ou menos à hora do almoço e ao fim da tarde e que andarão na casa de um por mês.

Nestes dias aconteceram dois num espaço muito curto que demoraram meia hora ou 45 minutos a resolver-se com filas de carros para os dois lados impedindo a circulação, uma vez que o Caminho de Baixo é a única via de entrada em Angra.

Havendo um acidente naquele cruzamento não é possível subir a Canada Nova para descer depois pelo Pico da Urze ou outra zona para se chegar à circular ou ao centro de Angra.

Essas situações são muito chatas como referi há pouco. A obra de repavimentação desta estrada que foi feita há seis anos previa que se endireitasse aquele percurso no lugar da curva onde desemboca a Canada Nova com a demolição da casa em frente.

Tenho plantas com este projeto que me foram fornecidas pela, então, Secretaria das Obras Públicas na altura em que tive que pedir a sua intervenção nalgumas situações relativas à casa.

O semáforo que ali está colocado, pelo menos no sentido Angra/S. Mateus é pouco visível para quem vem de Angra. Não é pela minha casa ou pela entrada do meu portão, mas a dois metros do portão existe uma passadeira cuja utilização diária é muito maior do que eu algum dia imaginei antes de viver ali.

São dezenas as pessoas que todos os dias entram e saem da Poça dos Frades para irem mergulhar, passear ou para outras coisas que não interessa ir fiscalizar.

São muitos os carros que às vezes param em cima do passeio que é mais estreito sobretudo do lado da rua onde se situa a minha casa. Param ali com muita frequência motos de três rodas ou de duas rodas havendo pessoas a atravessar.

A visibilidade é pouca e as tangentes são um pouco assustadoras. Às vezes ouço travagens bruscas para se evitar de atropelar alguém ou embater no fim da fila quando os semáforos estão a funcionar.

Esta situação pode ser minimizada com a colocação de um semáforo em arco como os que estão no Fanal, pelo menos no sentido Angra/S. Mateus projetando a visibilidade para fora.

Há outras coisas podem ser feitas ali para melhorar a segurança mas, se calhar com mais encargos do que essa, nomeadamente a colocação de um triângulo com aviso de semáforo alguns metros antes da curva ou uma luz a piscar para alertar outra vez as pessoas da aproximação à passadeira que está a cerca de 50 metros antes do semáforo. Quem não conseguir parar para o semáforo, dificilmente parará na passadeira. Temos que ter em conta estes dois aspetos em termos de segurança.

Fica esta sugestão porque julgo que é a mais eficaz para minimizar os problemas de segurança e talvez seja a que terá menos encargos do ponto de vista da montagem de um semáforo porque não desaproveita os existentes.

Quanto ao outro ponto da proposta pede-se que os semáforos sejam reparados o mais rapidamente possível. Sabemos que há diligências nesse sentido mas penso que, se esta proposta for votada favoravelmente, dará força à Câmara para aumentar o grau de pressão e de exigências sobre a empresa que deveria estar a fornecer os materiais. Esta situação até se torna politicamente desconfortável.

Os semáforos da Quinta das Almas estão intermitentes talvez há seis meses. Já o estavam pelo menos há três, quando ocorreu a última sessão da Assembleia Municipal em setembro em que este assunto foi aqui falado.

A situação do cruzamento da Canada Nova é mais recente e a mais preocupante do ponto de vista da segurança, porque ocorrem acidentes com uma frequência elevadíssima.

Sr. d.m. João Salvador: – A junta de freguesia de S. Pedro oficiou em novembro à secretaria da tutela e ainda não obteve resposta por escrito. O que se sabe neste momento é que estão à espera de peças tanto para uns como para outros. Mais do que isso, não sabemos.

Quero também aproveitar para dizer que a junta não está apenas atenta a isto; está atenta a toda a freguesia que agora se tornou maior devido à retirada da proposta de elevação de S. Carlos a freguesia.

A junta tem estado sempre atenta, tanto à avenida Tenente Coronel José Agostinho como às Figueiras Pretas quando ali havia um estreitamento da via que agora ficou bem melhor como, certamente, toda a gente reconhece.

Sr. d.m. João Santos: – Concordamos em absoluto com esta proposta mas queria deixar duas ou três notas.

Parece-me que os semáforos avariavam com demasiada frequência permanecendo avariados por demasiado tempo. Se são necessários devem estar a funcionar. Imagino um semáforo avariado num cruzamento da Avenida da Liberdade.

Se é certo que não existe justificação para a existência de determinada quantidade de peças, que exista uma ou duas de reserva para substituição das que têm maior probabilidade de avaria. Cada vez que os semáforos avariavam, ficam avariados por tempos infinitos.

De uma vez por todas e para clarificar: há ou não há, sensores de aproximação e a que distância estão? Aquelas tabuletas servem apenas para iludir, deve-se aumentar a distância ao sensor, elas funcionam ou não funcionam? Que se clarifique esta situação de uma vez por todas.

Relativamente ao segundo ponto, confesso que me faz sempre alguma confusão apresentar-se soluções fechadas e imiscuir-me em matérias que não domino. Apontaríamos aqui uma solução que minimizasse em vez do semáforo suspenso mas, se calhar, também não há outra opção.

Estamos de acordo com tudo o que venha diminuir a sinistralidade e aumentar a segurança das pessoas. Desejamos que isto tenha uma solução rápida e vamos votar esta proposta favoravelmente.

Sr. d.m. Nuno Melo Alves: – É só para dizer ao senhor presidente da junta de S. Pedro que, quando apresentamos propostas a respeito da sua freguesia, não estamos a insinuar que a junta não esteja a fazer o seu trabalho e não tenha feito diligências nesse sentido. Não se trata de nenhuma crítica implícita ou escondida à atuação da junta. Quando for necessário fazer críticas, fá-las-ei diretamente.

Sr. d.m. João Salvador: – Não tive isso em conta; apenas quis deixar bem claro que a junta tem trabalhado em conjunto apesar da doença do senhor presidente que se encontra a recuperar bem. Temo-nos reunido em sua casa e mantido em contacto permanente quando se encontra em Lisboa.

Não se registando intervenções e posta à votação, **a Proposta constante do Ponto 4.2 foi aprovada por unanimidade.**

O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da Mesa desejou a todos os presentes boas festas e um bom ano novo.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas 19H31M do dia 28 de dezembro de 2011, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz